



**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural**  
**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental**  
**Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

**Maria Natália Silva Brito**

**A REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE:**  
**Implicações do processo de interdição de assentamentos rurais na vida de**  
**camponeses do Município de Pacajá**

**Belém - Pará**  
**2013**

Maria Natália Silva Brito

**A REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE:  
Implicações do processo de interdição de assentamentos rurais na vida de  
camponeses do Município de Pacajá**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

**Belém – Pará  
2013**

Maria Natália Silva Brito

**A REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE:  
Implicações do processo de interdição de assentamentos rurais na vida de  
camponeses do município de Pacajá**

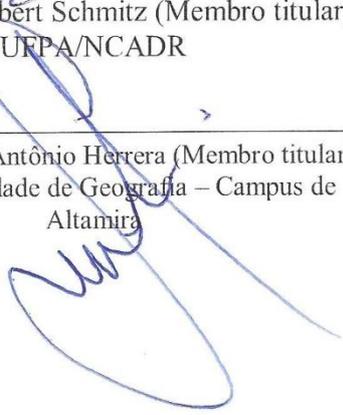
Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: 27 / 05 / 2013

Banca Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Gutenberg Armando Diniz Guerra  
(Orientador)  
UFPA/NCADR

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Heriberto Schmitz (Membro titular)  
UFPA/NCADR

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Antônio Herrera (Membro titular)  
UFPA/Faculdade de Geografia – Campus de  
Altamira

Dedico este trabalho a todos da minha família que me apoiaram durante o curso, em especial ao meu esposo Claudionor Alves Portugal, ao meu filho Ítalo Felipe Brito dos Santos e aos meus pais Antônio de Brito e Aparecida Silva Brito que me apoiarem em todos os momentos de minha vida, em particular nestes anos de mestrado.

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

A todos os camponeses do Anapuzinho e Cupuzal, especialmente àqueles que me acolheram e, com paciência, participaram diretamente da construção desse trabalho de pesquisa, respondendo às perguntas que lhes fiz durante minha estadia nas suas respectivas comunidades;

Às lideranças dos Assentamentos Anapuzinho e Cupuzal, pela hospitalidade e boa vontade durante o período da pesquisa de campo, em especial aos Sr<sup>o</sup>. Luiz Gonzaga, Francisco Lopes e a Sr.<sup>as</sup> Maria Eriéide e Risolene.

Ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Pacajá - Pará, pelo apoio e contribuição na construção dessa dissertação, em especial ao sindicalista Deurival Xavier Santiago.

Aos professores do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, que colaboraram para uma formação crítica a respeito da Agricultura Familiar: Noemi Sakiara Miyasaka Porro, Iran Veiga, Maria das Graças Pires Sablayrolles, Sônia Magalhães, Alfredo Homma, Walkymário Lemos Mauro Silva, Myriam Cyntia César de Oliveira, Dalva Motta, Flávio Barros, e em especial ao Prof. Gutemberg Armando Diniz Guerra, por sua orientação e paciência.

Aos Professores membros da banca de defesa da dissertação, Dr. José Antônio Herrera e Dr. Heribert Schmitz pela contribuição.

Aos meus colegas de curso: Leandro, Ricardo, Roberta, Loyane, Katarina, Cristina, Elton Rodrigues, Elton Garcez, Elcio, Alisson, Andréia Portugal, Michel e João Paulo.

A UFPA, especialmente ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural através do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agriculturas Familiares (NEAF), que, apoiou-me na realização deste trabalho;

Ao Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, pelo apoio com uma bolsa, sem a qual não teria conseguido concluir o curso;

A Casa Familiar Rural Francisco de Assis da Silva Gomes, em especial a Dorival Lima Oliveira, pelo apoio recebido.

A Prefeitura Municipal de Pacajá – PMP e a Secretaria de Meio Ambiente pela colaboração no acesso a informações sobre o município.

Ao Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET) por ter contribuído para minha formação profissional e pelo apoio recebido para a realização dessa dissertação.

As minhas queridas amigas Eliene Espírito Santo de Oliveira, Ione Vieira e a Professora Carla Rocha pela contribuição.

A meus pais, Antônio de Brito e Aparecida Silva Brito e meus irmãos Luzia, Juscelino e Cristiane e a todos os meus familiares pelo carinho e apoio recebido.

Ao meu companheiro Claudionor Alves Portugal pelo essencial apoio no transporte de moto para o trabalho de campo e ao meu filho Ítalo Felipe Brito dos Santos, pelo companheirismo nas horas oportunas e paciência durante minhas ausências.

Enfim, a Deus que me proporcionou a realização de mais um Sonho.

## RESUMO

Esta dissertação analisa contradições da Política de Reforma Agrária na Amazônia a partir da conjuntura que se instaurou devido ao processo de interdição de assentamentos rurais nessa região. Parte do histórico da política agrária no Brasil, verificando-se que ela reflete a manutenção da estrutura fundiária calcada na grande propriedade. Na Amazônia, os discursos que favoreciam a agricultura camponesa, se tornaram em ações que beneficiaram, de fato, à entrada do grande capital nessa região através da política de subsídios e incentivos fiscais. A partir da análise de dois assentamentos rurais localizados no município de Pacajá – Pará, que foram interditados pela Justiça Federal no ano de 2007, o assentamento Anapuzinho e o Assentamento Cupuzal, demonstra-se uma distorção das ações de reforma agrária. Equívocos nos procedimentos burocráticos realizados pela agência fundiária governamental – o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) inviabilizam o acesso de camponeses aos benefícios do programa oficial. Os camponeses se mantêm na área a despeito da omissão estatal na formalização da incorporação destas terras ao processo produtivo do país e da região.

**Palavras-chave:** Campesinato. Colonização. Reforma Agrária. Projeto de Assentamento

## **ABSTRACT**

This dissertation analysis contradictions of the Agrarian Reform Program in the Amazon from the conjecture that initiated due to interdiction process of rural settlements in this region. Part of the historical agrarian policy in Brazil, verifies and reflects on the maintenance of the founded land structure grounded in this huge property. In the Amazon, the speeches that favored the peasant agriculture, turned into actions that benefited, in fact, the start of this huge capital in this region was through the policy of subsidies and tax fiscal incentives. Since the analysis of the two rural settlements located in the municipality of Pacajá-Pará that were banned by the federal justice in the year of 2007, the settlement of the Anapuzinho and the settlement of the Cupuzal demonstrate a distortion of the agrarian reform. Misconceptions in the bureaucratic procedures performed by the government land agency-the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) prevented the access of peasants to the official programs. The peasants still maintain in the area despite of the state omission in the formalization of the incorporation of these lands in the productive process of the country and the region.

**Key-words:** Peasantry . Colonization. Reform Agrarian. Settlement project.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 O meio de transporte utilizado para a realização da pesquisa de campo .....	27
Fotografia 2 Rodovia Transamazônica – BR 230 .....	28
Fotografia 3 Caminhão virado na BR 230. ....	28
Fotografia 4 Ponte no PA Cupuzal.....	63
Fotografia 5 Foto de um trecho da estrada do Assentamento Anapuzinho .....	96
Fotografia 6 Ramal aberto no ano de 2012 no Anapuzinho .....	97
Fotografia 7 Foto de um trecho da estrada do Assentamento Cupuzal .....	98
Fotografia 8 Anotações da ACS do Anapuzinho quanto à demanda por mosquiteiros .....	100
Fotografia 9 Folhetos distribuídos pela Sucam aos moradores do Anapuzinho como medidas de prevenção contra a malária.....	101
Fotografia 10 Estrutura da escola localizada no Cupuzal .....	102
Fotografia 11 Estrutura da escola Nova Conquista no Assentamento Anapuzinho, ano 2007 .	103
Fotografia 12Foto da Escola Nova Conquista, Assentamento Anapuzinho, no ano de 2012 ...	103
Fotografia 13 Foto de uma casa feita de taipa não revestida - Cupuzal .....	105
Fotografia 14 Modelos de Instalações para aves - Cupuzal .....	107
Fotografia 15 Modelos de Instalações para aves - Anapuzinho .....	107
Fotografia 16 Área sendo preparada para implantação de culturas agrícolas no Anapuzinho..	120
Fotografia 17 Área sendo preparada para implantação de culturas agrícolas no Cupuzal. ....	121
Fotografia 18 Roça de Arroz (corte e queima).....	132
Fotografia 19Extração de óleo de andiroba utilizado pelas famílias - Cupuzal .....	135
Fotografia 20 Fotos de um troco de castanheira que foi derrubada no Anapuzinho .....	136
Fotografia 21 Fotos de uma castanheira derrubada no Anapuzinho .....	136

Fotografia 22 Foto da Igreja Assembléia de Deus no Anapuzinho.....	144
Fotografia 23 Foto da Igreja Católica Santa Rita de Cássia no Anapuzinho .....	145
Fotografia 24 Data de construção da Igreja na Comunidade Santa Rita de Cássia.....	145

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição do número e áreas dos estabelecimentos agropecuários no Brasil por faixa de módulos fiscais do INCRA, Ano 2006 (em%).....	40
Gráfico 2 Origem dos entrevistados .....	84
Gráfico 3 Ocupação dos camponeses do Anapuzinho .....	91
Gráfico 4 Principais dificuldades apontadas pelos entrevistados .....	99
Gráfico 5 Tipo de Casa das Famílias do Anapuzinho .....	106
Gráfico 6 Acesso a terra.....	113
Gráfico 7 Tamanho dos lotes em hectares .....	122
Gráfico 8 PA's Anapuzinho e Cupuzal: cobertura vegetal dos estabelecimentos no ano de aquisição dos estabelecimentos.....	124
Gráfico 9 Evolução da quantidade produzida de cacau no município de Pacajá - Pará.....	125
Gráfico 10 Evolução do rebanho bovino no município de Pacajá - Pará.....	126
Gráfico 11 Cobertura vegetal atual dos estabelecimentos pesquisados no Anapuzinho.....	129
Gráfico 12 Cobertura vegetal atual dos estabelecimentos pesquisados no Anapuzinho e Cupuzal. ....	129
Gráfico 13 Frequência das principais atividades que compõem o sistema de produção dos estabelecimentos pesquisados. ....	131
Gráfico 14 Composição da família no Anapuzinho e Cupuzal.....	150

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estrutura fundiária no Brasil, ano 2009.....	39
Tabela 2 Índice de Gini das Regiões Brasileiras, Ano 1967, 1972, 1978, 1992, 1998 e 2000. ..	41
Tabela 3 Índice de Gini dos Estados Brasileiros (1992, 1998 e 2003).....	41
Tabela 4 Irregularidades na criação de assentamentos criados em 2006 pela SR (30) do INCRA .....	61
Tabela 5 Municípios, área, população urbana, rural e total dos municípios da Transamazônica	67
Tabela 6 Assentamentos de reforma agrária, unidades de conservação e terras indígenas na Transamazônica e Baixo Xingu (2007).....	74
Tabela 7 Projetos de Reforma Agrária na modalidade PA criados no Território da Transamazônica pelo INCRA, sob a jurisdição atual da Superintendência Regional (SR 30) do INCRA. ....	75
Tabela 8 Ocupação dos Responsáveis pelas famílias antes da chegada à área do assentamento	86
Tabela 9 Ocupação atual dos Responsáveis pela família e dos demais membros aptos ao trabalho.....	90
Tabela 10 Assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA em Pacajá sob a atual jurisdição da SR (27).....	94
Tabela 11 Assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA em Pacajá sob a atual jurisdição da SR (30).....	95
Tabela 12 Instalações disponíveis para cada atividade agrícola desenvolvida nos estabelecimento .....	109
Tabela 13 Bens duráveis disponíveis nos estabelecimentos familiares do Projeto de Assentamento Anapuzinho e Cupuzal.....	109
Tabela 14. Área colhida, quantidade produzida e valor da Produção dos principais produtos das lavouras temporárias e permanentes no ano de 2010. ....	126
Tabela 15 Principais rebanhos existentes no município (2005 a 2010) .....	127
Tabela 16 Finalidades das atividades que compõem os sistemas de produção das famílias.....	133

Tabela 17 Mão de obra utilizada no sistema de produção .....	133
Tabela 18 PA's Anapuzinho e Cupuzal - composição da renda das famílias entrevistadas, 2012 .....	137
Tabela 19. Participação dos camponeses em organizações sociais.....	139
Tabela 20Projetos futuros das famílias em relação ao trabalho na terra .....	151

## LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ATES – Assistência Técnica, Social e ambiental

ATRP – Associação dos Trabalhadores Rurais de Pacajá

COOPCAO – Cooperativa de Cacau Orgânico

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ESEC – Estação Ecológica

FES – Floresta Estadual

FLONA – Floresta Nacional

FNO – Fundo Constitucional do Norte

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESAP - Instituto de Desenvolvimento econômico, social e ambiental do Pará

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPF – Ministério Público Federal

MPST - Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica

NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Projeto de Assentamento Coletivo

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PDA – Projeto de Desenvolvimento do Assentamento

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PMP – Prefeitura Municipal de Pacajá

PDSTR - Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PIC- Projeto Integrado de Colonização

PIN – Plano de Integração Nacional

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária

RESEX – Reserva Extrativista

SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEPOF- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

SFB – Sistema Florestal Brasileiro

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SR – Superintendência Regional do INCRA

SRFA – Superintendência Nacional de Reforma Agrária

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUCAM – Superintendência de Combate à Malária

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFPA – Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DE CAMPONÊS A ASSENTADO</b> .....	<b>30</b>
2.1 CARACTERÍSTICAS DO CAMPSINATO BRASILEIRO .....	31
2.2 A HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	38
2.3 OS PROBLEMAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	46
<b>2.3.1 Definindo assentamentos rurais</b> .....	53
<b>3. O EMBARGO DE ASENTAMENTOS RURAIS NO SUDOESTE PARAENSE</b> .....	<b>57</b>
3.1 REFORMA AGRÁRIA OU REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO TRANSAMAZÔNICA?.....	66
3.2 A ATUAÇÃO DO SINDICATO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO DIREITO A TERRA .....	78
<b>4. CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO: DE POSSEIROS A ASSENTADOS</b> .....	<b>83</b>
4.1 ORIGEM E CAUSAS DAS MIGRAÇÕES DAS FAMÍLIAS .....	83
4.2 A CRIAÇÃO DOS ASSNTAMENTOS DAS ÁREAS OCUPADAS .....	92
4.3 ACESSO A TERRA COMO GARANTIA DE REPRODUÇÃO FAMILIAR .....	111
4.4 O USO DA TERRA PELAS FAMÍLIAS CAMPONESAS.....	119
4.5 A COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS .....	137
4.6 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL LOCAL .....	139
<b>5. A PESPECTIVA DE SER ASSENTADO</b> .....	<b>147</b>
5.1 A TERRA MAIS QUE O LUGAR DE MORADA .....	147
5.2 REFLEXOS DO PROCESSO DE INTERDIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ANAPUZINHO E CUPUZAL NA VIDA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS .....	152
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	165
<b>APÊNDICES</b> .....	173
Apêndice A. Roteiro de Entrevista ao Responsável pela família.....	174
Apêndice B. Roteiro de Entrevista as Pessoas Chave .....	197
<b>ANEXOS</b> .....	202
Anexo A. Documento distribuído durante o Seminário que aconteceu dia 25 de Agosto em Altamira, com as mudanças almeçadas pelos camponeses.....	203
Anexo B. Lista dos Assentamentos interditados pela Justiça Federal no Pará no ano de 2007	204
Anexo C. Lista dos Assentamentos Liberados pela Justiça Federal no Pará .....	208

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação analisa-se a Reforma Agrária na Amazônia a partir da investigação do processo de interdição de assentamentos rurais criados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado do Pará. É na Amazônia que o governo federal brasileiro conduz mais intensivamente a política de reforma Agrária (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010, p. 117). Do total de 8.865 projetos de reforma agrária cadastrados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) até 31 de dezembro de 2011, 2.589 estão localizados na Amazônia<sup>1</sup>, totalizando 73.044.551,81 hectares e 489.456 famílias assentadas.

A forma como vem sendo conduzida a reforma agrária nessa região revela por um lado, uma ilegítima reforma agrária, visto que a mesma não desconcentra a terra e sua justificativa não condiz com a demanda dos camponeses sem terra, apresentando-se muito mais como uma “regularização agrária” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 26). Por outro lado, mesmo acontecendo como forma de regulamentar as áreas em que os camponeses já ocupavam como posseiros, a reforma agrária abriu espaço para o reconhecimento social dessa categoria, visto que os mesmos, com a criação do assentamento rural também acessam benefícios que viabilizam a melhoria de suas qualidades de vida, assim como destaca Girardi (2008, p. 292).

Essas políticas permitem a territorialização do campesinato, garantem acesso aos recursos de crédito e fazem com que os camponeses “*invisíveis*” até então sejam reconhecidos e melhorem sua condição de vida.

A reforma agrária utilizada para regularizar a situação dos posseiros é uma forma de reconhecer a luta dessa categoria que tem ocupado historicamente espaço no debate acadêmico como categoria que luta pela terra.

Esta pesquisa permitiu uma leitura da realidade de camponeses migrantes que chegaram ao Território da Transamazônica e ocuparam a terra como posseiros e, quando conseguiram o seu direito sobre a terra que ocupam por meio da criação do assentamento rural, tem esse direito interditado, assim como tem adiado os benefícios que aspiravam obter como clientes da política oficial de reforma agrária. Isso se deve ao fato de nos últimos anos, terem interditados assentamentos rurais devido à ocorrência de

---

<sup>1</sup> Os dados apresentam o número de projetos de reforma agrária localizados nos Estados do Pará, Mato Grosso, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Amazonas e Tocantins. Não foram considerados os projetos de reforma agrária localizados na Amazônia Maranhense. O total de Projetos de Reforma Agrária nesse Estado é de 952 projetos, um total de 124.288 famílias assentadas ocupando uma área de 4.600.598,8747 hectares.

irregularidades constatadas pelo Ministério Público Federal – MPF. Dentre as principais irregularidades na criação desses assentamentos o MPF apontou a ausência de licença ambiental, de memorial descritivo, mapas, parecer técnico, escritura da área, falta de estudos agrônômicos e sócio-econômicos e sobreposição de unidades de conservação e áreas indígenas (BRASIL, 2007). Nesse contexto, tenta-se identificar que implicações o embargo dos assentamentos trazem para as famílias, ou seja, em que esse processo interfere na situação de vida das mesmas.

Essa pesquisa tem como objeto central o processo de interdição de assentamentos rurais no território da Transamazônica e suas implicações na vida dos camponeses migrantes que compõem a heterogeneidade cultural dessa região, a partir do estudo de duas áreas no município de Pacajá-Pará, o Projeto de Assentamento Anapuzinho e o Projeto de Assentamento Cupuzal que localiza-se em parte no município de Novo Repartimento (Mapa 01). Nesse município, além do PA Anapuzinho e do PA Cupuzal, foram interditados mais três projetos de assentamentos rurais: o PDS Liberdade; o PA Renascer e o PA Terra para a Paz, este último abrangendo também parte do município de Portel. Esses assentamentos foram embargados no ano de 2007 pela mesma liminar que interditou 106 assentamentos criados entre 2005 e 2006 pela Superintendência Regional de Santarém – Pará (SR 30). Nesses assentamentos, com exceção do PDS Liberdade, já haviam famílias residindo na área, em alguns casos desde os anos de 1980.

A escolha do município de Pacajá, a sudoeste do Estado do Pará, como *locus* da pesquisa se deve ao fato de nos últimos seis anos ter estabelecido um contato com sindicalistas e camponeses do município e ter vivenciado o esforço do STTR para a regularização das terras ocupadas por camponeses durante a colonização espontânea<sup>2</sup>. O STTR tem como uma de suas bandeiras de luta a reforma agrária, sendo possível verificar que uma das principais conquistas citadas pela direção do STTR está justamente no fato de ter conseguido a partir de reivindicações junto ao INCRA a implantação de Projetos de Assentamentos no município (BRITO, 2009, p. 59). O fato de já se ter estabelecido um contato anterior com o STTR, tornou possível constituir uma parceria que facilitou o diálogo com as lideranças e com os “assentados/posseiros” que constituem os principais sujeitos dessa pesquisa.

---

<sup>2</sup> Refere-se ao processo de ocupação de terras que se deu por iniciativa dos próprios migrantes, na maioria nordestinos, que construíram seu próprio modelo de ocupação e sua matriz de organização social, adotando do modelo oficial de ocupação (colonização dirigida) apenas o módulo fundiário (Hébette, 2004a p. 123).

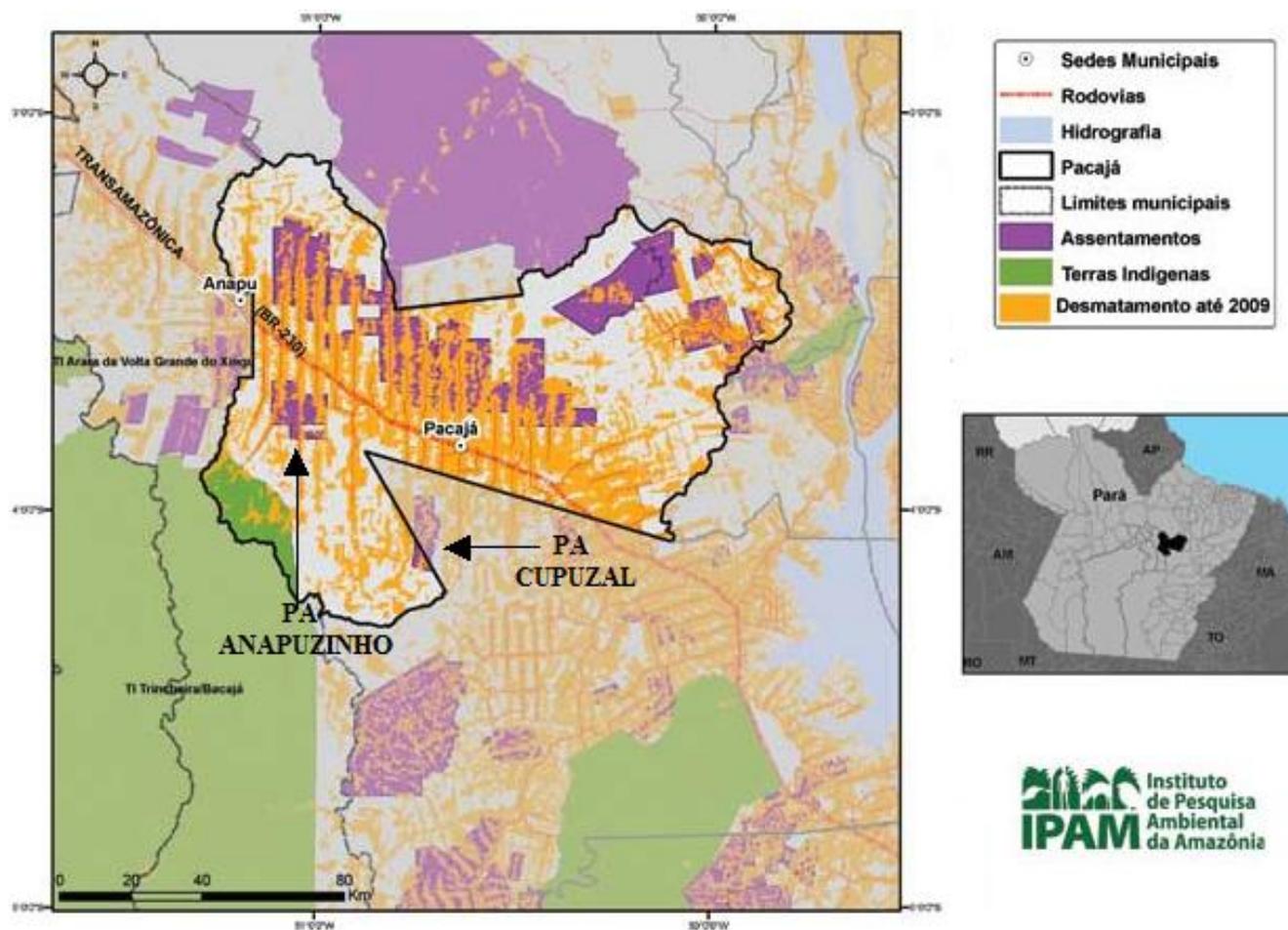
A questão fundiária é um dos grandes problemas na Amazônia, apresentando uma estrutura que abre brechas para que latifundiários e capitalistas expandam seus territórios (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 27). A questão agrária brasileira apresenta historicamente uma série de problemas que estão diretamente relacionados às políticas que privilegiaram a grande propriedade em detrimento da pequena e que favoreceu um cenário de marginalização e exclusão social dos camponeses. Na região Amazônica, esse cenário não é diferente, havendo legítimos casos de beneficiamento ao estabelecimento da grande propriedade, principalmente através das políticas de incentivos fiscais e subsídios oferecidos aos capitalistas. Segundo Oliveira (2001, p. 186) foi justamente a política de incentivos fiscais do governo federal que viabilizou a fusão Capitalistas/latifundiários e transformou os capitalistas industriais e urbanos em grandes proprietários de terra.

A regularização fundiária é uma luta nacional, mas que se materializa regionalmente como reivindicação dos movimentos sociais do Território da Transamazônica. Na década de 1990 o movimento social organizado no Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST)<sup>3</sup> promove um Seminário denominado **“Debate Sobre a Luta pela Sobrevivência na Transamazônica”** que reunia delegações dos municípios da região, representantes dos governos em todas as esferas, parlamentares e instituições não governamentais e ainda, representantes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Prelazia do Xingu, com o intuito de dar visibilidade às lutas dos moradores da região, sendo a regularização fundiária uma das principais exigências do movimento (Anexo A).

---

<sup>3</sup> Em 1992 as lideranças do MPST mudam a denominação do movimento para Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e cria a Fundação Viver Produzir e Preservar para ser a sua representação jurídica.

**Mapa 1** Mapa de localização da área de estudo



Fonte: IPAM/FVPP, 2011

A temática dessa pesquisa surgiu a partir de minha vivência acadêmica, no período em que era estudante de Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira. Desde o ano de 2005, quando pela primeira vez estive no município como estudante de graduação e bolsista do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), estabeleci o diálogo com algumas famílias, o STTR e a Associação dos Trabalhadores Rurais de Pacajá (ATRP). Neste período tive a oportunidade de conversar com posseiros sobre o assunto e presenciar reuniões entre estes e representantes do INCRA para a resolução da questão fundiária no município. No ano de 2007, durante a minha pesquisa de conclusão de curso que tinha como objetivo investigar a trajetória do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pacajá tive a oportunidade de acessar informações referentes à ação dessa entidade nessa questão. As famílias reivindicavam ao INCRA o reconhecimento formal de suas posses, ou seja, queriam legitimar a situação fundiária para assim poderem acessar outros direitos, como o de acesso ao crédito agrícola. Os camponeses entendem que a regularização das áreas possibilitam, além do reconhecimento social, melhorarem suas condições de vida devido ao acesso ao crédito e ao programa de assistência técnica que favoreça a melhoria da produção agrícola.

A interdição e cancelamento do projeto de assentamento colocam abaixo uma construção histórica baseada na luta pelo reconhecimento da posse e do modo de vida camponês. Essa situação pode ser verificada nos casos estudados em que a busca de acesso à terra se inicia ainda no processo da colonização espontânea e se concretiza com a criação do assentamento rural, mas, quando tudo parecia estar solucionado, ou seja, quando as famílias tinham o processo para garantir o seu direito sobre a terra pelo acompanhamento do órgão governamental, as mesmas se depararam com um retrocesso administrativo, passando de assentados a posseiros novamente.

A categoria posseiro embora seja consistente do ponto de vista jurídico conforme se pode ver na literatura pertinente ao assunto (GUERRA, 2001, p. 95), ele é negado do ponto de vista da sociedade dominante por não ter o título da terra expedido em seu nome pelo Estado, e formalmente não ser proprietário. No caso em estudo, ainda que os camponeses tenham acessado a terra por meio da posse de terra devoluta ou compra de direitos a criação do assentamento representava o reconhecimento social da categoria.

Os assentamentos estudados têm suas histórias de ocupação na colonização espontânea, sendo que a maioria das famílias residentes nesses assentamentos chegou à

região na década de 1980 e 1990. As famílias permaneceram em situação de posse durante muitos anos e conseguiram a regularização de suas terras com a criação dos assentamentos. A partir do ano de 2007 com o contexto que se instaurou com o embargo dos assentamentos rurais, as mesmas voltaram a situação cujo direito legal sobre a terra se torna indeterminado, permanecendo excluídas dos programas de crédito e de assistência técnica.

Assim como constatou Medeiros; Leite (2004, p. 35), os assentamentos rurais, além de representarem a garantia do direito de acesso a terra, apresentam-se como condição de acesso a um conjunto de outros bens, pois geralmente se tem nos assentamentos populações com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, seja por conta da baixa escolaridade (parcela é analfabeta ou com primeiro grau incompleto), seja em virtude da idade em que predominam titulares entre 41 e 60 anos, sendo o acesso à terra uma alternativa possível de sobrevivência e de reconhecimento social.

Procurou-se identificar na trajetória dos camponeses a relação dos seus projetos de vida com a terra e analisar as dimensões sociais, econômicas e políticas que compõem os assentamentos em estudo. Nestas áreas o acesso à terra se materializa antes da criação do assentamento, sendo este uma possibilidade para a regularização da situação fundiária das famílias.

Procurou-se evidenciar os elementos que estão em jogo nos processos de criação e interdição dos assentamentos e que favorecem à compreensão da problemática. Quais as expectativas e as frustrações que tal processo provocou nessas localidades e de que forma as famílias estão se mobilizando para solucionar esse problema? Como a configuração formal interfere no desenvolvimento dos diferentes projetos pensados, por parte das famílias? Será possível melhorar a situação das localidades com a criação do assentamento?

A interdição dos assentamentos rurais no município atinge diretamente 1.337 famílias. Entender qual o impacto desse processo na situação dessas famílias é fundamental para proporcionar uma discussão mais ampla no que diz respeito às políticas de reforma agrária específicas para esse grupo e compreender quais os embargos para a sua efetivação.

*A priori*, foi feita uma pesquisa exploratória que serviu para delimitar o estudo, para buscar a bibliografia pertinente e construir a problemática de pesquisa. Como citado anteriormente, o interesse por esse tema surgiu ainda durante a minha graduação em Agronomia quando participei de um Projeto de Pesquisa intitulado “Governar com

Participação<sup>4</sup>” e identifiquei na atuação do STTR de Pacajá a relevância da questão fundiária. A primeira questão suscitada nessa pesquisa estava relacionada à história dos camponeses e do STTR na luta pelo acesso e conquista da terra com a criação do assentamento rural Anapuzinho<sup>5</sup>. O intuito era verificar as melhorias alcançadas pelos camponeses com a implantação do projeto. Antes da criação do assentamento, era recorrente ouvir dos camponeses as dificuldades que os mesmos enfrentavam por não ter o documento que comprovasse a propriedade da terra.

Para efeito desta dissertação, na primeira pesquisa exploratória realizada no município nos meses de agosto e setembro de 2011 conversei com lideranças do STTR, e pude identificar que o Assentamento que havia escolhido para realizar a pesquisa já não se constitui em assentamento, pois tinha sido interditado pelos motivos citados anteriormente na exposição da problemática de pesquisa. A primeira opção foi mudar de área de pesquisa, mas em conversa com o orientador optei por abordar o problema que me estava sendo imposto pelo contexto.

Após esse momento realizei entrevistas de sondagem no município de Pacajá e no município de Altamira com alguns funcionários do INCRA – Superintendência de Santarém – SR 30 e mantive um contato com o Secretário de Políticas Agrárias do STRR de Pacajá, responsável pelas questões relacionadas à estrutura fundiária do município, questões ligadas à ocupação de terras, regularização e implantação dos assentamentos.

Nesse momento o Sindicato estava engajado na resolução de um conflito na área onde seria implantado o PDS Liberdade, envolvendo famílias que haviam decidido ocupar a área mesmo antes que o INCRA a liberasse para ocupação, e uma indústria madeireira que havia se instalado na mesma área. Esse conflito continuou e a área foi alvo de uma ocupação desordenada, onde existem mais de 100 pessoas. Há aquelas que ocuparam a área em lotes de até 100 hectares com apoio do sindicato, e outras que ocuparam lotes com extensão superior a 100 hectares de terra e já plantaram capim para

---

<sup>4</sup> Projeto de Pesquisa “**Governar com Participação**”, cujo plano de trabalho intitulado de “**Sindicalismo de Trabalhadores Rurais e Desenvolvimento Sustentável na Transamazônica Paraense**” teve como objetivo levantar a trajetória do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pacajá sob orientação do Professor Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra e recursos do Conselho Nacional de Pesquisa Científica– CNPq por meio de uma Bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq.

<sup>5</sup> Assentamento localizado na Vicinal 338 Sul, visitado várias vezes como bolsista de iniciação de projetos desenvolvidos pelo Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET). Tive contato com camponeses dessa vicinal quando ainda não havia sido criado o assentamento Anapuzinho.

criação de gado bovino. Além desse caso específico o Sindicato está em constante atividade pela liberação dos assentamentos e consolidação daqueles já existentes. Além do STTR, a Prefeitura Municipal de Pacajá (PMP) por ação da Secretaria de Meio Ambiente também está atuando com vistas a resolver essa situação.

A primeira visita às localidades aconteceu nos meses de dezembro de 2011 (PA Cupuzal) e Janeiro de 2012 (PA Anapuzinho) onde foi feita uma conversa com camponeses incluindo lideranças da localidade sobre o processo de interdição dos assentamentos rurais, com o intuito de compreender o processo sob as suas perspectivas.

A revisão teórica privilegiou o debate sobre o campesinato e como a terra se apresenta como componente para a investigação da especificidade camponesa. O intuito foi confrontar os elementos teóricos com a realidade empírica. Foi feita uma revisão sobre a relação do camponês com a terra e de que modo as lutas que se desencadearam no Brasil por causa da terra abriu espaço para a implantação dos assentamentos de reforma agrária. Essa revisão serviu como base à compreensão da situação vivenciada pelos posseiros/assentados, visto que os aspectos históricos relacionados à constituição do campesinato no Brasil, a conformação da estrutura fundiária e os avanços e recuos para implementação da reforma agrária constituem elementos importantes para a compreensão da realidade desses camponeses, migrantes que têm no assentamento a possibilidade de melhorarem as suas condições de vida.

O trabalho de campo foi realizado por meio da combinação de diversas técnicas de pesquisa. Como principais técnicas foram utilizadas a entrevista (informais<sup>6</sup> e semiestruturada), e a história oral, visto que a combinação desses procedimentos possibilitou uma melhor apreensão da realidade dos camponeses, na sua relação com a terra, naquilo que influenciou a vinda dessas famílias para a região e na identificação da dinâmica de ocupação, criação e interdição dos assentamentos. Além desses procedimentos foi fundamental a pesquisa documental, para análise do processo de criação e interdição dos assentamentos. Estes documentos foram adquiridos no INCRA, STTR de Pacajá e Associações dos assentamentos. As entrevistas foram realizadas com lideranças sindicais, funcionários do INCRA, da Secretaria do Meio Ambiente de Pacajá e lideranças locais.

---

<sup>6</sup> Entrevista informal é aquela em que o entrevistador sugere o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o mesmo. Todo o processo de entrevista é feito por meio de uma conversação informal.

A entrevista que foi realizada com assentados/posseiros durante o trabalho de campo foi norteada por um roteiro (Apêndice A) contendo questões abertas e fechadas. A entrevista semiestruturada foi escolhida, visto que ela permite uma maior flexibilidade durante a obtenção dos dados, possibilitando que durante o processo de entrevista fluam assuntos contemplados durante a elaboração do roteiro pela pesquisadora. Esse roteiro foi aplicado diretamente ao responsável pela família. Em algumas ocasiões a presença do cônjuge foi de suma importância para enriquecer as informações referentes às estratégias de vida dos camponeses.

O roteiro de entrevista constou de indagações relacionadas ao entrevistado, para identificação de sua trajetória de vida, suas motivações e perspectivas futuras, bem como também de perguntas relacionadas à família e ao estabelecimento familiar. Em relação à unidade de produção familiar foi investigado o processo de organização do trabalho, com especificação de aspectos econômicos, sociais e políticos das famílias, bem como das formas de utilização da terra.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa que privilegiam o aspecto da investigação do processo de interdição dos assentamentos, enfocando as implicações na situação das famílias, foi necessário obter informações gerais, identificando o processo histórico de ocupação da área. Para o levantamento desses dados foi necessário realizar entrevistas com representantes dos camponeses de forma que se tivesse um panorama geral dos aspectos sociais e políticos do assentamento a partir de suas percepções, bem como procurou-se entrevistar camponeses que estão a mais tempo no assentamento. Foi utilizado para esse levantamento, um roteiro (Apêndice B) que norteou o processo de entrevista.

A história oral foi utilizada com o intuito de compreender a trajetória de vida do sujeito, enfocando o vínculo que o mesmo estabeleceu com a terra de modo que se pudesse evidenciar a presença desse componente terra como impulsionador do projeto de vida desses sujeitos, ou não. Por meio dessa técnica, a mobilização da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) foi um elemento fundamental, visto que possibilitou identificar fatos da trajetória de vida dos assentados, bem como da trajetória do assentamento, até a sua atual conformação. A memória coletiva, como sugere Halbwachs (1990), refere-se ao tratamento de uma identidade coletiva com enfoque nas lembranças e nos ideais guardados por um grupo limitado no tempo e no espaço. A memória coletiva “retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990, p. 31).

Essa segunda fase da pesquisa consistiu na ida a campo para a coleta das informações centrais para a construção da dissertação e foi feita em duas etapas. Foram realizadas entrevistas com 10 camponeses do Cupuzal e 13 do Anapuzinho. Durante a realização desse trabalho de campo permaneceu-se 10 dias em cada localidade, nas residências de algumas famílias, possibilitando desta forma o processo de observação que enriqueceu as informações colhidas. A pesquisa concentrou-se na análise desses 23 camponeses, mais houve ocasiões em que se teve a oportunidade de conversar com outros camponeses, com alguns professores e com a agente comunitária de saúde (ACS) do Anapuzinho.

No total foram realizadas 23 entrevistas com aplicação do roteiro aos responsáveis pelas famílias (Apêndice A), 6 entrevistas com aplicação do roteiro para as pessoas chaves (Apêndice B), 6 entrevistas informais com camponeses das duas localidades, 2 entrevistas com lideranças sindicais, entrevistas com o representante do INCRA em Pacajá, com 2 representante do INCRA em Altamira, com o representante do Programa Terra Legal, com 1 representante da Secretaria Municipal de Saúde e 1 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Em virtude de preservar a identidade dos entrevistados os mesmos serão citados no texto utilizando-se o nome de plantas nativas do Brasil.

No PA Cupuzal a lista de beneficiários consta de 147 assentados e no PA Anapuzinho tem 109, totalizando 256 camponeses. Realizou-se entrevistas com camponeses migrantes, que chegaram à região influenciados pela abertura da fronteira agrícola da Amazônia e com alguns camponeses que tiveram acesso à terra num período mais recente, a partir do ano 2000 como resultado das estratégias de reprodução social.

O caminho da pesquisa remete-se, portanto, à minha própria trajetória acadêmica, em que as vivências com os camponeses nessa região me fizeram refletir sobre como vem sendo conduzida a regularização fundiária e política de reforma agrária no município. O caminho da pesquisa também está relacionado à rota da pesquisa de campo, que iniciou ainda no ano de 2011 e perdurou por todo o ano de 2012. No processo de construção da pesquisa encontraram-se dificuldades, devido ao difícil acesso às áreas dos assentamentos, percursos que eram feitos principalmente com o uso de motocicleta (Fotografia 1) com uma potência razoável para transitar nos aclives e declives dos mesmos. Na pesquisa de campo foram utilizadas duas motocicletas do modelo NXR150 BROS ES com potência de 150 cilindradas. Durante toda a realização da pesquisa de campo nas localidades em estudo estive acompanhada do meu esposo,

Claudionor Alves Portugal. Ele foi fundamental, principalmente, nos momentos em que precisei me deslocar para a obtenção da coleta de dados em campo.

Quando aparece o fator estrada como um dos principais problemas enfrentados pelas famílias nas localidades, pude aproximar a percepção porque a vivenciei. No período de estiagem (verão) é forte a incidência da poeira, e no período chuvoso (inverno) a lama e os constantes atoleiros fazem parte das vivências das pessoas que trafegam pela Rodovia Transamazônica e pelas estradas vicinais. Durante uma das visitas às localidades foi possível perceber que mesmo no período em que não está chovendo as dificuldades de se trafegar pela região são grandes, a poeira afeta a visibilidade de quem está dirigindo e pode provocar acidentes. Nas fotografias 2 e 3 é possível visualizar condições freqüentes na vida de quem trafega pela BR 230.

**Fotografia 1** O meio de transporte utilizado para a realização da pesquisa de campo



**Foto** MNSB, 2012

**Fotografia 2** Rodovia Transamazônica – BR 230**Foto** MNSB, 2012**Fotografia 3** Caminhão virado na BR 230.**Foto** MNSB, 2012.

O texto foi organizado em uma introdução geral, quatro capítulos e as considerações finais. Os capítulos foram subdivididos em itens temáticos. O primeiro ocupa-se em levantar um histórico sobre o campesinato brasileiro perpassando pelas discussões que desencadearam no Brasil em decorrência das lutas pela terra com vistas à consolidação da reforma agrária. Apresenta também um breve histórico da reforma agrária no Brasil enfocando a relação dessa política com as discussões sobre o campesinato.

No segundo capítulo discute-se a respeito do processo de interdição de assentamentos no Pará, enfocando o papel do Estado como agente impulsionador do processo de ocupação da Amazônia. As estratégias governamentais de ordenar o espaço na Amazônia é o foco desse capítulo.

No terceiro capítulo ressaltam-se as migrações camponesas para a região da fronteira amazônica a partir da análise da vida dos camponeses entrevistados. As migrações das famílias em estudo são também reflexos do processo mais geral que promoveu a colonização dessa região. Faz-se uma caracterização dos assentamentos estudados apontando diferenças entre as duas localidades, o histórico dos assentamentos e forma de uso da terra, levantando-se as principais características das famílias assentadas e as formas de organização social identificadas nos assentamentos.

Finalmente, no último capítulo desta dissertação tenta-se compreender o processo de cancelamento dos assentamentos na vida dos assentados, seus sonhos, perspectivas futuras, e os caminhos possíveis para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos que venham a favorecer a melhorias das condições de vida das famílias camponesas.

Nas considerações finais frisa-se em questões relevantes que apareceram durante o texto para imprimir os impasses gerados pelos embargos dos assentamentos na vida dos camponeses de Pacajá.

## **2 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DE CAMPONÊS A ASSENTADO**

Nesse capítulo serão abordados aspectos relacionados à especificidade do campesinato brasileiro. Nossa preocupação central é apresentar a noção de camponês a partir do debate a respeito dessa categoria sociológica que possui diversas formas de conceituação<sup>7</sup>, uma heterogeneidade de definições e categorizações que se apresenta como possibilidade de descrição e interpretação da realidade estudada.

Em contextos históricos, diferentes categorias, definições e denominações designativas e regionalizadas foram utilizadas no debate acadêmico com base no conceito de camponês<sup>8</sup>. Nessa dissertação utilizamos o conceito camponês para designar os migrantes, que chegaram e se estabeleceram na Transamazônica, influenciados pela abertura da fronteira agrícola da Amazônia e conseguiram se reproduzir socialmente como categoria que apresenta características específicas, em relação ao trabalho na terra e às relações que se estabelecem na comunidade e sociedade envolvente.

O debate sobre como a terra se apresenta como componente da especificidade camponesa revela aspectos para compreensão do modo como as lutas que se desencadearam no Brasil por causa da terra abriram espaço para as discussões políticas sobre a reforma agrária. Portanto, ao longo desse capítulo procura-se responder aos seguintes questionamentos em relação ao cenário brasileiro: quais os principais elementos constituintes do campesinato no Brasil, como se consolidou o processo de luta pela terra, como se define assentamento rural no Brasil e qual a importância da reforma agrária na dinâmica de vida dos camponeses, sobretudo na Amazônia.

Nos capítulos que se seguem veremos que muitas das características que moldam o campesinato brasileiro podem ser percebidas na configuração do campesinato que se formou no Território da Transamazônica. A relação com a terra como espaço de produção, de moradia e de reprodução social são uma característica marcante, bem como as estratégias de migrar e de lutar coletivamente por direitos.

---

<sup>7</sup> Cardoso (2002, p. 55) ressalta essa diversidade ao destacar que “a noção de camponês é, talvez uma das mais escorregadias que existem, por referir-se a realidades muitíssimo variadas no tempo e no espaço”.

<sup>8</sup> Rendeiros, foreiros, parceiros, arrendatários, posseiros, pequenos agricultores, camponeses, lavradores, trabalhadores rurais, migrantes, colono, sem terra, assentados, agricultores familiares e demais designações regionalizadas, são apenas algumas denominações que aparecem no debate acadêmico sobre o campesinato brasileiro.

## 2.1 CARACTERÍSTICAS DO CAMPSINATO BRASILEIRO

Até o início do século XIX, o que caracterizava a sociedade brasileira era a escravidão (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 269). Os latifúndios escravistas produziam fundamentalmente para a exportação, cujo produto mudava de acordo com os interesses da metrópole: primeiro açúcar e, no fim da escravidão, o café (SILVA, 1981, p. 7). Os portugueses implantaram um modelo de produção em que tudo era transformado em mercadoria para abastecer o mercado europeu visando à acumulação de capital (STEDILE; ESTEVAM, 2005, p.20).

Durante mais de 388 anos na história do Brasil, o latifúndio colonial e feudal e seu semelhante, o sistema escravista de plantação, mantinham um sistema de dominação que impedia as massas camponesas de terem acesso a terra para nela se fixarem e explorarem tendo em vista a sua reprodução (GUIMARÃES, 2009, p. 45). Nesse sentido, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 2005, p. 26).

No Brasil, o debate teórico acerca do:

(...) campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse (WANDERLEY, 2005, p. 26).

Guimarães (2009) salienta que “a formação do campesinato brasileiro deve-se a uma irreduzível e prolongada batalha” (Idem, p. 45) “que culminou com a institucionalização da pequena propriedade no alvorecer desse século, por uma coleção de decretos de suas majestades imperiais” (Idem, p. 48). O autor leva em conta um processo de gestação da propriedade camponesa (Idem, p.46) e destaca o papel do “posseiro ou intruso”, principalmente o posseiro ou intruso nativo, que enfrentam o poder latifundiário desde tempos mais recuados e quando nenhuma lei o protegia, quando somente sua própria audácia o amparava (Idem, p. 51).

Há autores que destacam a presença de formas camponesas mesmo antes do fim do regime escravista (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 2009; CARDOSO, 2009; PALACIOS, 2009). Desde o início da colonização é possível perceber o papel secundário que foi legado à pequena propriedade. A Coroa Portuguesa doou grandes

extensões de terra a um reduzido número de senhores (SILVA, 1981, p. 7) deixando uma parcela da população excluída do direito à terra. Mas, assim como destaca Linhares e Teixeira da Silva, inexistia fiscalização nas áreas de terras virgens, o que possibilitou o estabelecimento dos camponeses, mesmo durante o regime escravista.

Se é verdade que o mecanismo de doação de terras do Estado português nunca favoreceu a formação de um amplo campesinato nas terras coloniais, também é verdade que inexistia qualquer aparelho de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação intrusiva de terras virgens. Nas regiões de maior adensamento das fazendas de cana e demais produtos de exportação tornava-se impossível o surgimento de um campesinato livre em face da grande pressão exercida pelos “homens bons” sobre os mecanismos de distribuição de terras. Nada, porém, impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se internando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo de rios ou caminhos, constituindo-se numa retaguarda da ocupação branca do litoral (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 2009, p. 128).

Cardoso (2009) toma emprestada a expressão “brecha camponesa” de Tadeusz Lepkowski (1968) apud Cardoso (2009) para se referir às atividades agrícolas autônomas realizadas por escravos no interior das fazendas. Cardoso destaca que Tadeusz Lepkowski usou essa expressão para exprimir a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation*. Esse autor percebia duas modalidades dessa “brecha camponesa”:

1) a economia independente de subsistência que os negros fugidos organizavam nos quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não domésticos, criando uma espécie de mosaico camponês-escravo, o qual coexistia, porém, com a massa compacta, indubitavelmente dominante, das terras do senhor, nas quais o escravo era trabalhador agrícola ou industrial, fazendo parte de um grande organismo de produção (LEPKOWSKI, 1968, p.59-60 apud CARDOSO, 2009, p. 97).

Cardoso (2009) constatou que em todas as colônias ou regiões escravistas estudadas por ele (Brasil, Sul dos Estados Unidos, Venezuela, Antilhas espanholas, inglesas e francesas), muitos dos escravos dispunham de lotes em usufruto e de tempo para cultivá-los (Idem, p. 109). No tempo livre, os escravos geralmente realizavam atividades de coleta, produção de culturas de subsistência, criação de aves e outros animais, artesanato e, eventualmente, produziam culturas de exportação, destinadas, em proporções variáveis, ao próprio consumo e à comercialização (Idem, p. 110).

Na própria legislação brasileira do período colonial aparecem repetidas vezes a determinação de que se dê tempo livre para os escravos poderem trabalhar para o seu próprio sustento e ainda que se reservem terra para o cultivo de culturas alimentares, principalmente a mandioca, considerada o pão da terra (LINHARES; TEIXEIRA DA

SILVA, 2009, p. 128). Dentre as culturas alimentares, a que ocupava o primeiro lugar no Brasil colonial era a mandioca. Em apenas alguns exemplos da legislação da colônia citados por Prado Júnior (2004), é preciso constatar a valor dessa cultura para o Brasil.

O alvará de 25 de fevereiro de 1688 mandava que os lavradores de cana plantassem pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço; o de 27 de fevereiro de 1701, que os donos de embarcações ocupadas no tráfico africano tivessem roças próprias para plantar mandioca, suficiente para suas tripulações e para os escravos transportados (PRADO JÚNIOR, 2004 p. 163-164).

Caio Prado Júnior (2004, p. 158) ao tratar da agricultura destinada ao consumo e à manutenção da colônia brasileira (agricultura de subsistência), salienta que a maior parte dessa produção era realizada nos domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas. Uma parte dessa produção era realizada pelos próprios proprietários empregando nessa os mesmos escravos que tratavam da lavoura principal; e outra parte era realizada por conta dos próprios escravos, aos quais se concedia um dia na semana, geralmente o domingo, para tratarem de suas roças. Veja o que Graziano da Silva (1981, p. 20) ressalta sobre o tema.

Os latifúndios também produziam gêneros alimentícios. Na maioria das vezes essa produção era feita também por pequenos agricultores, que pagavam uma renda ao proprietário, pela utilização das suas terras. Outras vezes, a produção de alimentos era feita pelos próprios escravos nos seus "tempos livres" - domingos, feriados ou depois de terminada a jornada no eito.

Uma questão relevante é que Graziano da Silva, (1981, p. 20) destaca a presença de agricultores, mesmo durante o regime escravista, que produziam para a sua própria subsistência e vendiam o excedente da produção, podendo-se identificar outras categorias sociais, além das duas classes sociais básicas (Senhores e Escravos) durante esse momento da história do Brasil.

O latifúndio escravista era o eixo da atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: Os Senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços, e desempenhavam uma série de atividades. Vários eram "técnicos" empregados nos próprios latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes, etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio, como mascates, vendedores ambulantes, etc. outros ainda eram agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades.

Linhares; Teixeira da Silva (2009) salientam que a brecha camponesa não era a única forma de produção de alimentos na colônia. Os autores destacam que à margem do latifúndio, existia todo um segmento de lavradores que além de serem produtores de

cana e estarem diretamente vinculados ao engenho, também produziam alimentos para o autoconsumo e, ainda, para um fornecimento eventual às grandes unidades produtivas. Ressaltam ainda que outro segmento responsável pela produção de alimentos era aquele constituído de pequenos produtores, geralmente posseiros, que formavam uma ampla franja demográfica na região do Agreste e mesmo do Sertão (Idem, p. 131).

Cardoso (2009, p. 98) também cita o caso de lavradores livres. Seguindo uma tipologia elaborada por Sidney Mintz (1974) o autor salienta a presença de um campesinato sem terras (camponeses não proprietários), em que os lavradores eram arrendatários das fazendas existentes no interior das grandes propriedades produtoras de cana de açúcar. Nessa categoria de camponeses não proprietários Cardoso (2009) destaca os moradores e parceiros dos engenhos de açúcar do século XIX em Pernambuco, nos últimos tempos da escravidão, que trabalhavam nas plantações de cana ao lado dos escravos e recebiam parcelas em usufruto. Cardoso (2009, p. 98) cita também a presença de camponeses proprietários e de escravos que se refugiavam nos quilombos e realizavam atividades que o autor identifica como sendo camponesas.

Guillermo Palacios (2009, p. 147) também identifica uma massa de cultivadores livres no Nordeste. O autor faz uma periodização do processo percorrido pelos cultivadores livres do Nordeste entre os momentos de sua aparição como coletividades publicamente identificadas por outros segmentos da sociedade e os anos da sua transformação na força de trabalho necessária para dar continuidade ao sistema agrário centrado nas *plantations*, após a abolição da escravidão, que abrange, aproximadamente, o período compreendido entre 1700 e 1875.

É possível perceber que em muitos casos o campesinato brasileiro, desde seu surgimento, possui uma particularidade ligada ao fato de não deterem a propriedade da terra, moldando-se em um campesinato historicamente expropriado deste meio de produção (FREIRE; MOREIRA, 2012, p. 4) e no caso citado por Palacios (2009) camponeses que tinham autonomia e terra e que foram expropriados e subordinados posteriormente pelo processo de dominação das *plantations*. Essa característica do campesinato no Brasil desencadeou uma série de “enfrentamentos armados por causa da terra” (GRZYBOWSKI, 1990, p. 16) e moldou um campesinato “desenraizado, migrante e itinerante” (MARTINS, 1990, p. 130). Como exemplo dessa particularidade do campesinato no Brasil, Dourado (2010) realça o fato de que o camponês expropriado acaba se reterritorializando em outro lugar, de maneira a recriar e inaugurar novos espaços que assegurem a manutenção do modo de vida camponês.

É comum que camponeses expropriados e em busca de uma nova territorialidade migrem para outras regiões, como temos inúmeros exemplos no Brasil, onde camponeses do Sul migraram para a Amazônia em busca da “terra prometida”. (DOURADO, 2010, p. 46)

As migrações justificam-se pela busca de novos espaços onde os camponeses possam expressar o seu modo de produzir e de viver (WELCH et al. 2009, p. 14). Woortmann (2009) ressalta, porém, que as migrações camponesas não são apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas são parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. “Migrar, de fato pode ser condição para a permanência camponesa” (WOORTMANN, 2009, p. 217). No estudo que realizou com sitiantes do Nordeste (categoria definida pelo autor como camponeses que detém o domínio sobre a terra e, em alguns casos sobre um território definido por princípios de parentesco), Woortmann (2009, p. 217) distinguiu três modalidades de migração: a migração pré-matrimonial do filho, a migração do tipo circular realizada pelo chefe de família e a emigração definitiva. Segundo o autor, os três tipos de migração têm significados específicos, mas se articulam no sentido de garantir a reprodução social do campesinato.

Oliveira (2001, p. 188) realça o fato de o campesinato brasileiro ter que migrar devido à concentração de terras, que deixa para o mesmo apenas uma ínfima parte das terras, obrigando muitos filhos, cujas propriedades dos pais não comportem mais a partilha, a lutarem pela reconquista da terra. Ressalta ainda, que os camponeses “praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, sem terra, que lutam para conseguir o acesso à terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

A luta pela terra é mais uma das características abordadas por autores que tratam do campesinato brasileiro (OLIVEIRA, 2001; MARTINS, 1990; GRZYBOWSKI, 1990; MEDEIROS, 2002). Essa expressão marca um dilema na vida dos camponeses, visto que historicamente marginalizados do direito de acessar a terra ou de permanecer na terra, tiveram que se organizar em movimentos (Ligas camponesas, Movimento de posseiros, de indígenas, Movimentos dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos pelas barragens) para reivindicarem esse direito, que vai muito mais além do se ter a terra, mas expressa a busca pela materialização do seu modo de vida. Posseiros, agregados, arrendatários, moradores dos engenhos, sem-terra, são apenas algumas das denominações que demonstram essa especificidade do campesinato brasileiro, historicamente destituído do meio de produção fundamental para a reprodução de suas famílias.

A terra apresenta-se como um elemento central, mesmo quando esses camponeses têm dificuldades de acesso à mesma. No Brasil, uma figura central para a compreensão do valor da terra para o camponês, é o posseiro, entendido por Guerra (2001) como:

(...) camponês a caminho de seu reconhecimento social, como camponês em luta pela afirmação de sua identidade, como um camponês que, consciente de si mesmo tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político (GUERRA, 2001, p. 18).

Para Guerra (2001) o posseiro é aquele que luta pela terra, visto que a mesma é fundamental para o sustento de sua família. Assim como na história dos posseiros no Brasil, cuja luta pela terra traduziu-se em embates no campo entre grandes proprietários e camponeses (MEDEIROS, 2002), toda história agrária pode ser analisada como uma luta dos camponeses pela posse total da terra, uma luta que os libertaria dos direitos senhoriais e das servidões coletivas (MENDRAS, 1984 apud WANDERLEY, 2005 p. 31).

Mendras (1978) ressalta que o camponês tem um vínculo forte com a terra que é quase sempre rara. Heredia (1979) também destaca essa condição de terra rara, evidenciando como a problemática da escassez de terra dificulta o processo de reprodução do grupo doméstico e, conseqüentemente, o de transmissão do patrimônio para as futuras gerações.

É importante destacar que diante da situação de escassez de terras os camponeses se vêem obrigados a utilizarem estratégias para superá-la e conseguir assegurar a reprodução da família e do modo de vida camponês. Heredia (1979) destacou algumas das estratégias utilizadas pelos camponeses com vistas a superar essa dificuldade. Uma das estratégias se refere a manter o filho casado na terra sem que este usufrua de um roçado próprio, sendo obrigado a vender sua força de trabalho para garantir o sustento de sua família. Outra estratégia se constitui na migração permanente de alguns membros da família como forma de evitar a fragmentação da terra, ficando pelo menos um membro do grupo na terra mantendo-se na condição de camponês.

A terra, que contem significados que justificam o modo de vida camponês, seja posse, ou propriedade, ou esteja apenas no desejo dos camponeses de conquistá-la, representa um elemento essencial na vida desses produtores. Em fragmentos de uma entrevista feita por Heredia (1979) a um camponês é possível verificar a importância da terra para a continuação dessa categoria social, visto que ele a coloca como a “morada da vida”:

A terra é a morada da vida, tudo se acaba, mas a terra não. Toda herança que o pai deixa no fim da vida, a viúva fica aflita, mas eles sabem que a terra não se acaba, passa para os netos e para os bisnetos (...). Toda riqueza sai da terra (...) a terra pode-se dizer que é o maior tesouro do mundo (...) ali a gente tira para comer, tira para vestir (...). A terra é de muito valor, da terra o homem arruma o pão de cada dia (...) (HEREDIA, 1979, p. 150).

A frase que a autora transcreve desse camponês resume a forma como ele encara a terra. Por esse motivo é possível verificar no histórico do campesinato brasileiro, a luta pela terra como um componente essencial da sua característica. A terra é valorizada não como a terra em si, mas em função da sua importância enquanto instrumento de trabalho que possibilita a conservação de sua autonomia e garantia da sua reprodução social (MARTINS, 1990, p. 131).

Autores como José de Souza Martins (1990) e Luiz Eduardo Soares (1981) destacaram a importância da terra como acesso franqueado à liberdade. A sua liberdade ao trabalho familiar de forma autônoma (MARTINS, 1990, p. 131), ou seja, “o controle sobre o meio de produção essencial e a moradia independente, em território próprio ou livre, equivalente à autonomia da vida doméstica e familiar” (SOARES, 1981, p. 39).

O campesinato brasileiro também é marcado pela diversidade. Diversidade que está ligada à heterogeneidade das formas como o campesinato se formou e se desenvolveu no espaço nacional. Görgen (2005) ressalta que a diversidade camponesa revela o fato de que os camponeses souberam se adaptar a cada realidade brasileira, convivendo com as especificidades de cada local. Por esse motivo é possível incluir, segundo WELCH et al. (2009), na diversidade camponesa:

...os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas, os extrativistas que usufruem dos recursos naturais como povos das florestas (agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros), os que usufruem dos fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão, os quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram ao mercado, os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WELCH, et al. 2009, p. 14).

Essa diversidade camponesa revela também outro aspecto que integra o campesinato brasileiro: a identidade. Görgen (2005) destaca que a diversidade do campesinato liga território, práticas sociais, ambiente e cultura, cimentando identidades que se transformam em verdadeiras trincheiras de resistência. Ela produz sujeitos

políticos coletivos que lutam por direitos, por tradições, por sobrevivência e por perspectivas de futuro sem destruição de sua própria história e seus meios de vida.

## 2.2 A HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A expressão “luta pela terra” se materializou como campo de debate sobre o camponato no Brasil a partir, principalmente, da década de 1950 quando se evidenciam vários movimentos camponeses cuja bandeira de luta ressaltava a importância da terra para a categoria. Leonilde Medeiros ressalta que no Brasil os camponeses, questionavam a concentração fundiária e seus efeitos sobre o desenvolvimento do país e aspiravam pela consolidação da reforma agrária (MEDEIROS, 2002, p. 10). Segundo Girardi (2008, p. 275) a reforma agrária era defendida como política capaz de solucionar os problemas da questão agrária brasileira.

A estrutura agrária brasileira é marcada historicamente pela concentração fundiária. Os dados do INCRA, citados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, Ano 2011) na tabela 1, apontam um quadro de concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Mais de 50% das terras representam menos de 2% dos imóveis rurais brasileiros (aqueles cuja extensão é maior que 1000 ha), enquanto que a maioria (86%) dos imóveis, cuja extensão não ultrapassa 100 ha, possuem apenas 17,1% da área cadastrada pelo INCRA.

Oliveira (2005) já destacava esse elevado índice de concentração fundiária no ano de 2003. O autor realçou que no Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou chegando à conclusão de que “muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra” (Idem, p. 48). Sauer; Souza (2008), ao analisarem a estrutura fundiária brasileira tanto a partir dos critérios do INCRA como do IBGE chegaram à mesma conclusão. Portanto, os dados apresentados na tabela 1 e em estudos anteriores comprovam a elevada concentração fundiária brasileira.

**Tabela 1** Estrutura fundiária no Brasil, ano 2009

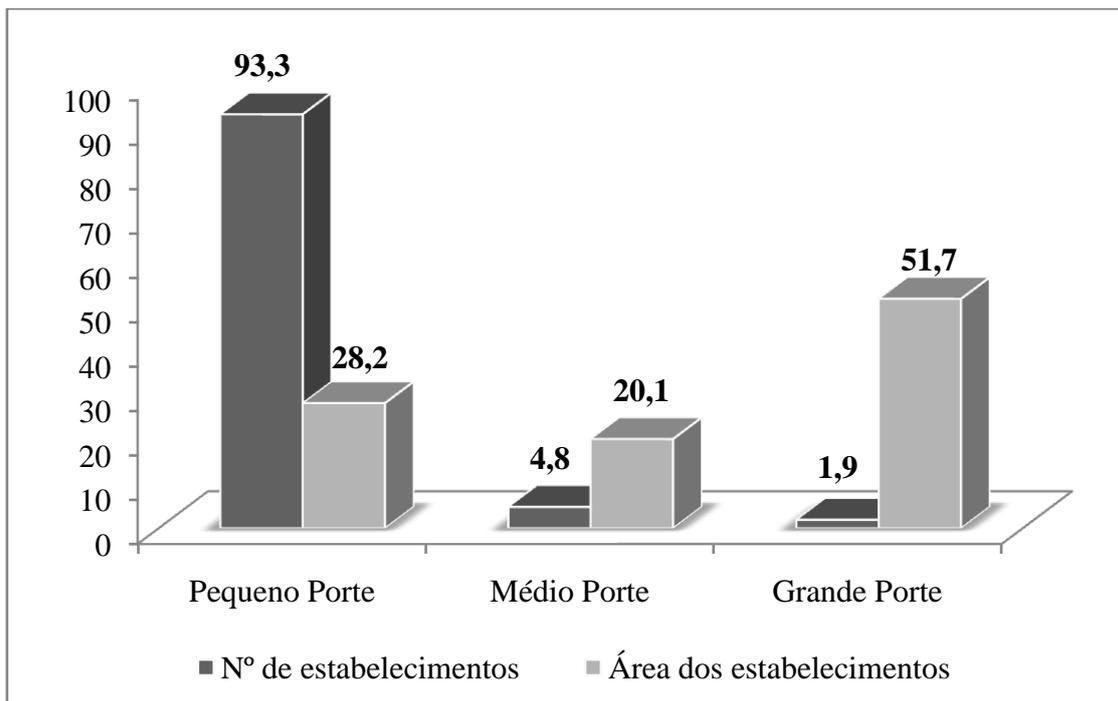
Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
<b>Total</b>	<b>5.181.645</b>	<b>100,0</b>	<b>571.740.919</b>	<b>100,0</b>	<b>110,3</b>

Fonte: DIEESE, 2011

A concentração da terra pode ser visualizada também no gráfico 1 que explicita a distribuição a partir da faixa de módulos fiscais, conceituada pela Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária. De acordo com a legislação (artigo 4º), a pequena propriedade corresponde àquelas com até quatro módulos fiscais, a média propriedade corresponde às propriedades com mais de quatro e até quinze módulos fiscais e a grande compreende as propriedades com mais de quinze módulos fiscais (OLIVEIRA, 2005, p. 48)<sup>9</sup>. As informações apresentadas no gráfico 1 referem-se aos dados do INCRA relativo aos imóveis rurais brasileiros.

<sup>9</sup> O módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, visto que considera alguns fatores como: 1) tipo de exploração predominante no município; 2) renda obtida com a exploração predominante; 3) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; 4) o conceito de propriedade familiar (DIEESE, 2011). Portanto, a área dos módulos fiscais varia bastante, sendo que o menor módulo fiscal tem 5 hectares no Distrito Federal e o maior tem 110 hectares no Pantanal (OLIVEIRA, 2005, p. 49)

**Gráfico 1.** Distribuição do número e áreas dos estabelecimentos agropecuários no Brasil por faixa de módulos fiscais do INCRA, Ano 2006 (em%)



Fonte: Adaptado de DIEESE, 2011

A partir dos dados do gráfico pode-se constatar que 93,3% das propriedades ocupavam 28,2% da área, enquanto que 51,7% da área total correspondiam a 1,9% dos imóveis rurais brasileiros. O que podemos verificar, portanto, é uma desigualdade na distribuição da terra: enquanto uns poucos tem muita terra, outros são muitos e tem pouca, e alguns ainda nem tem a terra tão almejada pelo menos para garantir a reprodução das suas famílias. Essa desigualdade na distribuição de terra, resultado da estrutura fundiária e do modelo agropecuário adotado no Brasil, são responsáveis pela pobreza e desigualdade no meio rural brasileiro, se constituindo, segundo Sauer; Souza (2008, p. 68) na principal causa de conflitos agrários.

A desigualdade na distribuição da propriedade da terra no Brasil pode ser demonstrada na tabela 2 com o índice de Gini, que é um índice estatístico que varia de zero (0,00) a um (1,00), sendo que zero indica igualdade absoluta e um significa concentração absoluta (SAUER; SOUZA, 2008, p. 65). Podemos constatar, de acordo com a tabela 2, que no Brasil o índice de Gini mantém-se elevado em toda a evolução apresentada, comprovando desta forma que se refere a um país com significativa concentração de terras. Todas as regiões brasileiras apresentam índices elevados, com destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, onde os índices em quase todos os anos apresentados na tabela, apresenta valores com mais de 0,800.

**Tabela 2** Índice de Gini das Regiões Brasileiras, Ano 1967, 1972, 1978, 1992, 1998 e 2000.

Regiões e Brasil	Ano					
	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
Brasil	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

Fonte: DIEESE, 2011

Girardi (2008, p. 203-204) apresenta os dados do índice de Gini para os Estados brasileiros e Distrito Federal no ano de 2003. O autor constatou que em todas as unidades da federação o índice de Gini era superior a 0,566. De acordo com os dados apresentados por Girardi, o Estado do Pará, com índice de Gini em 2003 de 0,823, apresenta-se como um dos estados brasileiros com maior concentração fundiária, acompanhado por Amazonas, Distrito Federal e Bahia. Por meio da tabela 3 podemos visualizar a concentração fundiária dos estados brasileiros, verificando que no Pará de 1992 para 2003, houve uma queda no índice de Gini, todavia, a maior parte da área apresenta-se ainda concentrada de forma média a alta.

**Tabela 3** Índice de Gini dos Estados Brasileiros (1992, 1998 e 2003)

UF	1992	1998	2003
Acre	0,883	0,865	0,785
Alagoas	0,783	0,783	0,784
Amapá	0,842	0,775	0,585
Amazonas	0,935	0,927	0,837
Bahia	0,802	0,826	0,807
Ceará	0,684	0,695	0,691

Espírito Santo	0,615	0,632	0,626
Goiás	0,717	0,720	0,720
Maranhão	0,740	0,759	0,719
Minas Gerais	0,745	0,754	0,741
Mato Grosso do Sul	0,807	0,806	0,805
Mato Grosso	0,813	0,803	0,763
Pará	0,888	0,885	0,823
Paraíba	0,753	0,758	0,755
Pernambuco	0,757	0,756	0,742
Piauí	0,743	0,767	0,755
Paraná	0,693	0,702	0,677
Rio de Janeiro	0,728	0,742	0,738
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752
Rondônia	0,631	0,631	0,567
Roraima	0,870	0,789	0,597
Rio Grande Do Sul	0,713	0,718	0,693
Santa Catarina	0,625	0,632	0,607
Sergipe	0,788	0,788	0,773
São Paulo	0,75	0,754	0,744
Tocantins	0,661	0,685	0,678
Distrito Federal	0,781	0,804	0,827
Brasil	0,826	0,838	0,816

Fonte: GIRARDI, 2008

As discussões que envolvem a distribuição da terra no Brasil apontam para uma desigualdade histórica que se perpetua. Os índices do Gini demonstram que a concentração de terras mantém-se quase estável ao longo do tempo. Motta (2006, p.42) ressalta que por um lado, a concentração da propriedade nas mãos dos grandes fazendeiros nos remete à sua busca de autopreservação e da continuidade de seu poder econômico e político na história brasileira; por outro lado, camponeses que vivem uma

situação inversa e se defrontam com as consequências advindas da injusta concentração fundiária do país. “Desta situação, podemos inferir uma luta que atravessa toda a história da ocupação de terras no Brasil” (MOTTA, 2006 p. 42).

Os dados que demonstram a alta concentração fundiária no Brasil podem ser entendidos a partir do histórico de ocupação do território nacional, ou seja, como a terra ao longo do tempo foi sendo apropriada. No início da colonização era feita a doação de grandes extensões de terra pela Coroa Portuguesa, as sesmarias, que ficavam sob o domínio do regime escravista. No início do século XIX acontece a extinção do regime de sesmarias e a falta de uma regulamentação de acesso à terra possibilita uma rápida extensão da área destinada às atividades realizadas pelos que, Graziano da Silva (1981) denomina de pequenos produtores. Mais esse quadro não dura por muito tempo, visto que no ano de 1850 uma nova legislação define o acesso à propriedade da terra - a Lei de Terras, que restringia o direito àqueles que tivessem dinheiro para comprá-la, deixando de lado uma massa de pequenos produtores que agora teriam que trabalhar na grande propriedade, substituindo, desta forma a mão de obra escrava cujo tráfico foi proibido nesse mesmo ano (SILVA, 1981, p. 7-8).

(...) todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista (SILVA, 1981, p. 21).

A partir de 1850 com a proibição do tráfico negreiro o regime escravista passa por um período de decadência, sendo que em 1888 acontece a abolição da escravidão. Após 1888, a indústria começa a se consolidar no País e, mesmo que de forma incipiente, começa a influenciar a urbanização, o que provoca uma grande alteração na produção agrícola do país. O latifúndio continua a monopolizar a produção de algumas culturas, as que estão destinadas à exportação, como por exemplo, o café. Mas abre-se espaço fora das grandes fazendas para a produção mercantil de alimentos e de matérias primas para a indústria. Mesmo depois que a indústria consegue consolidar seu espaço na economia nacional, a estrutura agrária extremamente concentrada não muda, visto que as grandes fazendas continuavam praticamente autossuficientes (SILVA, 1981, p. 20).

Levando em consideração esse histórico, pode-se verificar que a estrutura agrária brasileira reflete a herança calcada no favorecimento à grande propriedade.

Mesmo com a industrialização e com o pico da modernização da agricultura, na década de 1970-1980, as terras continuam concentradas nas mãos de poucos. A política de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foram instrumentos da política econômica que viabilizaram a entrada do grande capital na Amazônia, visto que empresários capitalistas urbanos se transformaram em latifundiários pela possibilidade de obtenção de incentivos por meio da terra (OLIVEIRA, 2001 p. 186). Dessa forma, para o autor, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve (Idem, p. 186).

É esse cenário de grande concentração de terras que fez aflorar no campo brasileiro uma série de movimentos que lutam pela terra, pelo direito de permanecer na terra da qual estavam sendo expulsos, ou mesmo pelo direito de acessá-la para garantirem a reprodução de suas famílias. No campo brasileiro, a organização e estruturação de movimentos e entidades agrárias materializam reivindicações por terra e trabalho em oposição à histórica concentração da propriedade fundiária (SAUER; SOUZA, 2008, p. 55).

Grzybowski (1990) ressalta que não são novos os enfrentamentos envolvendo camponeses por causa da terra. Antes mesmo que as lutas ganhassem destaque pela grande quantidade de camponeses envolvidos (capacidade de mobilização) a partir da década de 1950 com destaque para as Ligas Camponesas, os camponeses já haviam demonstrado sua disposição para a luta, como é o caso de Canudos (Bahia, ano 1896-1897) e Contestado (Fronteira dos Estados de Santa Catarina e Paraná, período de 1912 a 1916) (GRZYBOWSKI, 1990, p. 16). Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX, mas refletem o modelo de desenvolvimento e o processo de ocupação do país (OLIVEIRA, 2001, p.190) ao longo de toda a sua história.

Os conflitos pela posse e propriedade da terra estão presentes na história e em todas as regiões brasileiras, envolvendo a heterogeneidade camponesa. A terra como elemento fundamental para a reprodução material e cultural dos camponeses é componente de verdadeiras lutas, às vezes extrapolando para a violência onde na maioria dos casos os maiores prejudicados acabam sendo os próprios camponeses, pois são vítimas de grilagens de terra por parte de latifundiários, de expulsão, despejos, assassinatos, e permanecem marginalizados das políticas governamentais.

Tavares dos Santos (2000, p. 2) destaca que no período da Nova República (1889-1930), manteve-se elevado o número de conflitos no campo, envolvendo conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos. Segundo o autor, deparamo-nos com uma continuidade estrutural, a coexistência da modernização com a permanência dos conflitos agrários, marcados pelas "mortes anunciadas", pelos assassinatos e pelas chacinas: de 1985 até 1996, ocorreram 33 chacinas na área rural, com 195 mortes, sendo as mais conhecidas a de Corumbiara que aconteceu em 9 de agosto de 1995, em Rondônia, e a de Eldorado dos Carajás, no Pará que aconteceu no dia 17 de Abril de 1996. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado aconteceram quando policiais entraram em confronto direto com camponeses que vislumbravam o acesso a terra.

Tavares dos Santos (2000, p. 4) aponta o Estado como um dos agentes da violência destacando alguns instrumentos, dentre os quais: a ação da Polícia Civil e Militar; do judiciário (emissão de títulos em áreas de posse, pois, a maioria dos latifundiários não possui sequer posse direta, com títulos falsos e, muitas vezes, inexistentes, à omissão de processos criminais que envolve os camponeses ou seus líderes); e dos próprios cartórios, visto que em muitos casos, eles registram imóveis sem levar em consideração a posse legítima, via usucapião, por parte dos lavradores.

A partir do final dos anos 1980 os confrontos de terra que antes eram marcados, principalmente pela luta de posseiros, arrendatários e outros sujeitos do meio rural que resistiam à expulsão da terra, passam a ser palco de novos confrontos trazidos por novos segmentos de expropriados, os trabalhadores "sem terra", identificados principalmente no sul do País onde a modernização da agricultura estava em pleno vigor. Os sem terra que antes eram pequenos proprietários, arrendatários e filhos de agricultores passam a demandar terra na sua região de origem negando-se a se inserir nos projetos de colonização abertos, durante o regime militar, nas áreas de fronteira. Aos poucos esse novo segmento se constitui num grande movimento declarado como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cuja bandeira de luta se define na ótica da reforma agrária (MEDEIROS, 2007, p. 110).

A luta pela terra foi ganhando, então, novas formas a partir de 1980 quando entra em cena o MST que inicia ocupações fundadas em novas concepções de direito. Já não se restringia ao direito ligado ao trabalho na terra, como no caso dos posseiros, arrendatários e outros segmentos que tinham condições problemáticas de acesso à terra para trabalharem, mas se tratava de um movimento que questionava a própria

legitimidade da propriedade da terra, ou seja, a noção de função social da terra, que havia sido incorporada à Constituição Brasileira desde 1946 e atualizada em 1988. As estratégias de mobilização e ocupações envolvendo grande número de pessoas foram capazes de garantir uma maior visibilidade às lutas por terra no Brasil (MEDEIROS, 2007, p. 110).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formalmente criado em 1984, com representantes de 11 estados tendo como pólo político os estados da região Sul, expandiu-se nos anos 1990 por todo o país e se consolidou como o principal porta-voz da luta pela terra no Brasil. Portanto, as lutas por terra nos anos de 1980 e 1990 resultaram na constituição de novas categorias e novas identidades: de um lado os *sem terra* questionavam a concentração fundiária e tomavam a iniciativa nas ocupações de terra com vista à desapropriação e, de outro o *assentado*, objeto por excelência de políticas públicas, no sentido de que sua própria origem é mediatizada por uma política estatal: a desapropriação de uma área e o assentamento (MEDEIROS, 2002, p. 19).

Sauer; Souza (2008, p. 84) destacam que os sucessivos governos têm tomado parte dos conflitos e da violência no campo, seja por meio da ação ou da omissão. O Governo FHC acirrou a tensão no campo, porque, além de não alterar a estrutura fundiária, criminalizou os movimentos sociais. Já no Governo Lula houve uma modificação na relação entre o governo e as organizações camponesas que passaram a ser respeitadas como sujeitos políticos. As raízes da violência, no entanto, permanecem intocadas, já que a reforma agrária segue como promessa não cumprida e as políticas agropecuárias beneficiam ainda o grande agronegócio.

### 2.3 OS PROBLEMAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A questão da propriedade da terra sempre esteve presente na história do Brasil pós-independência como uma tentativa de políticos e intelectuais ordenarem a ocupação do território nacional. Leite et al (2004, p. 37) destacam que havia, de um lado, a preocupação em legalizar as práticas dos que concentravam seu poder em grandes extensões de terra e evitar conflitos que iam se tornando endêmicos; e de outro lado, a intenção de reparar injustiças históricas, atribuindo terra aos ex-escravos e assegurar um progresso que a experiência de muitos países sugeria estar fundado na pequena propriedade.

Desde o período colonial (1500-1822) privilegiou-se a formação da grande propriedade fundiária, estimulando a exploração de produtos agrícolas para exportação (BENATTI, 2009, p. 220). Benatti (2009) destaca a presença, nesse período, de duas categorias de propriedade: a propriedade sesmarial que se formou pela transferência oficial do bem público para o patrimônio particular, ou seja, pela concessão de terras a sesmeiros pela Coroa Portuguesa, e a propriedade senhorial que originou-se pelo apossamento primário da terra (BENATTI, 2009, p. 213). Essas duas categorias de propriedade constituíram mais do que a simples apropriação de grandes extensões de terra, mas também incluíam universos sociais e culturais, criando uma rede de controle político e social que aumentou a desigualdade na sociedade (BENATTI, 2009 p. 223).

Essas duas categorias de propriedades, foram o centro econômico e político desse período e, pouco ou quase nenhum espaço foi deixado para a pequena e a média propriedade rural (BENATTI, 2009 p. 215). Vale ressaltar que a apropriação da terra mediante a ocupação primária não era uma exclusividade da grande propriedade senhorial, mas ela também foi estratégia de pequenos posseiros. Benatti (2009, p. 223) destaca que o apossamento, mesmo sendo um fenômeno generalizado, favoreceu muito mais aos grandes proprietários do que aos pequenos. De fato, no Brasil colônia adotou-se uma política de privilégios, e mesmo a terra sendo abundante não estava disponível para todos. A concessão de terras privilegiava poucas famílias que desenvolviam atividades para a exportação, já que no Brasil a economia estava condicionada à égide do capital mercantil e a subordinação à Portugal.

No Brasil, embora a terra fosse abundante, não estava disponível para todos, nem mesmo para os primeiros ocupantes do território brasileiro, os escolhidos foram poucos “privilegiados” com força suficiente para manter seu “domínio”. Desde o descobrimento, as vastas terras brasileiras foram destinadas à ocupação econômica sob a égide do capital mercantil e da grande propriedade senhorial rural exportadora, com a exploração de mão de obra escrava. (BENATTI, 2009, p. 221).

Mesmo depois desse período, quando foi instituída a propriedade rural moderna por meio da Lei de terras, no fim do século XIX, o favorecimento aos grandes proprietários continuou, já que a preocupação primeira estava em garantir o desenvolvimento de atividades agrícolas para a exportação através da modernização do grande latifúndio. Ehlers (1999, p. 38) salienta que a manutenção da estrutura agrária, baseada nos latifúndios e na propriedade patronal fazia parte do conjunto de medidas da modernização da agricultura brasileira na década de 1970, visto que as grandes fazendas eram consideradas mais aptas a esse processo de modernização que propunha o desafio

de tecnificar a agricultura. Autores destacam que nesse período houve um processo de acentuação da concentração fundiária (EHLERS, 1999; SAUER; SOUZA, 2008).

O debate acerca da reforma agrária remete-se à própria história de formação da propriedade privada no Brasil, visto que ela reflete uma história de desigualdade na distribuição da terra que fez aflorar as lutas que questionavam o quadro de grande concentração da terra no Brasil. Martins (2004, p. 102) conceitua, de modo geral, a reforma agrária como todo o ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra. A manutenção da estrutura foi fortemente atacada pelos adeptos da reforma agrária, que propunham uma melhor distribuição das terras no Brasil (EHLERS, 1999, p. 39).

No Brasil, as lutas por terra que ocorreram nos 20 anos que antecederam o golpe militar de 1964, foram importantes para a consolidação da reforma agrária como uma bandeira encampada por diferentes vertentes das lutas no campo (MEDEIROS, 2011, p. 2). Foi nesse período que os movimentos passaram a generalizar o uso do termo camponês no cenário político nacional, revestindo demandas locais em uma proposta geral que reunia ampla gama de categorias que articulavam reivindicações diversas, entre as quais os direitos trabalhistas, o acesso dos trabalhadores do campo à previdência social, o direito à posse da terra e a busca pela consolidação da reforma agrária no País (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010 p. 20).

Nas décadas de 1950 e 1960 ampliaram-se os debates sobre a questão agrária brasileira, incluindo-se nas discussões o tema da Reforma Agrária. Na década de 1960, a centralidade do tema resulta em ações concretas quando o governo de João Goulart começa a atender às demandas dos movimentos de trabalhadores do campo. Em 1962, o governo cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que seria o órgão responsável pela execução da Reforma Agrária. Entretanto, a violência do golpe militar de 1964 sufocou o anseio de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização haviam gerado (OLIVEIRA, 2001, p. 190). Nesse momento passou a ocorrer uma espécie de contraposição entre desenvolvimento agrícola com a proposta de modernização dos latifúndios, sem atingir a fundo a propriedade; e a reforma agrária com vistas à redistribuição da propriedade da terra (LEITE et al. 2004, p. 37).

A reforma agrária foi incluída entre as prioridades do governo militar e, em 1964, o presidente Castelo Branco sancionou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), o instrumento legal da Reforma Agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2001 p. 199). Medeiros (2011, p. 2), salienta que após o golpe militar, os camponeses “sofreram um forte revés” e tiveram que enfrentar as repressões do período de ditadura. “Considerados comunistas

ou subversivos, seus crimes foram uma luta incansável pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010 p. 23). Mesmo com o panorama de repressão aos movimentos dos camponeses nesse período a reforma agrária não saiu de cena.

O Estatuto da Terra incorporou tanto a proposta de desenvolvimento apoiada na modernização agrícola como também a proposta de reforma agrária. Foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e, por outro, a reivindicação do acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais. Em nome do princípio da propriedade, tentou-se garantir e limitar os direitos dos que já eram proprietários e por no horizonte daqueles que não o eram essa perspectiva (LEITE et al. 2004, p. 38). Esse documento passou a desenhar o perfil e os limites das demandas por reforma agrária (MEDEIROS, 2002, p.12) já que tornou juridicamente possível a intervenção sistemática do Estado na distribuição da propriedade da terra (LEITE et al. 2004, p. 38). O Estatuto criou uma tipologia dos imóveis rurais e critérios para a sua identificação, sendo alguns passíveis de desapropriação e outros não. Estabeleceu também uma sistemática de intervenção para a realização de um zoneamento do país que pudesse indicar as regiões críticas para a efetivação da reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios.

Mesmo que a reforma agrária tenha ganhado corpo com a promulgação do Estatuto da Terra, ela não se tornou uma prática efetiva nas décadas de 1960 e 1970, visto que durante o regime militar prevaleceu à vertente de desenvolvimento agrícola apoiada na modernização do latifúndio em detrimento da reforma agrária. A reforma agrária foi feita de forma pontual para resolver um ou outro conflito (LEITE et al. 2004, p. 38).

A institucionalização que previa a execução da reforma agrária não resultou em ações redistributivas significativas (MEDEIROS, 2011, p. 2). Por esse motivo, os movimentos do campo continuaram demandando terra, sendo a reforma agrária uma das suas principais bandeiras. O tema em questão já ultrapassa mais de seis décadas dentro da pauta de atuação de movimentos do campo, desde a emergência dos primeiros movimentos organizados de camponeses que surgiram na década de 1950.

O regime autoritário-militar, instaurado em 1964, veio a se definir por uma política agrária voltada para a colonização da fronteira Amazônica evitando desta forma a consolidação da reforma agrária (SOUZA FILHO, 1996). Desapropriações para a reforma agrária só eram feitas a partir da pressão dos Sindicatos de Trabalhadores

Rurais e de entidades de apoio a lutas dos trabalhadores rurais, como o MST e suas congêneres (LEITE et al. 2004, p. 38).

As ações dos governos militares após 1964 voltaram-se para a colonização da fronteira amazônica e pontualmente algumas lutas no campo brasileiro demonstraram a fragilidade dessa forma de atuação que desconsiderou o desejo de promover uma distribuição justa da terra. A concentração de terras continuou sendo uma característica marcante da estrutura agrária brasileira. Em consequência desse contexto surgiram novos personagens e demandas que se agregaram aos anteriores, como os sem terra (MEDEIROS, 2007 p. 107).

Mesmo com a abertura da fronteira amazônica na década de 1970 como forma de esfriar as tensões no campo, em que as “terras livres” estariam passíveis da instalação de camponeses, verifica-se um novo movimento de concentração de terras apoiados pela ação do governo com a política de subsídios que tem como propósito impulsionar a modernidade. Ao mesmo tempo em que a fronteira foi aberta aos camponeses também atraiu a atenção de empresas capitalistas, na medida em que a política de subsídios apoiava principalmente a instalação do grande capital na Amazônia. Segundo Oliveira (2001)

(...) a chamada modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Nesse contexto, fala-se no Brasil, de uma modernização conservadora. Esse termo foi utilizado por autores como: Alberto Passos Guimarães (1977), Graziano da Silva (1980), Fernando Azevêdo (1982), que destacaram como traço marcante no caso brasileiro a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária que deitou raízes, predominantemente, nas médias e grandes unidades de exploração agrícolas<sup>10</sup>.

Graziano da Silva (1981) enfatiza que a reforma agrária é a aspiração maior dos trabalhadores rurais brasileiros, que por terem terra insuficiente e/ou condições precárias de acesso à mesma anseiam pela redistribuição da terra.

---

<sup>10</sup> O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Barrington Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais que aconteceram na Alemanha e no Japão. O processo de modernização conservadora conduziu estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia que se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados (PIRES; RAMOS, 2009).

A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. Para tal, é necessário eliminar o latifúndio e incidir sobre a dominação parasitária da terra, desde o caso daqueles que deixam a terra inculta à espera de valorização imobiliária, até os que a utilizam para repassar recursos financeiros aos Pequenos produtores rurais (SILVA, 1981, p. 29).

É possível identificar, portanto, que no contexto da luta pela reforma agrária, a partir da década de 1950, aparecem algumas entidades que atuaram como porta-vozes dos camponeses e guiaram ações de demanda pela efetivação da reforma agrária, pressionando o governo e dando visibilidade à luta pela terra no Brasil. Medeiros (2002, p. 11) destaca o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas camponesas na década de 1950 que tomavam a frente no debate sobre a reforma agrária, como também das ações que a impulsionariam, como é o caso das ocupações de terra. Nos anos de 1960 a Igreja Católica também apropriou-se do tema e passa a intervir no campo estimulando a sindicalização.

Em relação aos movimentos que traziam à frente o debate sobre a reforma agrária, o governo utilizou algumas estratégias de controle que pudessem fazer esfriar essa questão no cenário nacional. Em 1965, o regime militar unifica todas as categorias rurais numa única forma organizativa, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), para funcionar em nível municipal agregando vários segmentos do campo, sendo criada a nível estadual a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG's) (THOMAS JÚNIOR, 1999, p. 04). A pulverização da organização sindical dos trabalhadores por municípios dificultou a articulação de lutas mais amplas, como é o caso da reforma agrária.

Os sindicatos com atuação municipal foram importantes para potencializar a interlocução com o poder público municipal sendo importantes também por estarem mais próximos dos associados, no entanto, foram pouco eficazes para atuar na organização da produção, nos enfrentamentos com o Estado, além de ser débil na articulação das lutas que não dizem respeito aos horizontes geográficos no município no qual ele está já inserido (PROJETO CUT/CONTAG, 2000).

Em nível do país, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (existente desde o ano de 1963) unificava a enorme diversidade de segmentos no campo e centralizava as organizações sindicais até então existentes no país (MEDEIROS, 2007, p. 104). A partir do maior controle governamental sobre as organizações do campo, os movimentos sentem-se presos e suas lutas passam a se dar

mais para questões de suas organizações internas que para as questões coletivas, procurando manter a unidade do movimento sindical como forma de evitar rupturas que viessem afetar à estrutura de suas entidades por causa da opressão (ANDRADE, 1994).

De acordo com OLIVEIRA (2001 p. 200), coube ao Governo de José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1º PNRA), previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares, devido às pressões sociais que vinham se intensificando desde o final dos anos de 1970 e início dos 1980. A redemocratização do País em meados da década de 1980 abre uma nova perspectiva de alteração desse quadro, quando a Nova República colocou a reforma agrária como uma de suas prioridades. A proposta do I PNRA, lançada durante o 4º CONTAG, estabeleceu metas de curto, médio e longo prazos quanto à extensão de áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas (LEITE et al. 2004, p. 39). Vale ressaltar que a versão definitiva do I PNRA eliminou as metas de médio e longo prazo (impacto), não atingindo nem 10% das metas previstas no Plano que era de 1,4 milhão de famílias no quadriênio 1985/1989 (BARQUETE, 2006, p 83).

Leite et al. (2004, p. 40) ressaltam que após a redemocratização do País, desapropriações foram bem mais frequentes do que no regime militar. Nos dois primeiros anos do regime civil foram desapropriadas mais terra do que nos vinte anos de regime militar e nos anos subsequentes, com exceção do Governo de Collor de Mello (1990-1992) as desapropriações e a criação de assentamentos aceleraram-se de modo expressivo.

Ao analisar o processo de criação de assentamentos rurais no período de 1988 a 2006, Girardi (2008, p. 275) considera que houve uma “reforma agrária conservadora<sup>11</sup>”, pois a forma como é conduzida a política de assentamentos mantém a estrutura das regiões de ocupação consolidada, isto é, centro-sul e Nordeste. Todavia, o autor resalta que o problema da reforma agrária conservadora está na não reforma das regiões de ocupação consolidada e não na criação de assentamentos na área de fronteira, principalmente no reconhecimento de pequenas posses, já que isso possibilita um reconhecimento de categorias antes excluídas das políticas governamentais dando

---

<sup>11</sup> Girardi (2008) utiliza o termo reforma agrária conservadora para enfatizar que o Estado tem optado por uma política de criação de assentamentos rurais incapazes de promover a reforma de áreas de ocupação consolidada, uma decisão política para conservar a elite agrária, principalmente no centro-sul e Nordeste, e reservar as terras para a territorialização do agronegócio. Portanto, a reforma agrária conservadora não consegue desconcentrar a terra e nem diminuir as desigualdades sociais, além de ter a Amazônia como válvula de escape para não reformar as regiões de ocupação consolidada no centro-sul e no Nordeste.

possibilidades para que as mesmas possam acessar os créditos da reforma agrária (GIRARDI, 2008, p. 291). Esse quadro de inclusão não se refere apenas à área de fronteira. Leite et al. (2004, p. 68) demonstram que o perfil da população assentada indica claramente que os assentamentos vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída e marginalizada, sejam esses ligados à atividade agrícola ou mesmo moradores das periferias das cidades, que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o faziam em condições precárias.

Martins (2004, p. 101) ressalta que, de fato, a regularização fundiária no Brasil, na maioria dos casos, é um legítimo ato de reforma agrária, visto que revela a sofrida e sangrenta resistência dos posseiros à sua expulsão violenta da terra.

A regularização da situação fundiária da maioria dos posseiros de extensas regiões do País foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impôs limites ao processo expropriatório que daria ao País uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista do que a atual (MARTINS, 2004, p.101).

Todo o aparato institucional em relação à reforma agrária nasceu, floresceu e consolidou por meio da luta dos posseiros, sobretudo na Amazônia Legal, para terem seu direito sobre a terra de trabalho reconhecido e legalizado.

### **2.3.1 Definindo assentamentos rurais**

O termo assentamento rural foi criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 17). As ações do Estado relacionadas à reforma agrária têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses (GIRARDI, 2008, p. 275). O assentamento rural, de forma geral, pode ser entendido como um espaço, geograficamente delimitado, em que uma população será instalada por meio de políticas governamentais para realizarem a sua exploração agrícola, ou no caso da maioria dos assentamentos criados na Amazônia, terem a sua posse sobre a terra reconhecida e oficializada.

A criação dos assentamentos pode estar associada a conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso à terra (SAUER, 2005, p. 59), como também pode ser produto de reconhecimento de pequenas posses, como é o caso da maioria dos assentamentos implantados na Amazônia (GIRARDI, 2008, p. 292).

Medeiros; Leite (2004, p. 17) ressaltam que o termo assentamento rural unifica e muitas vezes encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas. De modo geral essas intervenções, visaram: à regulamentação de áreas ocupadas por posseiros; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra; a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas pelo MST, sindicatos ou outras entidades, pressionam o governo por meio da criação de acampamentos e ocupações de áreas; a preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais (assentamentos extrativistas); e a realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos. Os assentamentos rurais, portanto podem abranger diversos tipos de beneficiários diretos, assim como assinala Medeiros; Leite (2004):

Posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para o acesso a terra, optaram pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação, aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 17-18).

Medeiros; Leite (2004, p. 18) destacam que os demandantes de terra, do ponto de vista de sua mobilização, organização e identidade política, sofreram influência de diferentes entidades de representação, muitas vezes de várias delas ao mesmo tempo, delineando um complexo campo de disputas políticas no processo de criação de assentamentos rurais. Esse processo envolve entidades governamentais em nível federal, estadual e municipal, entidades não governamentais e o poder judiciário que são importantes na conformação dos assentamentos (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 18).

O histórico da criação dos assentamentos rurais pesquisados por Leite et al. (2004) mostra que o motor das desapropriações foram conflitos e iniciativa dos movimentos sociais. Dos noventa e dois (92) assentamentos pesquisados pelos autores, oitenta e oito (88) revelam em seu processo de formação a ocorrência de conflitos em torno da terra e, do total de assentamentos em oitenta e dois (82) os pedidos de desapropriações foram iniciativa dos trabalhadores rurais e de seus movimentos, sendo as iniciativas do INCRA rigorosamente minoritárias. Esses dados demonstram a

importância dos movimentos que representam esses trabalhadores para a consolidação da reforma agrária com a criação dos assentamentos rurais, que segundo Medeiros; Leite (2004, p. 37) vêm sendo a alternativa para uma população com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

A reforma agrária da forma como vem sendo conduzida no Brasil ainda não foi capaz de mudar o quadro de concentração fundiária. Isso deve-se ao fato de o Estado optar por implantar assentamentos não reformadores nas áreas da fronteira agropecuária para reduzir os custos com a política de assentamentos e conservar a elite agrária, principalmente no centro-sul e Nordeste, e reservar as terras para a territorialização do agronegócio (GIRARDI, 2008, p. 291). Segundo Girardi (2008) os assentamentos não reformadores, de modo geral, são os reconhecimentos de posses, assentamentos criados em terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental (GIRARDI, 2008, p. 382).

Segundo Girardi (2008) o problema não está na criação dos assentamentos não reformadores, mas sim como eles são utilizados como estratégia para evitar a reforma das áreas de ocupação consolidada.

As ações na fronteira agropecuária certamente fazem parte da reforma agrária, porém não bastam; elas devem ser conduzidas paralelamente à reforma das demais regiões, que deve ser mais importante (GIRARDI, 2008, p. 292).

A criação dos assentamentos gera uma nova organização social, econômica e política (SAUER, 2005, p. 70) possibilitando ao campesinato se territorializar (GIRARDI, 2008, p. 292). Medeiros; Leite (2004, p. 30) destacam que a política de assentamentos vem provocando algumas mudanças sendo que a mais visível delas verifica-se no plano das condições de vida e sociabilidade das famílias assentadas. O acesso à terra por meio do assentamento rural acaba se tornando uma alternativa possível de sobrevivência e de reconhecimento social. A criação do assentamento e a obtenção do *status* de produtor assentado permitem o acesso, ainda que pontuado de dificuldades, de benefícios dos quais anteriormente estavam completamente excluídos (Idem, p. 37).

De fato, os assentamentos, sejam criados mediante ações de desapropriação ou de regularização fundiária, possibilitam a muitas famílias, antes excluídas e marginalizadas, garantirem o seu sustento por meio do trabalho na terra, e muito mais que isso, permite aos camponeses concretizarem o sonho da terra prometida, e mesmo

em condições precárias de infraestrutura e apoio governamental, possibilita a sua autonomia, condição fundamental do campesinato.

### **3. O EMBARGO DE ASENTAMENTOS RURAIS NO SUDOESTE PARAENSE**

O objetivo nesse capítulo é apresentar um panorama geral sobre as discussões que envolvem a política de reforma agrária e a criação de assentamentos rurais no Território da Transamazônica, de forma a situar ao contexto instaurado com o embargo de assentamentos rurais nessa região.

Na Amazônia a intervenção do Estado, no que se refere ao ordenamento fundiário, com a criação de assentamentos rurais, reconhecimento de pequenas posses e criação de áreas de manejo sustentável exploradas por camponeses, vem permitindo uma territorialização do campesinato e abrindo espaço para o seu reconhecimento, visto que a política de assentamento rural prevê aos assentados o acesso aos recursos de crédito agrícola e conseqüentemente possibilita a melhoria da condição de vida das famílias beneficiadas (GIRARDI, 2008, p. 291-292). Por um lado a criação dos assentamentos na Amazônia pressupõe apenas a regularização fundiária de áreas já ocupadas por camponeses. Por outro podemos considerá-la como forma dos camponeses poderem acessar benefícios que garantam melhores condições de vida.

O processo de criação de assentamentos é bem mais complexo, sendo possível verificar nos últimos anos os resultados de uma reforma agrária distorcida, em que assentamentos são criados sem que se dêem as mínimas condições de infraestrutura para as famílias, o que os leva ao insucesso e retrocesso dessa política no Brasil. Por outro lado, essa situação favorece a ação da Indústria madeireira que negocia com a população destas áreas em estado de precariedade jurídica para extração da matéria prima fundamental para este setor. Em troca oferece aos posseiros preços aviltados sobre as toras retiradas e/ou abertura de estradas carroçáveis que mal durarão um inverno.

Cunha (2009) ressalta que a modalidade de Projeto de Assentamento (PA) surge como saída para a continuidade da política de “ocupação” da Amazônia e de reconhecimento de ocupações camponesas oriundas da colonização espontânea. Pelo discurso estatal, já não se tratava, então, de colonização, mas de “reforma agrária”. Porém, tanto os PA’s como a categoria PDS continuaram a servir de máscara de legalidade aos interesses do capital. O processo de colonização da região da

Transamazônica revela uma gama diversificada pela ação e omissão estatal, pelos diversos e variados fluxos migratórios que ocorreram para essa região, pelas diversas fases dos diferentes ciclos agrícolas, da pecuária e da extração madeireira e pelo melhor ou pior acesso às condições físicas e de infraestrutura oferecidas (CUNHA, 2009, p. 52).

A criação de projetos de reforma agrária no Estado do Pará tem levantado polêmicas que envolvem as sangrentas disputas por terra e pela preservação do meio ambiente. Um dos últimos casos têm sido os embates entre madeireiros, posseiros e assentados, o que tem ocasionado casos de assassinato, demonstrando a incapacidade do Estado na efetivação de políticas que beneficiem a agricultura camponesa. O caso recente da morte de José Claudio Ribeiro da Silva e de sua esposa Maria do Espírito Santo no Município de Nova Ipixuna, demonstra, nas palavras de Sauer; Souza (2008), que:

Se o conflito é a expressão de divergência de interesses, no âmbito do exercício de poder (para Marx, o conflito é resultado de interesses divergentes e contradições de classes na sociedade capitalista, portanto, possui uma base econômica), a violência é a exacerbação deste conflito com o uso da força (física, armada, econômica, política) que, para além do exercício do poder (Arendt), exclui e destrói o outro, o oponente (SAUER; SOUSA, 2008, p. 56).

Em decorrência de várias irregularidades apontadas pelo Ministério Público Federal - MPF na criação de projetos de assentamento de reforma agrária nas modalidades Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Coletivo (PAC) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na região Oeste do Pará, nos últimos anos tem-se verificado um processo de interdição de assentamentos rurais. Só no ano de 2007 o MPF pediu o cancelamento de 106 projetos de reforma agrária em 23 municípios do Estado do Pará após constatar irregularidades no processo de criação desses projetos. A ordem judicial interditou assentamentos localizados nos municípios de Alenquer, Altamira, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Medicilândia, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Pacajá, Placas, Portel, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão e Uruará criados entre os anos de 2005 e 2006<sup>12</sup>, sendo que 05 desses assentamentos foram cancelados no município de Pacajá (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2007) (Ver Anexo B).

---

<sup>12</sup> Os números oficiais apontam que na área de competência da SR 30/STM existe um total de 222 projetos de assentamento com 73.487 famílias assentadas, sendo que destes 61% teriam sido criados apenas em 2005 e 2006.

Para a criação de qualquer projeto de assentamento de reforma agrária é preciso seguir procedimentos administrativos regidos pela Norma de Execução nº 37, de março de 2004, segundo a qual, deve ser constituído um processo administrativo que, obrigatoriamente, cumpra os seguintes passos:

I - Os Setores técnicos e operacionais

a) expedição de memorando solicitando a formalização do processo administrativo de criação do projeto, anexando as seguintes peças técnicas:

- cópia do decreto que declara a área de interesse social para fins de reforma agrária, se desapropriada;

- cópia do Auto de Imissão na Posse, se área desapropriada;

- escritura Pública de Compra e Venda, Decreto 433/92;

- escritura Pública de Doação (no caso de áreas doadas);

- certidão imobiliária atualizada em que conste na matrícula ou registro a averbação de imissão na posse pelo INCRA ou a matrícula definitiva em nome da Autarquia;

- laudo Agrônômico de Fiscalização (Manual para Obtenção de Terras, Módulo II);

- atualização Cadastral do imóvel desapropriado;

- planta e memorial descritivo do imóvel, constante do processo administrativo de obtenção do imóvel;

- laudo de Vistoria e Avaliação constante do processo administrativo de obtenção da área, ilustrado com fotografias, se houver;

- Licença Prévia - LP concedida ou requerimento de licença, quando não houver manifestação do órgão ambiental;

b) após formalização do processo os setores técnicos e operacionais analisam e emitem parecer;

c) em seguida é emitida a portaria de criação através do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e encaminhada ao Gabinete do Superintendente.

II - Gabinete do Superintendente.

a) instruído o processo, o Projeto de Assentamento será aprovado mediante portaria do Superintendente Regional do INCRA.

III - A portaria será enviada à Presidência do INCRA para providenciar sua publicação no DOU.

IV - Criado o Projeto de Assentamento, caberá aos Setores Técnicos e Operacionais:

a) promover as modificações e adaptações que no curso da execução se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do projeto;

b) encaminhar cópia do ato de criação do projeto à Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário - SD, para fins de registro, controle;

c) comunicar aos órgãos de meio ambiente federal e estadual, bem como à FUNAI, a criação do projeto;

d) registrar todas as informações de criação e desenvolvimento do projeto criado por este ato, bem como das famílias beneficiárias no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária. (INCRA, 2004).

A causa do embargo dos assentamentos criados pelo INCRA estavam relacionados à falta de alguns desses procedimentos administrativos.

A situação foi denunciada publicamente pelo Greenpeace em um relatório que demonstrou que embora existam no papel, alguns assentamentos rurais não passaram de pura ficção. Todavia, vale ressaltar que em certos casos, as famílias realmente ocupam a

terra e os assentamentos são resultado de sua luta legítima (GREENPEACE, 2007). Em muitos casos, a criação dos assentamentos foi um processo lento e que dependeu da força de reivindicação das entidades de representação dos camponeses. A situação deflagrada com a interdição de assentamentos na região afeta as famílias que aspiravam à melhoria de suas condições de vida a partir da sua inserção em programas como o de crédito e de assistência técnica.

A criação de assentamentos tem sido alvo de críticas pela falta da seriedade nos processos, que revelam em muitas situações os resultados de uma associação duvidosa entre o governo e o setor madeireiro (GREENPEACE, 2007). O MPF do Pará apurou por meio do Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000185/2007-76/PRM/STM/MPF (BRASIL, 2007), instaurado em 13 de Abril de 2007, irregularidades administrativas e ambientais na criação de vários projetos de reforma agrária no Estado. Consta na ação cautelar inominada encaminhada pelos Procuradores da República Felipe Fritz Braga (Procurador da República no município de Santarém), Daniel Cesar Azeredo Avelino (Procurador da República no município de Santarém) e Marco Antônio Delfino de Almeida (Procurador da República no município de Altamira) ao Juiz Federal Francisco de Assis Garcês Castro Júnior da Subseção Judiciária de Santarém – Estado do Pará, que os projetos foram criados sem qualquer política efetiva de implementação, sendo os mesmos, antes resultado da pressão do setor madeireiro junto às esferas governamentais, que vislumbram nos assentamentos um estoque de matéria-prima cujo manejo é objeto de um licenciamento mais rápido, devido ao valor social que seu manejo apresentaria para as famílias beneficiadas com o a implementação do Projeto de Assentamento (BRASIL, 2007 p. 5).

Dentre as irregularidades na criação dos assentamentos o Greenpeace (2007), identificou num estudo realizado em 97 assentamentos as seguintes irregularidades, veja na tabela 4:

**Tabela 4** Irregularidades na criação de assentamentos criados em 2006 pela SR (30) do INCRA

<b>Irregularidades</b>	<b>% de assentamentos</b>
Não há a Planta de Localização do Imóvel onde foi criado o assentamento	59%
Faltam o Mapa do Assentamento e o Memorial Descritivo, ou seja, sabe-se apenas que há, por exemplo, um certo PDS Liberdade I, com a dimensão de 450 mil hectares e com capacidade para 3.500 famílias, em algum lugar do município de Pacajá. Nem a definição do perímetro da área ou um croqui de acesso ao local estão no processo de criação do PDS.	41%
Não consta a imagem de satélite com a plotagem do traçado do assentamento. O próprio setor de cartografia da SR30, à época da criação dos assentamentos, não dispunha de imagens atualizadas	94%
Não têm o Mapa de Prioridade de Preservação Biológica	90%
Falta o Mapa Temático de Classes de Capacidade do Uso da Terra	98%
Falta o Laudo Agrônômico, uma peça técnica preliminar e elementar, a partir da qual se avalia, em primeiro lugar, a adequação da área a um Projeto de Assentamento. Satisfeito isso, o laudo busca responder qual modalidade de assentamento é mais adequada, quais as vocações da terra, suas condições ambientais, logísticas, informações socioeconômicas da região etc. Com base nessas informações determina-se o tamanho e traçado da área e, principalmente, a capacidade de famílias suportadas	72%
Tiveram suas portarias de criação publicadas (e milhares de famílias homologadas e computadas nos índices de cumprimento de metas da Reforma Agrária) sem avaliação técnica da adequação da área para um Projeto de Assentamento. Alguns técnicos encarregados de realizar esses laudos foram “atropelados” pela portaria de criação do assentamento antes que finalizassem o estudo de viabilidade	72%

**Fonte:** GREENPEACE, 2007 p. 14-15.

As denúncias do Ministério Público são reveladoras das intenções do INCRA na criação desses assentamentos na região: a de inflar os números de áreas destinadas à reforma agrária e conseqüentemente do número de famílias incluídas no programa e ainda atender à demanda da indústria madeireira. É possível verificar que entre os assentamentos interditados, 46 deles são da modalidade PDS (Ver anexo B).

O PDS é uma modalidade de concessão de área coletiva em que não há a criação de gado bovino, mas que possibilita a exploração madeireira (PACHECO et al. 2009, p. 19). Essa modalidade de assentamento é destinada a populações que baseiam

sua subsistência no extrativismo, na agricultura e em outras atividades de baixo impacto ambiental, podendo a reserva legal ser utilizada para o manejo florestal. A brecha para a exploração madeireira fez com que esses assentamentos fossem alvo de interesse pelas indústrias madeireiras (PACHECO et al. 2009, p. 20). A modalidade PDS prevê a gestão coletiva dos recursos naturais em que a maior parte da área pode ser destinada para atividades de manejo sustentável e conservação ambiental (GREENPEACE, 2007, p.3). O Greenpeace (2007, p. 3) constatou estreitas relações entre associações de assentados e empresas madeireiras, com o conhecimento do INCRA. Contratos e atas de reunião de associações de assentados revelam detalhes de como funciona essa parceria denominadas de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Os acordos entre madeireiros e associações de assentados, com o conhecimento e aprovação do Incra, configuram uma parceria onde quase todo mundo ganha. O Incra ganha o "cumprimento" das metas nacionais de Reforma Agrária. Os madeireiros ganham o lucro da venda da madeira retirada da área de assentamento. Os "assentados" têm a expectativa de um dia ficarem com a terra. Nesse jogo, os grandes perdedores são a floresta, sua diversidade de flora e fauna, e o clima do planeta (GREENPEACE, 2007 p).

As madeireiras não agem somente nas áreas de PDS: os PA's também são alvo da exploração ilegal de madeira. Nas localidades estudadas foi possível detectar que por falta da atuação efetiva do Estado, os camponeses acabam fazendo acordos com as madeireiras. Nesses casos ganham somente as madeireiras que ao abrir as estradas para a retirada da madeira conseguem negociar com os camponeses a compra das madeiras por preços baixíssimos.

Foi possível identificar casos em que árvores foram vendidas por menos de \$ 50,00 (Jatobá, 25 anos, em entrevista ao autor, Agosto de 2012). Os camponeses vendem as suas árvores visando à abertura de estrada que é realizada durante o processo de exploração. Na fotografia 4 é possível identificar um tipo de ponte, construída com apenas duas pranchas de madeira. Isso demonstra que a estrada é feita visando o processo de exploração florestal. No entanto, vale salientar que a construção do acesso é uma necessidade dos posseiros e, por esse motivo, eles aceitam essa modalidade de pagamento, mesmo que estradas e pontes construídas pelos madeireiros sejam precárias.

**Fotografia 4** Ponte no PA Cupuzal

**Foto MNSB, 2012**

A situação de interdição de assentamentos não é definitiva (Anexo C), cabendo ao INCRA responsabilizar-se por sanear as irregularidades e definir linhas de ação que venha tornar esses projetos legais, tomando todas as medidas exigidas no processo de criação de projetos de reforma agrária. No ano de 2010, a Justiça Federal liberou 22 assentamentos que tinham sido cancelados pela liminar expedida pelo Juíz Federal Francisco de Assis Garcês Castro Júnior em agosto de 2007 (PARÁ, 2011a).

O INCRA, em resposta à Ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, desde 2008 vem desenvolvendo estratégias de ação no âmbito do prosseguimento das ações deliberadas nos relatórios oriundos da revisão dos 106 Projetos de Assentamento criados entre 2005 a 2006, suspensos pela Ação (Lista em anexo B). Até o momento, 14 Projetos foram cancelados, 24 desinterditados pela justiça, 34 estão aguardando emissão de Licença Prévia - LP pelo órgão ambiental (Sema-PA), 13 continuam na justiça aguardando manifestação, e 20 estão em fase de conclusão do estudo técnico para o Comitê de Decisão Regional do INCRA em Santarém. (INCRA, 2011b, p. 14) Em relação aos assentamentos estudados, o INCRA fez em 2011 a elaboração de relatório de viabilidade ambiental para solicitação da

Licença Prévia protocolizado no órgão ambiental competente para regularizar a situação ambiental dos projetos.

Primeiro o PIN, com a implantação dos PIC's, depois a medida de criação de assentamentos, agora o governo está utilizando outra estratégia para regularizar a situação de terras na Amazônia. Em 2009, por decisão governamental (Governo de Luiz Inácio Lula da Silva), editou-se uma Medida Provisória 458/2009<sup>13</sup>, convertida posteriormente na Lei 11.952/2009<sup>14</sup>, que estabeleceu novas bases para a regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal. Com essa lei ocorreu importantes modificações na forma como vêm sendo conduzida a regularização fundiária na Amazônia.

O Programa Terra Legal teve como base os mutirões “Arco Verde Terra Legal” realizados no ano de 2009, que constituíam-se como uma grande ação para a preservação da Amazônia, com ações que disponibilizavam acesso o direito de cidadania para milhares de brasileiros, entre as quais destacam-se as ações de regularização fundiária e combate a grilagem de terras na Amazônia (INCRA, 2011a).

Instituiu-se o Programa Terra Legal, coordenado pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA, instituída por meio da Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 2009, cujo principal objetivo consiste em acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia (INCRA, 2011b p. 17).

O Programa trabalha com três passos para a regularização: o cadastramento; o georreferenciamento; e a destinação/regularização das posses, sendo que as principais inovações do processo de regularização fundiária na Amazônia Legal estão na celeridade do rito e no arranjo institucional previsto para implementação das ações (INCRA, 2011a p. 19).

Mesmo com objetivos que pretendem promover o desenvolvimento sustentável, e evitar o desmatamento na Amazônia, o programa Terra Legal tem sido alvo de críticas, por possibilitar a regularização de áreas de até 15 módulos rurais, sendo isso para alguns autores “a possibilidade de regularização da grilagem de terras públicas na Amazônia” (OLIVEIRA, 2010 apud CUNHA, 2009, p. 48). O Programa ainda trouxe outras facilidades, entre as quais:

(...) a doação de terras pra imóveis de até um módulo fiscal e facilitação de pagamento de imóveis maiores (abaixo do valor de mercado); a dispensa de

---

<sup>13</sup> MP instituída em 10 de fevereiro de 2009.

<sup>14</sup> Lei de 25 de junho de 2009.

vistorias para menores que quatro módulos; a liberação para comercialização das terras regularizadas após três anos (para imóveis acima de quatro módulos) e após 10 (para imóveis abaixo disso) (CUNHA, 2009 p. 48).

Segundo Cunha (2009), o Programa Terra Legal incidirá sobre uma nova reconcentração fundiária, na medida em que a missão de combater a concentração fundiária e garantir o acesso à terra a camponeses por meio da reforma agrária é substituída pela política de uma suposta “regularização fundiária”, que possibilita a um só indivíduo a alienação de aproximadamente 11 lotes de 100 ha da colonização, o que representaria o assentamento de 11 famílias, ou nos casos onde pode-se identificar na presente pesquisa, possibilitaria o assentamento de mais de 20 famílias, já que a maioria dos lotes são de 50 ha.

O programa passou a absorver recursos, infraestrutura, servidores e atribuições que antes eram de execução direta do INCRA, sendo na verdade a diminuição dos recursos e da infraestrutura que estariam disponíveis para a promoção da reforma agrária (CUNHA, 2009, p.48).

O Programa Terra Legal, como previsto no Artigo nº 4, inciso I da Lei 11.952/09, não poderia atuar em terras de interesse social e destinadas para projetos de assentamentos, visto que essas terras não são passíveis de alienação. No entanto, há intensa atuação do programa no interior do Polígono Desapropriado de Altamira e dos PIC's Altamira e Itaituba (CUNHA, 2009, p. 49). Um exemplo disso pode ser constatado na área em estudo, visto que o programa está atuando para regularizar os lotes pertencentes ao que era o Assentamento Cupuzal.

O Terra Legal faz essa ação removendo todos os instrumentos administrativos e jurídicos que impeçam a sua atuação.

Por meio de despachos administrativos, pareceres jurídicos e outras tecnocracias, já se fala, até, em “desafetação” de assentamentos. Ou seja, pensa-se em reduzir os assentamentos de modo que os grileiros fiquem fora de seu perímetro e, portanto, passíveis de serem “regularizados”, em completo detrimento da finalidade camponesa desses assentamentos. E, na prática, desde 2009, o programa tem agido nessas áreas, cadastrando e medindo glebas, criando a situação propícia para que a titulação venha como consequência óbvia do fato consumado (CUNHA, 2009, p.49).

No caso em estudo verificou-se que o Programa Terra Legal serviu como justificativa para o cancelamento do assentamento, a partir de uma medida encaminhada à justiça com a assinatura dos próprios assentados. Dessa forma, a área que antes era destinada à reforma agrária pode ser alienada nas formas previstas na Lei 11.952 instituída em 2009.

Como foi possível perceber, a Amazônia é objeto de complexos instrumentos de regularização que até agora não foram eficazes para ordenar o espaço local e possibilitar o acesso das famílias camponesas às políticas públicas que de fato favoreçam à melhor qualidade de vida no campo. As famílias que pretendiam obter a terra e regularizar a sua situação para enfim poderem acessar outras políticas públicas permanecem em situação indeterminada. Não só o assentamento foi interdito, como também o foram expectativas que as famílias criaram na trajetória nessas localidades, principalmente no que tange o acesso a recursos financeiros via crédito agrícola.

### 3.1 REFORMA AGRÁRIA OU REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO TRANSAMAZÔNICA?

O Território da Transamazônica é formado pelos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, totalizando uma área de 250.793,808 km<sup>2</sup> que representa 20,1% da extensão total do Estado, e compreende uma população de 331.770 habitantes, 4,4% da população do Estado (IBGE, 2010a; IBGE, 2010b). A institucionalização oficial do Território da Transamazônica ocorreu no Governo Lula, no ano de 2008, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) implementado pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que concebe o território como um espaço geográfico construído em torno de uma identidade local. Esse território congrega dez municípios, e antes da sua oficialização como um dos territórios que compõe o PDSTR, essa região já apresentava características que fazia da mesma um território com identidade própria (FVPP, 2010, p. 21).

A maioria dos municípios que compõem o Território da Transamazônica concentra o maior número de habitantes na zona rural, com exceção dos municípios de Altamira e Uruará. A população total do território é de 331.770 habitantes, dos quais 151.941 vivem na área rural, o que corresponde aproximadamente a 46% do total da população do território. Veja a tabela 5.

**Tabela 5** Municípios, área, população urbana, rural e total dos municípios da Transamazônica

Município	Área (Km <sup>2</sup> )	População		Total
		Urbana	Rural	
Altamira	159.533,73	84.092	14.983	99.075
Anapu	11.895,506	9.833	10.710	20.543
Brasil Novo	6.362,575	6.899	8.791	15.690
Medicilândia	8.272,629	9.559	17.769	27.328
Pacajá	11.832,333	13.747	26.232	39.979
Placas	7.173,194	4.854	19.080	23.934
Porto de Moz	17.423,017	14.583	19.373	33.956
Uruará	10.791,371	24.430	20.359	44.789
Senador José Porfírio	14.419,916	6.470	6.575	13.045
Vitória do Xingu	3.089,537	5.362	8.069	13.431
<b>Total</b>	<b>250.793,808</b>	<b>179.829</b>	<b>151.941</b>	<b>331.770</b>

Fonte: IBGE, 2010a; IBGE, 2010b

A estrutura fundiária da Transamazônica sofreu influência dos processos migratórios que dinamizaram a estrutura social, econômica e política a partir da década de 1970 quando o governo estimulou a vinda de migrantes de todo o país para a Amazônia com o intuito de integrá-la à economia nacional e diminuir os conflitos e tensões sociais que estavam acontecendo nas áreas de ocupação consolidada do país, principalmente, nas regiões Sul e Nordeste.

Tourneau; Bursztyn (2010, p. 114) destacam que a ocupação da Amazônia, naquele momento, refletia uma estratégia do governo para evitar a consolidação da reforma agrária que de fato promovesse uma mudança na estrutura fundiária do país nas áreas onde os conflitos por terra estavam latentes. A opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados, cujo lema “*terra sem homens para homens sem terra*” traduzia o desejo de cessar as tensões sem tocar na estrutura fundiária das áreas consolidadas do país (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010 p. 111).

Dentre as estratégias governamentais da política de colonização adotada com o intuito de promover a ocupação da Amazônia estava o investimento na construção de rodovias federais e implantação de grandes projetos aliados a uma política de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento e transformar a região em um pólo de produção agropecuária (FVPP, 2006, p. 22). Ao mesmo tempo em que conduziu o processo de colonização da Amazônia com discurso para atrair os camponeses advindos das regiões Nordeste, Sudeste e Sul como alternativa à Reforma Agrária, o governo militar dispunha incentivos fiscais aos empresários, favorecendo a instalação de grandes empreendimentos capitalistas (OLIVEIRA, 2001, p. 191).

O INCRA foi o órgão responsável pelo loteamento e assentamento das famílias na região e mais tarde, pela titulação destas terras (FVPP, 2006, p. 21). A construção da Rodovia BR 230, mais conhecida como Transamazônica, tornou-se um dos fatores que contribuíram para a formação do espaço que se denomina de região da Transamazônica, visto que vários municípios foram formados tendo suas sedes às margens desta Rodovia (FVPP, 2006, p. 22).

O Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelos Decretos-Lei 1.106/70 e 1.243/72, conduziu a colonização intensiva da Amazônia por migrantes que se instalavam às margens das estradas (CUNHA, 2009 p. 25). Por meio da política de colonização pública na Amazônia, o governo idealizou o assentamento de famílias ao longo da rodovia Transamazônica, no trecho paraense entre São João do Araguaia e Itaituba, numa faixa de dez quilômetros de cada lado da rodovia, conforme estabeleceu o Decreto nº 67.557/70 (Idem, p. 26).

Nesse momento, suscitou-se discussões contrárias em torno desse projeto, de um lado, os que duvidavam e questionavam as “cifras gigantescas que seriam gastas” (CUNHA, 2009, p. 22) em função da grande obra e acreditavam que esta apenas consumiria os recursos públicos e, de outro os que viram nesse projeto a possibilidade do desenvolvimento através da integração dessa região ao resto do país, facilitada pela malha viária construída nessa ocasião (SOUZA, 2006, p. 11).

A colonização pública no Pará ligava-se à abertura da floresta amazônica densa, com elevados ônus a serem assumidos pelo Estado e pelo trabalho de migrantes atraídos para a região com a promessa de terra e vida digna (CUNHA, 2009, p. 26).

É nesse contexto que a partir de 1972, os PICs (o PIC Marabá, o PIC Altamira e o PIC Itaituba), previstos no PIN foram implantados. O PIC Altamira, criado pela Resolução 128 de 1972 previa o assentamento de 10.455 famílias (CUNHA, 2009)<sup>15</sup>.

Mesmo que o processo de ocupação tenha sido acompanhado de uma série de investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas e implantação de grandes projetos de colonização, a velocidade dos investimentos não foi suficiente para acompanhar os fluxos migratórios intensificados a partir da década de 1970. As consequências dessa incompatibilidade entre o planejamento da ocupação e a ocupação, de fato, podem ser percebidas nos problemas relacionados à distribuição e regularização das terras na Amazônia que abrem brechas para as atividades ilegais de grilagem, exploração madeireira e desmatamento.

Além do processo de colonização planejada pelo governo, houve um processo de ocupação da região que se deu de forma espontânea. No processo de ocupação espontânea que ocorreu com maior intensidade na década de 1980, as migrações acontecem por força de vontade dos próprios colonos que tiveram que demarcar pessoalmente seus lotes. A colonização espontânea se fez em grupos. Geralmente os grupos eram formados por famílias inteiras que chegavam e dividiam suas terras segundo suas próprias normas, condicionando o tamanho e forma do lote à proximidade de fontes de água e a extensão das parcelas de acordo com as necessidades da família (HÉBETTE; ALVES; QUINTELA, 2002, p. 183-184). Os camponeses que chegaram nesse momento geralmente instalaram-se no prolongamento das estradas vicinais (CUNHA, 2009, p. 29) e demarcavam seus lotes seguindo a forma adotada pelo INCRA.

Mais tarde, o abandono do projeto por parte do Governo Federal, momento em que milhares de famílias migrantes viveram um drama devido ao isolamento no meio das vicinais intrafegáveis, sem acesso a saúde, educação e crédito agrícola, fez suscitar a mobilização dos migrantes. A partir de 1987, a reação da sociedade civil organizada, liderada pelos agricultores e a Igreja Católica, ocupou as páginas dos jornais (SOUZA, 2006, p. 11).

---

<sup>15</sup> Os dados demonstram os lotes familiares agrícolas, não computando as parcelas urbanas das vilas planejadas. O autor ressalta que experiência em campo sugere que esse número teria sido ainda maior, pois, levantamentos ocupacionais demonstram que os atuais ocupantes não são, majoritariamente, os destinatários originais, apontando uma intensa rotatividade nos lotes.

Segundo Cunha (2009) a crise do processo de colonização estava relacionada ao não cumprimento da assistência prometida.

(...) desdobrado em questões como a não implantação do projeto no mesmo ritmo das migrações e ocupação da terra; o não cumprimento da integralidade das obras de infra-estrutura previstas; a distribuição retangular em lotes padrões que não levava em conta os aspectos do meio físico (solos, topografia, hidrografia) etc. – resultou num somatório de insucessos e gerou inúmeras críticas da sociedade e dos beneficiários da colonização. Somaram-se a isso a alta rotatividade dos assentados, a venda informal de lotes, o processo de degradação ambiental, concentração fundiária e os altos custos ao erário público, sem alteração da concentrada estrutura fundiária brasileira e sem reduzir os problemas e conflitos sociais no meio rural (CUNHA, 2009 p. 31).

Os problemas citados por Cunha (2009) são reflexos da ocupação desordenada que aconteceu nesse território. O modelo de ocupação e desenvolvimento implementado propiciou o surgimento de enormes distorções que trouxe prejuízos econômicos, sociais e ambientais. A forma como foi conduzida a ocupação desse território permitiu a concentração fundiária, o desperdício e o desvio de recursos públicos em obras inacabadas e inadequadas ao contexto regional, o desmatamento descontrolado e os conflitos de terras, responsáveis pela violência no campo e morte de lideranças camponesas, como a da missionário Doroth Stang em 2005.

Em decorrência desses problemas foi criado em 1990 o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), que teve como principais ações nesse primeiro momento a busca pela consolidação do projeto de assistência prevista pelo governo. A grande mobilização desse período tomou um caráter regional e visava tirar a Transamazônica do abandono causado pela falta de manutenção da rodovia, principal eixo de acesso à região. Esse movimento foi responsável por promover mudanças significativas, ao longo da história, na estrutura agrária e nas questões políticas e sociais desse Território (CASTELLANET; HÉBETTE; HENCHEN, 2000).

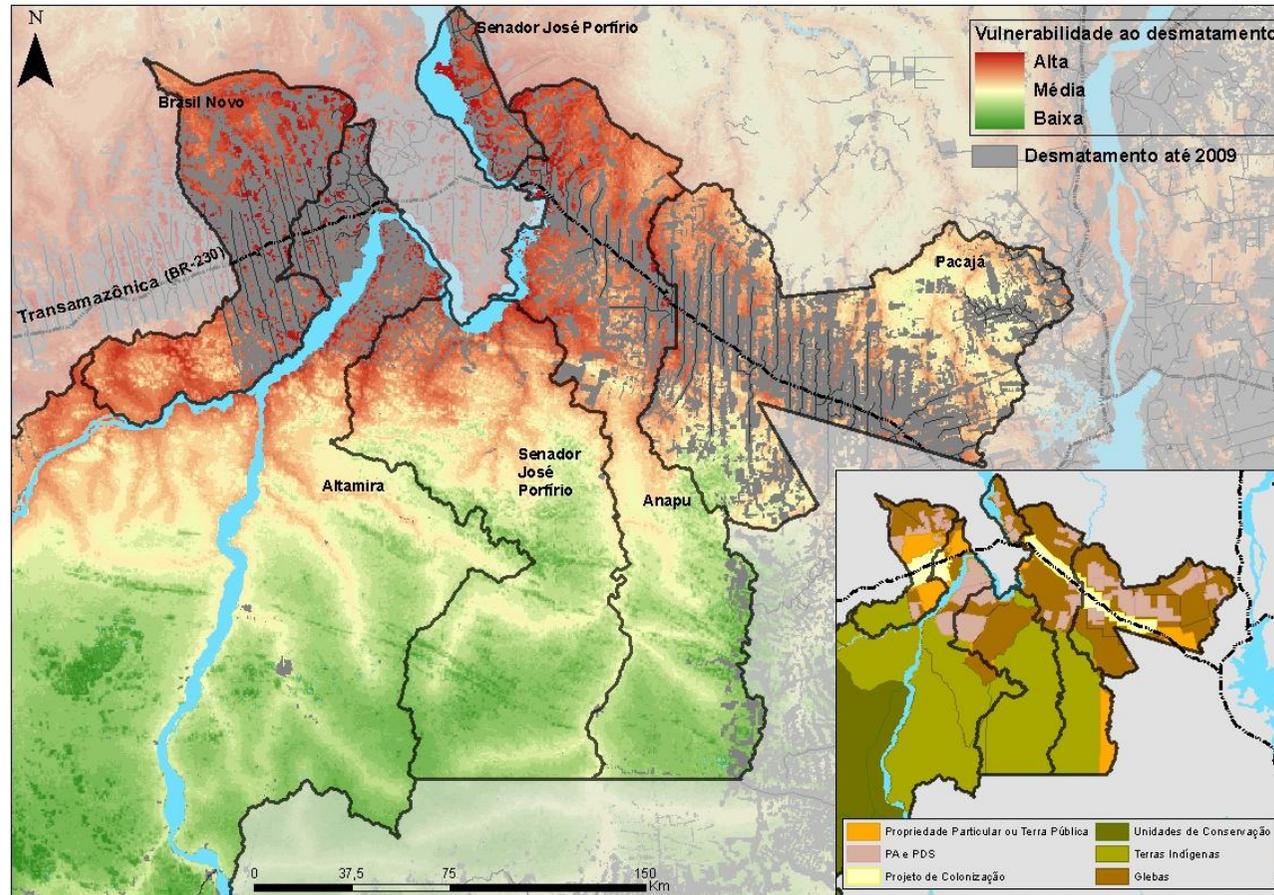
A questão do desmatamento tem feito parte das discussões que envolvem a região da Transamazônica. Constata-se que esse processo está diretamente relacionado ao processo de ocupação do Território. No início da colonização, o colono era induzido a desmatar. Era condição para o processo de titulação, para a vistoria prévia da área ocupada e para formalizar um processo junto ao Incra, que se desmatasse 50% do lote (CUNHA, 2009, p.30). O modelo pautado na abertura das rodovias federais, com lotes distribuídos ao longo de estradas vicinais distanciadas cinco quilômetros umas das outras, formou sabidamente vetores do desflorestamento na Amazônia (CUNHA, 2009;

GIRARDI, 2008). No mapa 2 é possível perceber a faixa de desmatamento que segue rota das estradas no Território da Transamazônica. A prospecção futura é um cenário de aumento na taxa de desmatamento ao longo das estradas. Percebe-se no mapa que a vulnerabilidade ao desmatamento e queimadas está relacionada ao modelo de ocupação em que aconteceu a abertura de estradas vicinais em forma de “espinha de peixe”<sup>16</sup>. Percebe-se que a maior taxa de desmatamento está relacionada ao projeto de colonização do PIC Altamira e as ampliações das estradas vicinais, em que encontram-se os assentamentos de reforma agrária.

---

<sup>16</sup> “Espinha de peixe” é o termo usado para caracterizar o desmatamento que ocorre no entorno da estrada principal e das vicinais que são abertas no entorno desta, formando, do alto, a imagem de uma espinha de peixe no meio da floresta (IPAM/FVPP, 2011, p. 31).

**Mapa 2** Desmatamento até 2009 e vulnerabilidade ao desmatamento e queimadas em municípios do Território da Transamazônica.



Fonte: IPAM/FVPP, 2011.

Até a década de 1970, não houve forte pressão sobre as florestas, visto que a maior parte da população até então dedicava-se às atividades extrativas. Foi a abertura das estradas e as políticas de incentivo à colonização que estimularam a expansão da população na região e conseqüentemente uma maior pressão para a conversão das florestas em atividades agropecuárias (UMBUZEIRO, 1998 apud SABLAYROLLES e ROCHA, 2003). A tendência à pecuarização da região foi a que mais contribuiu para a supressão da floresta (PACHECO et al. 2009, p. 11; CUNHA, 2009, p.30).

A partir da década de 1990, ocorre a implementação de projetos de assentamento de reforma agrária, como forma de regularizar as áreas já ocupadas no período da colonização, em especial a que se deu de forma espontânea. Em geral, seguiu-se duas vertentes de distribuição fundiária, uma inspirada em soluções agrárias, e a outra que introduzia questões ambientais (PACHECO et al. 2009, p. 16). Mas, a forma de atuação do órgão federal incumbido de executar a ação, foi fortemente atacada, devido à identificação de que nem a lei mais básica para a criação dos assentamentos, a obtenção da licença ambiental, eram cumpridas (ARAÚJO, 2006 apud PACHECO et al. 2009, p. 17).

Na tabela 6 é possível identificar que os projetos de Reforma Agrária (PA, PIC, PAC, PDS e ReSex)<sup>17</sup> somam 28,1% do montante das áreas regularizadas na região, sendo que a área da modalidade tipo PA corresponde a 5,3% do total, ocupando uma área de 1.270.702 hectares.

---

<sup>17</sup> O projeto de Assentamento Federal (PA) consiste num conjunto de ações planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas a outras ações públicas voltadas ao desenvolvimento territorial regional, definidas com base em diagnósticos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares; Projeto Integrado de Colonização (PIC) é uma modalidade de projeto de colonização oficial, que foi implantada ao longo dos anos de 1970 e representa a primeira forma de apropriação de áreas rurais por colonos sem terra, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Terra em que o Estado assumia todas as etapas de implantação e instalação da infraestrutura socioeconômica do projeto, tendo sido o INCRA o responsável pela seleção e assentamento das famílias, implantação das estruturas físicas de demarcação das parcelas, abertura das estradas, construção das escolas e postos de saúde, fornecimento de assistência técnica, creditícia e social, inclusive, com a organização das famílias em associações e cooperativas; Projeto de Assentamento Coletivo (PAC) é uma modalidade de projeto criada no final da década de 1970, quando o governo federal procurou implementar projetos de colonização pública, principalmente ao longo da BR 163 que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de projeto de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinada às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental (extrativismo, agricultura familiar, piscicultura, dentre outras), baseadas na aptidão da área e; Reserva Extrativista (ReSex) que é uma área de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas em que a sobrevivência das populações deve se basear no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte (LOUZADA, 2011).

**Tabela 6** Assentamentos de reforma agrária, unidades de conservação e terras indígenas na Transamazônica e Baixo Xingu (2007).

<b>Modalidade</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Projeto de Assentamento (PA)	1.270.702	5,3
Projeto Integrado de Colonização (PIC Altamira)	1.319.500	5,5
Projeto de Assentamento Coletivo (PAC)	176.239	0,7
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	1.590.442	6,6
Reserva Extrativista (ReSex)	2.423.995	10,0
Floresta Nacional (FLONA)	689.012	2,9
Estação Ecológica (ESEC)	3.373.110	14,0
Floresta Estadual do Iriri (FES)	440.493	1,8
Parque Nacional (PARNA)	445.392	1,8
Terras Indígenas	12.411.456	51,4
<b>Área total</b>	<b>24.140.341</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** INCRA, IBAMA e FUNAI (2007), sistematizado por Pacheco et al. (2009).

Todas as modalidades incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária têm direito a infraestrutura básica, crédito, assistência técnica por meio do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) e a políticas sociais, como as de educação por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), entre outros benéficos.

Os projetos de assentamento (PA's) foram criados mais intensivamente depois de meados da década de 1990, principalmente como regularização das ocupações já existentes, principalmente nas áreas de extensão das estradas vicinais do PIC Altamira (PACHECO et al. 2009 p. 19). Um segundo momento de intensa criação de projetos de assentamento da reforma agrária na região data dos anos 2000, principalmente entre os

anos de 2005 e 2006 quando o INCRA cria 34,43% do total de assentamentos existentes na região dos PIC's Altamira e Itaituba (CUNHA, 2009, p. 37). Na tabela 7 estão apresentados os PA's criados na região da Transamazônica.

**Tabela 7** Projetos de Reforma Agrária na modalidade PA criados no Território da Transamazônica pelo INCRA, sob a jurisdição atual da Superintendência Regional (SR 30) do INCRA.

<b>Município</b>	<b>Nome do Projeto</b>	<b>Data de Criação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Número de Famílias (Capacidade)</b>	<b>Famílias assentadas</b>
<b>Altamira</b>	PA Asurini	17/07/1995	32.140,1565	300	459
	PA Morro das Araras	03/09/1999	20.820,0000	200	172
	PA Itapuama	03/09/1999	52.339,5167	930	922
	PA Esperança	14/12/2006	12.654,7992	168	165
<b>Anapu</b>	PA Grotão da Onça	25/08/1997	12.782,0591	160	159
	PA Pilão Poente	25/08/1997	14.800,0000	250	238
	PA Pilão Poente II e III	22/12/1997	86.902,1507	1.150	1.015
<b>Brasil Novo</b>	PA Brasil Novo	17/12/1997	7.189,0000	95	90
	PA Igarapé das Flores	10/11/1998	19.930,0000	265	253
	PA Penetecaua	23/11/1998	14.000,0000	290	259
	PA Laranjal	23/12/1998	14.105,0000	188	187
<b>Medicilândia</b>	PA Surubim	18/05/1988	199.537,00	2660	1.362

	PA Paraíso do Norte	27/12/2006	116.677,0000	400	347
<b>Pacajá</b>	PA Bom Jardim	22/12/1997	87.600,0000	876	692
	PA Rio Arataú	22/12/1997	72.000,0000	720	684
	PA Renascer	16/12/2005	8.558,6860	50	49
	PA Cupuzal	16/12/2005	19.291,3343	300	147
	PA Terra para a Paz	16/12/2005	66.031,1256	400	190
	PA Anapuzinho	13/10/2006	17.500,0000	231	108
<b>Placas</b>	PA Alto Pará	22/12/1997	7.527,0000	400	385
	PA Placas	27/11/1998	28.945,000	344	270
	PA Rio das Pedras	27/11/1998	23.916,0000	259	226
	PA Curuá-uma	14/12/1998	16.100,0000	161	110
	PA Macanã I	06/11/2006	25.727,3453	257	197
	PA Macanã II	06/11/2006	30.301,7270	303	169
<b>Porto de Moz</b>	PA Acaraí	06/11/1998	8.600,0000	95	90
	PA Rio do Peixe	25/10/1995	26.234,0000	260	242
	PA Uirapuru	10/06/1997	18.900,0000	252	251
	PA Tutui-Sul	10/06/1997	16.000,0000	200	172

<b>Uruará</b>	PA Rio Trairão	30/10/1997	17.000,0000	170	159
	PA Tutuí Norte	25/10/1999	28.000,0000	341	337
<b>Senador José Porfírio</b>	PA Canoé	30/10/1997	10.709,0000	600	407
	PA Araraquara	08/10/1997	3.940,0000	150	124
	PA Ressaca	03/09/1999	30.265,0000	500	461
	PA Juruá	07/10/1999	4.737,0000	150	65
	PA Arapari	08/10/1999	9.243,0000	700	549

Fonte: INCRA, 2012

Percebe-se claramente que há dois períodos bem definidos no aumento do número de projetos criados na região. A partir de meados da década de 1990 até os anos 2000, observando os dados da tabela 7, foram criados mais de 70% dos assentamentos, sendo os demais criados entre os anos de 2005 e 2006. Para Cunha (2009, p. 37) nesses dois períodos pode-se observar a clara intenção do governo em apenas fabricar números para abastecer os índices da reforma agrária. Nesse segundo momento também podem ser verificadas a relação entre os interesses governamentais, no sentido de continuar inflando os números da reforma agrária, e os interesses das madeireiras valendo-se, então, da nova modalidade de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (CUNHA, 2009, p. 37) para intensificar a sua atividade.

A atuação do INCRA nessa região no que se refere à política de reforma agrária vem sendo questionada em decorrência de que as irregularidades existentes nos seus processos de criação revelam que na verdade não se está promovendo reforma agrária alguma. A situação atual, com os processos de interdição de assentamentos no Oeste do Estado do Pará, revela por um lado o desejo do órgão em aumentar os números da política, e por outro lado mais uma vez verifica-se no cenário nacional o favorecimento ao grande capital na Amazônia.

Entendo que não é o fato de que os projetos tenham sido criados como forma de regularização fundiária que faz com que esses não sejam legítimos casos de Reforma Agrária, e sim a forma como os procedimentos de criação foram conduzidos. No caso

em estudo pudemos verificar que as localidades passaram muitos anos em precárias condições de infraestrutura.

### 3.2 A ATUAÇÃO DO SINDICATO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO DIREITO A TERRA

O Território da Transamazônica Paraense passou por diferentes fases, considerando a forma como se deu o processo de ocupação e fundação dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR's<sup>18</sup>. O primeiro sindicato criado nessa região, o STR de Altamira, data de 1968. O mesmo era pouco ativo e não tinha muito impacto na organização social dos colonos (HÉBETTE, 2004b, p. 132). Somente a partir da década de 1980 verifica-se um novo cenário na organização sindical. “Foi em torno da Igreja que se iniciou uma mobilização dos agricultores no sentido de uma luta organizada com vistas à melhoria de suas condições de vida” (HÉBETTE, 2004b, p. 132). Naquele momento, a crise financeira e a ausência do Estado fez com que grande frente política, envolvendo diversos setores da sociedade se formasse para reivindicar políticas públicas (PACHECO, et al. 2009, p. 14). Surgem nesse contexto sindicatos com poder maior de aglutinação dos camponeses em vista de objetivos gerais que afetavam a região. Acontece nessa década também a criação de vários municípios (PACHECO, et al. 2009, p.14; HÉBETTE, 2004b, p.133 ), incluído o município de Pacajá, *locus* dessa pesquisa, criado em 10 de Maio de 1988.

Os movimentos sociais rurais da Transamazônica constituídos pelos “trabalhadores rurais”<sup>19</sup>, tiveram na década de 1980 os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STTR's como centros aglutinadores de forças e seus principais representantes junto às esferas estatais. As lutas iniciadas pelos STTR's com o apoio da Igreja Católica convergiram para um amplo movimento por meio da Comissão Regional de Sindicalistas da Transamazônica (CRST) que deu origem à criação do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) no ano de 1987. Em 1992, as lideranças que formavam o MPST criaram a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) para ser a sua representação jurídica e no ano de 1998 muda seu nome para Movimento Pelo

---

<sup>18</sup> Até o ano de 2007 os Sindicatos dos Trabalhadores do campo, eram denominados de STR's, mas em decorrência de um novo contexto como forma de valorizar a presença de mulheres nessas organizações incluiu-se a denominação Trabalhadoras, ficando dessa forma Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's).

<sup>19</sup> Categoria genérica que engloba segmentos tão diferenciados como assalariados, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, posseiros, etc. (MEDEIROS, 2007).

Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). As lideranças camponesas reconheceram com esta mudança de nome uma mudança de atitude, em razão da nova conjuntura. A luta não era mais pela sobrevivência e sim pelo desenvolvimento do território com proposição de projetos e participação direta nas ações governamentais que envolvem as políticas públicas para esse território (SOUZA, 2006, p. 11).

Na área que compreende o município de Pacajá a forma de colonização espontânea foi a que prevaleceu no que tange à instalação de posseiros. Nessa área as lideranças camponesas nasceram das lutas pela posse da terra contra latifundiários e especuladores de terra. Formou-se um sindicalismo inicialmente voltado para a ocupação de terras e posteriormente para a fixação e consolidação de um projeto agrícola com qualidade de vida para as famílias camponesas. Em toda a região Norte, o movimento sindical teve um determinado momento em que suas lutas voltaram-se para a questão da terra. Mais tarde pensou-se uma política agrária, agrícola e social específica para a agricultura familiar e a partir daí suas reivindicações priorizavam ações com vistas a garantir melhorias para esse segmento do campo (PROJETO CUT/CONTAG, 2000).

Hébette (2004a) enfatiza que a base para as agitações no campo paraense deu-se devido à forma como ocorreu o processo de ocupação das terras. Os migrantes tiveram que resistir e arriscar a própria vida pela conquista da terra contra latifundiários, grileiros e empresas capitalistas. Essa iniciativa corajosa dos posseiros foi propulsora de grandes conflitos, mas também foi a responsável por fazer ressurgir a esperança na vida de muitas famílias que viam na terra, como o meio para a sua própria sobrevivência.

A luta pela terra é apoiada amplamente pelo movimento sindical, embora o seu reconhecimento se dê a partir de um determinado local que geralmente é circunscrito à área do município e não há necessariamente uma articulação de todos eles compondo um movimento nacional de luta pela terra. No entanto, através de sua atuação o sindicato conseguiu conquistas que vão além da posse, que constitui-se na conquista dos direitos básicos como educação, saúde e orientação técnica aos agricultores. Há, portanto, reivindicações voltadas para a produção e trocas econômicas, sendo fundamental o apoio da Igreja Católica que disseminou uma forma dos movimentos angariar fundos a partir da elaboração de projetos que constituem alternativa para que as entidades conseguissem recursos financeiros para o desenvolvimento de suas atividades (HÉBETTE, 2004a, p. 207).

O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Pacajá é uma entidade de representação dos camponeses importante quando se trata da questão fundiária do município. Essa é uma bandeira fundamental de luta desse Sindicato e esteve na pauta de ação do mesmo desde a sua fundação, em 28 de Junho de 1988 (BRITO, 2009).

O STTR é uma das entidades mais importantes quando se considera a porcentagem de camponeses das localidades em estudo: 70% dos Responsável pela família no Cupuzal e 92% no Anapuzinho são filiados ao Sindicato. Durante a pesquisa de campo conseguiu-s identificar que os camponeses vêm no Sindicato a possibilidade de acessar benefícios como a aposentadoria, salário maternidade, entre outros, deixando de lado a sua posição enquanto aglutinador da luta camponesa. Nos últimos anos em decorrência do processo de interdição dos assentamentos, o STTR vem promovendo reuniões nos assentamentos e INCRA com o intuito de resolver a situação.

O Sindicato vem atuando em momentos de representação dos camponeses pela regularização das terras ocupadas durante a colonização espontânea. Nessa questão, o mesmo não trabalha de forma isolada, fazendo parte do MDTX que trabalha com vistas a melhorar as condições do homem do campo. O STTR de Pacajá é uma das entidades que desde o início participou do MDTX, quando este ainda era MPST. O fato do STTR participar desse movimento maior que incluí outros movimentos sociais da Transamazônica fortalece os processos de luta por melhorias que beneficiem toda a região.

Uma das principais conquistas citadas pela direção do STTR está justamente no fato de ter conseguido a partir de reivindicações junto ao INCRA a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais no município (BRITO, 2009).

Pode-se observar uma diferença marcante relacionada à atuação do Sindicato em relação à questão da Terra, seja pela regularização fundiária ou pela busca da consolidação da reforma agrária. No início de atuação desse sindicato existia uma pressão exercida por parte dos grandes fazendeiros e grileiros para que o Sindicato deixasse de trabalhar com reivindicações junto ao INCRA para regularização de terras na área do município. Devido às perseguições e ameaças de morte os militantes trabalhavam de modo que nunca iam às mesmas pessoas ao INCRA, eles iam se revezando para que não ficassem conhecidos como militantes sindicais (BRITO, 2009).

Os primeiros assentamentos criados no município foram resultado da ação de reivindicação junto ao INCRA. Devido aos trabalhos relacionados à questão fundiária

terem sido intensificados em alguns momentos, o STTR teve grandes enfrentamentos com latifundiários da região. Segundo o Sr. Buriti “defender uma categoria menos favorecida vai de encontro com os grandes”. Durante o seu mandato como presidente do Sindicato ele foi vítima de ameaças tendo que passar um tempo fora do município (BRITO, 2009).

A Secretaria de Relações Agrárias do STTR, também chamada de Secretaria de Políticas Agrárias desenvolve um trabalho para minimizar os problemas relacionados à ocupação de terras na região. Como vimos anteriormente, esse trabalho vem sendo desenvolvido pelo Sindicato desde a sua fundação e tem total poder de negociação com o INCRA. A Secretaria de Política Agrária trabalha com a fiscalização de áreas ocupadas por posseiros e fazendeiros, tentando evitar o problema de grilagem de terra e a conseqüente disputa e conflito entre as partes (BRITO, 2009). Está atuando com vistas a regularizar a situação dos assentamentos que estão embargados pela Justiça, em especial ele está atuando na área do PDS Liberdade onde está acontecendo um movimento de ocupação desordenada: ao mesmo tempo em que entram camponeses verifica-se a figura de grileiros e de madeireiros atuando na área.

O trabalho desenvolvido pelo Sindicato relacionado à questão agrária é marca da história dos sindicatos da região que foram fundados em pleno processo de ocupação regional, momento em que se verificava uma mobilização que procurava organizar a estrutura fundiária e ao mesmo tempo buscava-se a melhoria das condições de vida desses camponeses migrantes que foram deixados na precariedade estrutural que marca o início de ocupação dessa região.

Considerando a trajetória da ação sindical no município de Pacajá pode-se definir como ações prioritárias três pontos que convergem para um único fim que visa o desenvolvimento regional de acordo com as características específicas desse território. O primeiro ponto refere-se ao desenvolvimento de ações relacionadas a questões agrárias, como a regulamentação de áreas através da negociação com o INCRA e propostas da criação de PDS's na região; o segundo, que visa a busca pela educação de qualidade na zona rural de acordo com as especificidades dos atores do campo e, o terceiro a busca por projetos e políticas que favorecem as dinâmicas econômicas e de produção da região (BRITO, 2009).

Numa etapa mais recente, mesmo que em alguns momentos seja possível verificar o confronto, em relação à questão da terra, o Sindicato vem agindo de modo a evitar conflitos diretos com os grileiros, fazendeiros e madeireiros. A sua atuação

acontece principalmente como mediador entre os camponeses e o INCRA. As ocupações de terra na região estão acontecendo por iniciativa dos próprios camponeses, depois é que o STTR atua para reivindicar a regularização da área, seja através da regularização fundiária, ou por meio da criação de assentamentos rurais.

#### 4. CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO: DE POSSEIROS A ASSENTADOS

Nesse capítulo são analisada a origem e trajetória dos camponeses, a fim de compreender a sua situação no momento da pesquisa. A trajetória de vida das famílias camponesas ajuda a compreender a própria dinâmica da ocupação da Transamazônica e revela a realidade de conformação social heterogênea.

A compreensão desses aspectos históricos que reúnem trajetórias individuais e coletivas na formação dos assentamentos traz pistas importantes para o entendimento de fatores sociais, políticos e culturais que compõem estes assentamentos e as estratégias adotadas pelas famílias diante dos impasses da política de regularização fundiária no Território da Transamazônica.

É realizada a caracterização das localidades estudadas. Entende-se a diversidade social das duas localidades, o processo de formação dos assentamentos e a situação das famílias. São enfatizados os dados referentes ao processo de ocupação, criação dos assentamentos e à condição de vida, visto que esses aspectos revelam a realidade moldada ao longo da história coletiva dos camponeses a partir do momento em que eles se vêm no mesmo lugar e constroem vínculos sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais.

A pesquisa reúne dados sobre duas áreas de assentamento do município de Pacajá que foram interditados pela Justiça Federal no ano de 2007, o Anapuzinho que situa-se a oeste do município, na parte sul da Rodovia Transamazônica e integra as vicinais 338 Sul, Pão Doce e Vicinal Nazaré e o Cupuzal que localiza-se ao Sul do município, Vicinal Cupuzal.

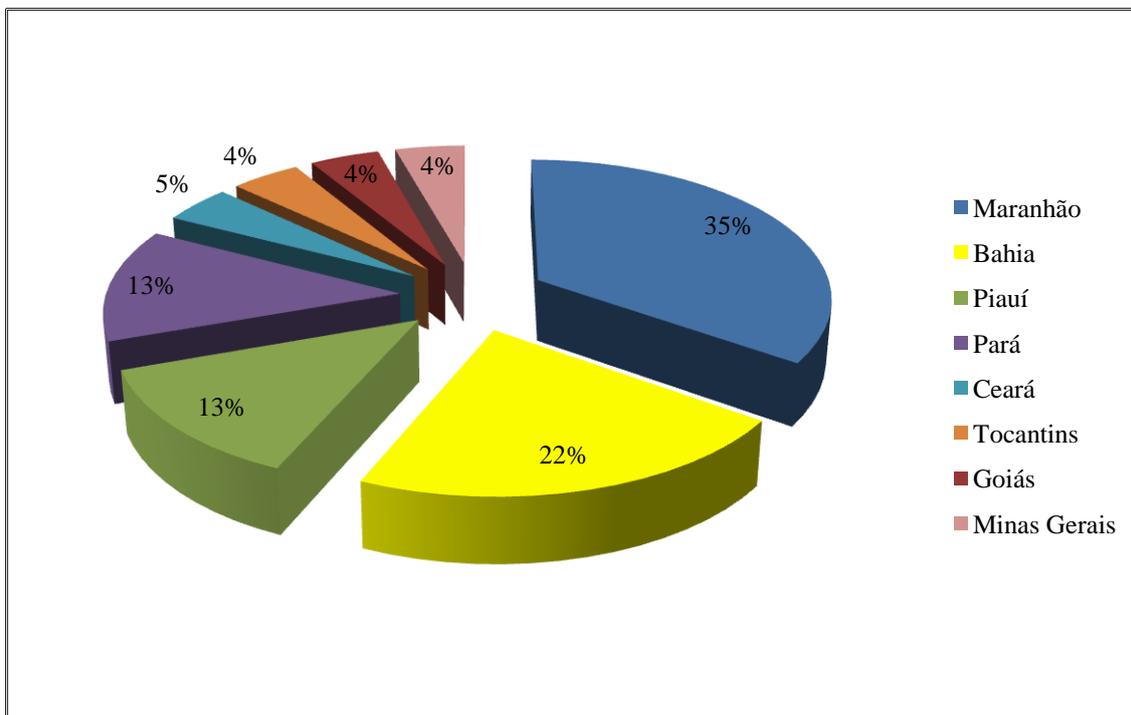
##### 4.1 ORIGEM E CAUSAS DAS MIGRAÇÕES DAS FAMÍLIAS

A realidade social da Transamazônica é reflexo do processo de colonização iniciado na década de 1970 por meio do Programa de Integração Nacional – PIN desenvolvido pelo INCRA que impulsionava a vinda de migrantes de várias partes do Brasil, podendo-se encontrar em uma mesma localidade brasileiros naturais de vários Estados, a maioria com uma trajetória ligada à agricultura. Das 23 famílias entrevistadas, 39% veio para a Transamazônica em busca de terras onde pudessem sustentar suas famílias, sendo consenso a busca por melhores condições de vida.

Os responsáveis pelas famílias das duas localidades pesquisadas são 74% nordestinos, principalmente dos estados do Maranhão (35%), Bahia (22%), Piauí (13%) e Ceará (4%), conforme pode ser verificado no gráfico 2. Os 13% de origem paraense

são filhos de camponeses que vieram de outros Estados do país, sendo apenas um (01) nascido no Município de Pacajá. Os outros de origem paraense são de municípios do Sudeste do Pará.

**Gráfico 2** Origem dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Em relação à origem das esposas também é possível evidenciar a conformação de grupos sociais com origens diferenciadas. A maioria das esposas é de origem nordestina, dos estados do Maranhão, Bahia, Ceará e Piauí totalizando 61%; 22% são do norte, naturais do Estado do Pará; e as demais são do Centro-oeste dos estados de Minas Gerais e Goiás (17%); e do Paraná, região Sul do Brasil (6%). A conformação do casamento, na maioria dos casos, aconteceu antes mesmo da chegada ao território. Existem casos em que o casamento se deu depois da chegada as localidades, sendo as esposas naturais de outros estados brasileiros que migraram juntamente com suas famílias ou que nasceram no Pará, mas são filhas de migrantes.

Analisando a origem dos camponeses é possível identificar as características da região Transamazônica como sendo uma área cuja ocupação remete-se à abertura da fronteira agropecuária da Amazônia. Girardi (2008, p. 171) destaca que a região em que a migração tem maior importância na população total refere-se à fronteira agropecuária que compreende os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Roraima, onde é possível

encontrar migrantes de todas as regiões do país. No Pará, em particular destaca-se a presença de nordestinos (GIRARDI, 2008 p. 171).

O número de migrações realizadas pelos camponeses entrevistados varia entre duas e oito migrações, sendo que a maioria migrou por três vezes durante a sua vida. Foi possível identificar que muitas famílias migraram inicialmente para municípios do sudeste paraense e somente depois vieram para o município de Pacajá.

No Anapuzinho há uma predominância de camponeses que passaram algum tempo trabalhando como agregados no município de Rondon do Pará e adquiriram o lote quando ainda estavam nesse município. Um dos camponeses comentou que a negociação pelo lote foi feita sem ele ter visto a terra antes. Ele comprou, passou dois anos pagando e depois que terminou de pagar é que ele veio para essa localidade. Percebeu-se que há certa ligação entre esse assentamento e o município de Rondon do Pará, isso deve-se ao fato de que os primeiros ocupantes dessa área foram pessoas que vieram desse município e depois continuou mantendo vínculos com o local de origem, influenciando desta forma outras famílias a virem para o Território da Transamazônica.

A trajetória dos camponeses é um indicador dos vínculos sociais que foram sendo construídos ao longo do tempo. Nas duas localidades é possível identificar relações de parentesco que foram se estabelecendo ao longo de suas formações. Foi possível identificar que famílias inteiras se situaram nessas áreas por relações de parentesco e amizade, uma estratégia observada por estudiosos como Jean Hébert, Alves e Quintela (2002) e José de Souza Martins (1997) como uma estratégia de relevância no campesinato brasileiro. José de Souza Martins (1997) aponta que existe uma teia de relações de parentesco e de compadrio que se encarrega de difundir as informações sobre localização de novas terras e aos poucos acontece o deslocar de fragmentos de grupos familiares para essas novas terras, onde os que chegaram primeiro acolhem os que vêm depois (MARTINS, 1997, p. 176).

As experiências de trabalho dos camponeses são distintas, como pode ser visto nos dados apresentados na tabela 8. A maioria (78%) dos camponeses entrevistados teve como experiência de vida o trabalho na terra, uns trabalharam somente na agricultura e outros já trabalharam em atividades não-agrícolas, mas em sua trajetória tem ligação com atividades agropecuárias. Apenas 22% teve uma trajetória de vida sem vínculos com a terra e somente depois da chegada à localidade passou a trabalhar com a agricultura.

**Tabela 8** Ocupação dos Responsáveis pelas famílias antes da chegada à área do assentamento

Atividade	Anapuzinho	Cupuzal
Agricultura	31%	90%
Agricultura e garimpo	15%	10%
Agricultura e outras atividades na cidade	15%	0,0
Outras atividades na cidade	39%	0,0

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

De acordo com os dados apresentados na tabela 8 podem ser observadas diferenças em relação às duas localidades no que diz respeito à ocupação dos Responsável pela família durante as suas trajetórias de vida. No Cupuzal todos os camponeses entrevistados têm vínculos durante a sua trajetória com o trabalho na terra, diferentemente do Anapuzinho, em que podem ser verificados casos em que o trabalho na cidade aparece como única atividade antes da chegada à localidade. Se no Cupuzal a agricultura aparece como a principal ocupação de 90% dos entrevistados, no Anapuzinho apenas 31% praticaram somente atividades agrícolas em sua trajetória.

Assim como Assis (2007), em estudo na região do sudeste paraense, verificou que a descoberta de novas áreas de garimpo, a abertura de estradas, a construção de pontes, a construção de Hidrelétricas, a abertura de fazendas e a política de incentivos fiscais e de crédito funcionaram como elementos de atração para os migrantes (ASSIS, 2007, p. 24), pôde-se perceber que na realidade estudada esses fatores sociais, econômicos e políticos também influenciaram a vinda de migrantes. Nas duas localidades a atividade de garimpo aparece como uma ocupação na trajetória de vida dos camponeses, tendo casos em que a migração se deu em decorrência da busca dessas áreas de mineração.

A maior parte dos camponeses que tem em sua trajetória de vida a experiência de trabalho na terra, não tinha acesso à terra própria, e por esse motivo tiveram que trabalhar como agregados por algum tempo. Os camponeses que desenvolveram atividades agrícolas como agregados representam 61% do total de entrevistados nas duas localidades. A maioria são de origem nordestina e desenvolveram essa atividade em suas regiões de origem, tendo casos em que famílias moraram de agregados mesmo

depois que chegaram ao Território da Transamazônica, antes de possuírem a sua terra própria.

*Eu morava de agregado e vim em busca de terra. Só consegui possuir terra depois que cheguei em Pacajá. (Acaí, 54 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

O desejo dessas famílias era possuir a terra própria para que eles pudessem desenvolver suas atividades com mais autonomia, pois como pode ser verificado na fala do camponês ser agregado é não ter autonomia sobre o que plantar.

*Nós trabalhava agregado, agregado é assim trabalhar na terra de outros né, sem direito assim de plantar uma maniva pra ter assim uma mandioca para fazer uma farinha, o cara não tinha direito não, plantava assim só o arroz e o milho porque colhia mais, colhia logo. (Mogno, 52 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

Heredia (1979 p. 141) identificou caso semelhante em seu estudo realizado no Nordeste. Em alguns casos, o dono da terra estabelecia contratos de arrendamento com tempo predeterminado e chegava a proibir o cultivo da mandioca porque seu ciclo agrícola abrangia um período maior de tempo.

No geral, na fala dos camponeses é possível verificar que suas famílias estavam à “procura de um lugar melhor” (Pupunha, 32 anos, entrevista realizada em Junho de 2012), onde eles pudessem ter acesso à terra e desenvolver suas atividades agrícolas de forma independente. Existia uma esperança de mudança a partir da migração, sendo o acesso à terra própria uma possibilidade para a melhoria das suas condições de vida. Em muitos trechos da fala dos camponeses ficam evidentes as dificuldades que os mesmos estavam tendo em suas regiões de origem, por isso a migração foi uma estratégia que as famílias encontraram para sair dessa condição de privação e dificuldades para atingirem o objetivo de melhorarem as suas condições de vida a partir do acesso à terra e conseqüentemente ao trabalho livre, ou seja, o trabalho na terra de forma autônoma, onde eles próprios pudessem decidir o que, quanto e como plantar.

Bombardi (2004) em estudo sobre a Reforma Agrária em São Paulo destacou que a própria terra significa para as famílias a possibilidade de concretizarem o sonho de liberdade e autonomia. Essa liberdade está condicionada à possibilidade de escolher qual cultura se quer implantar, a forma como se quer trabalhar e de que forma vai ser feita a distribuição da produção, ou seja, é ter a autonomia do processo produtivo como em todo (BOMBARDI, 2004, p. 200).

Como pode-se perceber em várias realidades estudadas por pesquisadores que tratam do campesinato no Brasil é possível perceber semelhanças com a realidade em estudo. A busca por certa autonomia que está relacionada ao fato de ter a terra própria é central para o campesinato. Na fala do camponês: “a situação lá era crítica, a gente morava na terra dos outros” (Urucum, 35 anos, entrevista realizada em Junho de 2012) é possível relacionar a situação de privação ao fato da família não possuir a terra própria.

Outro camponês ressalta o fato de que algumas vezes nem um pedacinho de terra eles tinham para plantar. Trabalhar de diária ainda era uma situação pior do que trabalhar como agregado na terra de terceiros. Veja na fala do camponês.

*Lá não tava dando mais. Às vezes uns davam um pedaço de terrinha, mas outras vezes não, trabalhavam na terra dos outros, trabalhavam de diarinha veia, comiam feijão com farinha, sem gordura porque não tinha condição de comparar. Lá não dava mais nada, a dificuldade era grande (Sucupira, 62 anos entrevista realizada em Junho de 2012)*

Os dados sobre o tipo de atividade desenvolvida antes da chegada as localidades foram de suma importância para a pesquisa, pois permitiram identificar a experiência adquirida pelos camponeses durante a sua trajetória e permitiu averiguar que a migração aparece como uma estratégia utilizada pelas famílias com o intuito de se reproduzirem socialmente. Assim como destaca Woortmann (2009, p. 217) “camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes”; “a migração é parte integrante de suas práticas de reprodução” (WOORTMANN, 2009 p. 217). Nesse sentido, a migração aparece não somente como estratégia para fugir das condições adversas encontradas em um determinado espaço, mas possui significados imbricados no próprio ser camponês.

Na presente pesquisa a migração aparece em decorrência das restrições dos espaços onde os camponeses pudessem desenvolver seu modo de vida, ou seja, o não acesso à terra própria restringia a sua autonomia e deixava as famílias numa situação de incômodo e de dependência ao dono da terra. Mas, a migração também acontece como resultado das propagandas de terra farta na Amazônia, que foram se disseminando principalmente como consequência das relações de parentesco e vizinhança. Ou seja, primeiro vinha um parente (um tio, um irmão, o pai), um vizinho, um compadre, um conhecido e depois pelos vínculos sociais estabelecidos as informações chegavam aos locais de origem dos camponeses e esses aos poucos vinham com suas famílias. Nesse

sentido, a migração acontece em função de uma realidade construída socialmente por meio dos laços familiares e de vizinhança.

Não são somente os fatores relacionados às dificuldades financeiras nos locais de origem desses camponeses que os fazem optar pela migração, mais a proximidade social estabelecida entre os locais de origem e destino também influenciam na decisão.

Em relação ao local de moradia dos camponeses durante a sua trajetória de vida, podemos identificar uma analogia com o tipo de ocupação que os mesmos desenvolveram antes da chegada à Transamazônica. No Anapuzinho, 31% dos camponeses sempre residiram em áreas rurais, 38% moraram tanto em áreas rurais como urbanas e 31% moraram somente em áreas urbanas antes de chegarem à localidade. Destes que viveram somente em áreas rurais desenvolveram atividades ligadas à agricultura, enquanto que a maior parte daqueles que residiu um determinado período em áreas rurais e outro período na cidade também desenvolveu atividades ligadas ao seu local de moradia, tendo casos que se refere a camponeses que durante sua trajetória tiveram como ocupação o trabalho em garimpo. Os que residiram somente na área urbana desenvolveram atividades somente na cidade. No Cupuzal, 90% dos camponeses moraram somente em áreas rurais e 10% moraram em áreas urbanas. Vale ressaltar que nessa localidade em 90% dos casos a ocupação dos camponeses durante suas trajetórias de vida sempre estiveram ligadas à agricultura e, mesmo aqueles que antes da chegada moraram na cidade, também desenvolveram atividades agrícolas durante sua trajetória.

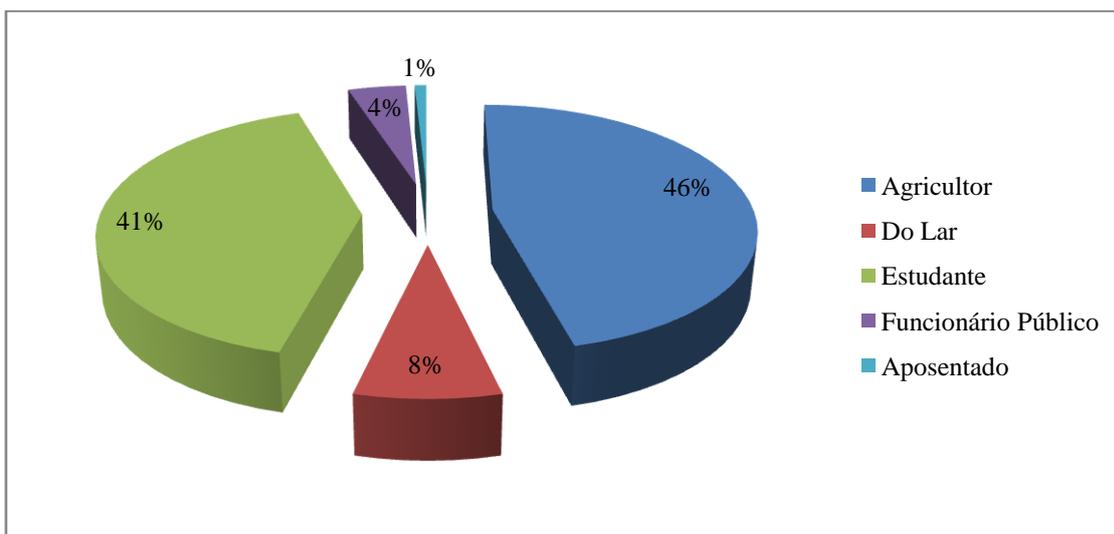
Quando comparamos o local de moradia e as atividades desenvolvidas pelos camponeses durante sua trajetória, fica claro que no Cupuzal existem camponeses com vínculos mais fortes com a agricultura, enquanto que no Anapuzinho podemos verificar camponeses que mesmo tendo um vínculo com a agricultura, conseguiram adquirir experiências em outras atividades e a ocupação dos mesmos também tem uma conformação diferenciada dos camponeses do Cupuzal. No Cupuzal, os camponeses entrevistados têm como única ocupação as atividades agropecuárias, enquanto que no Anapuzinho conseguimos identificar camponeses que são assalariados como professores, agentes comunitários de saúde, alguns são comerciantes na localidade e outros desenvolvem outros tipos de atividades assalariadas. Veja na tabela 9.

**Tabela 9** Ocupação atual dos Responsáveis pela família e dos demais membros aptos ao trabalho

Atividade	Anapuzinho		Cupuzal	
	Responsável pela família	Outros membros da família	Chefe da família	Outros membros da família
Somente Agricultura	76%	71%	100%	90%
Funcionário Público	8%	16%	0,0	10%
Comerciante local	8%	0,0	0,0	0,0
Outras atividades	8%	0,0	0,0	0,0
Estudante	0,0	13%	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Ressalta-se que mesmo tendo outro tipo de atividade, tanto os Responsável pela famílias como os demais membros, realizam a atividade agrícola e a colocam como a sua principal atividade. Existem membros da família que além de desenvolverem a atividade agrícola se autodeclaram como estudantes (13%) e praticamente todas as esposas, mesmo sendo funcionárias públicas e desenvolverem atividades agrícolas, se autodeclaram como do lar. Comparou-se os dados obtidos na pesquisa de campo com dados da Secretaria Municipal de Saúde do município que faz um acompanhamento anual dos moradores do Anapuzinho e consegui identificar a ocupação dos mesmos de acordo com sua autodeclaração. Veja no gráfico 10.

**Gráfico 3** Ocupação dos camponeses do Anapuzinho

**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde de Pacajá - Pará, 2012

Nos dados obtidos na Secretaria de saúde não foi possível verificar, por exemplo, que existem camponeses na localidade que tem um pequeno comércio e vendem produtos alimentícios, de limpeza e higiene geral, e principalmente bebidas. Mas esses mesmos dados revelam o fato de que a maioria dos moradores declarou essas atividades apresentadas no gráfico como a principal. Os que se declararam como estudantes refere-se principalmente aos filhos dos camponeses que estão em idade de 7 a 18 anos.

Uma categoria que não apareceu nas pesquisas de campo, mas que está presente nos dados da Secretaria de Saúde que faz esse cadastro amplo, com todas as famílias do assentamento, é a categoria aposentado. Nas pesquisas é possível verificar que essa categoria está presente nas áreas rurais como um importante indicador do envelhecimento no campo..

Não é objetivo dessa pesquisa aprofundar nesse assunto, mas de acordo com os dados obtidos pode-se observar indícios de que esse envelhecimento deve-se a uma configuração do espaço marcada principalmente pela saída de jovens para a cidade. Durante o desenvolvimento da pesquisa identifica-se indícios desse envelhecimento no campo. No Anapuzinho existem famílias em que os membros jovens migraram para a cidade e ficaram somente os pais residindo na zona rural. O mesmo fenômeno acontece no Cupuzal, existindo casos em que se verifica a presença apenas do chefe da família e os demais membros, ou residem na cidade ou em vilas onde o acesso a políticas públicas, como a educação, por exemplo, é facilitada.

Nesses casos é exagero falar de envelhecimento no campo, tendo em vista que os fatores que faz essa situação acontecer está mais ligada à busca por oportunidades de estudo desses jovens. Ainda é possível perceber a presença de grande quantidade de crianças e adolescentes nessas localidades, mas acontece a migração de jovens, pelos motivos citados acima. No Anapuzinho 35% dos membros da família são menores de 18 anos e no Cupuzal essa porcentagem aumenta para 43%. A ida do jovem para a cidade pode acontecer casos onde eles jamais retornarão, visto que muitos saem para estudar, mas acabam conseguindo emprego e por esse motivo preferem permanecer na cidade. Existem casos onde se verifica que mesmo o jovem morando na cidade estudando e trabalhando, o vínculo com o rural não se perde, sendo esse membro um elo da ligação entre o rural e o urbano e mais uma fonte de renda da família.

As migrações de jovens também acontecem em decorrência da conformação de casamentos. É importante ressaltar casos em que o filho migra de estabelecimento rural, mas permanece na mesma localidade e casos em que os filhos migram para outras áreas do município. Geralmente os filhos migram para novas áreas de ocupação onde eles podem somente ocupar ou comprar terra por um menor preço. No Município de Pacajá esse processo está latente, pois ainda existem muitas áreas em que os camponeses e especuladores de terra estão ocupando. Recentemente iniciou-se um movimento de ocupação de uma das áreas onde seria implantado o PDS Liberdade, um dos projetos de reforma agrária que foi interdito juntamente com as duas áreas onde foi desenvolvida a presente pesquisa. Segundo dados do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais já são mais de 100 famílias de camponeses que estão ocupando a área, em meio a grilagens de grandes extensões de terra. Outra área que foi ocupada recentemente é a do Projeto Macaxeira, projeto este que recebeu subsídios do governo, mas que foi abandonado logo em seguida. Em 2006 começaram as primeiras ocupações nessa área e os camponeses estão na justiça para regularizarem a situação.

#### 4.2 A CRIAÇÃO DOS ASSNTAMENTOS DAS ÁREAS OCUPADAS

No município de Pacajá há um total de vinte e seis (26) assentamentos de reforma agrária, sendo que destes vinte e quatro (24) são da modalidade PA e dois (02) são da modalidade PDS. A modalidade PDS foi criada pela Portaria n° 477/1999, e é uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico e ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental. Nesse tipo de assentamento as atividades

econômicas desenvolvidas pelas famílias assentadas devem ser baseadas na aptidão da área, sobretudo, na oferta ambiental natural de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como dos serviços sociais da floresta, turismo ecológico; seqüestro e comercialização de carbono, piscicultura nos cursos d'água que drenam as florestas, entre outras.

Do total de projetos criados pelo INCRA dezenove assentamentos ficam na área sob a jurisdição da SR (27) e oito ficam na área de competência da SR (30). Com a atual conjuntura do INCRA as Superintendências Regionais são órgãos criados para descentralizar as ações de coordenação e execução das atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informação, modernização administrativa e garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA na sua área de competência<sup>20</sup> (INCRA, 2011a)

Em análise sobre a dinâmica de criação de assentamentos no Pará Michelotti et al. (2007) constataram que o contexto “denota tanto o não enfrentamento do monopólio da terra nas regiões mais densamente ocupadas, como a priorização ao agronegócio como modelo de desenvolvimento nessas regiões” (MICHELOTTI et al. 2007, p. 16), haja vista que no período entre os anos de 2003 e 2006 (1º Governo Lula) que correspondeu a um período de grande intensidade de ocupações de terra tanto a nível nacional como na região do sudeste paraense a criação de assentamentos rurais aconteceram em áreas consideradas como novas frentes de expansão da fronteira agrária, incluindo o município de Pacajá, que é *locus* deste estudo.

Na tabela 10 estão apresentados os assentamentos criados no município de Pacajá pelo INCRA na área de competência da SR (27).

---

<sup>20</sup> As Superintendências Regionais são órgãos descentralizadores previsto no Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009 – Estrutura Regimental e na Portaria/MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009 - Regimento Interno do INCRA.

**Tabela 10** Assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA em Pacajá sob a atual jurisdição da SR (27)

<b>Assentamentos</b>	<b>Data de Criação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Capacidade de Famílias</b>	<b>Famílias Assentadas</b>
PA Montes Belos	08/07/1987	60.000,0000	2.000	619
PA Chico Mendes I	08/12/1999	3.326,0204	81	71
PA Vista Alegre	15/06/2000	2.055,0554	50	50
PA Barrageira	05/12/2001	3.389,6444	95	78
PA Zumbi dos Palmares	14/11/2003	3.801,8518	95	91
PA Pioneira	28/06/2005	2.043,1583	40	40
PA Ribeirão das Pedras	28/06/2005	2.009,0700	38	37
PA Bom Futuro	09/09/2005	2.935,7980	83	83
PA Raio de Sol	20/09/2005	7.566,6955	120	110
PA Rio Bandeira	20/09/2005	11.250,0568	225	209
PA Rio Cururuí	07/11/2005	76.575,8363	750	704
PA Raio de Sol II	17/11/2005	13.268,3568	197	168
PA Sol Nascente	12/12/2005	5.899,3781	116	112
PA Nova Vida II	13/09/2006	26.924,8690	320	310
PA Morada Nova	26/10/2006	14.794,6711	92	72
PA Morada Nova II	02/10/2006	11.437,8671	38	10
PA Aratau II	02/10/2006	27.948,4989	220	79
PA Bela Vista do Pacajá	19/12/2006	64.501,0916	380	257

Fonte: MDA/INCRA, 2012

Em relação aos que estão sob a jurisdição atual da SR (30), foram criados no município em estudo, seis PA's e dois PDS's apresentados na tabela 11.

**Tabela 11** Assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA em Pacajá sob a atual jurisdição da SR (30).

Assentamentos	Data de Criação	Área (ha)	Capacidade de Famílias	Famílias Assentadas
PA Bom Jardim	22/12/1997	87.600,00	876	692
PA Rio Aratau	22/12/1997	72.000,00	720	684
PA Renascer	2005	8.558,68	50	49
PA Cupuzal	16/12/2005	19.291,33	300	147
PA Terra para a Paz	16/12/2005	66.031,12	400	190
PA Anapuzinho	13/10/2006	17.500,00	231	108
PDS Liberdade	29/12/2005	227.661,0000	1.500	1.483
PDS Liberdade I	17/10/2006	410.304,81	3.500	938

Fonte: MDA/INCRA, 2012

O momento atual é avaliado pelos camponeses como positivo quando comparado ao passado em relações a diversos aspectos sociais e econômicos das localidades. Eles ressaltaram que a situação melhorou bastante e mesmo apontando ainda como uma das grandes dificuldades as condições da estrada para o transporte de pessoal e mercadoria, o acesso as localidades está bem mais fácil do que nos primeiros anos de ocupação. Em conversa com os entrevistados foi possível verificar que eles relembram do passado como momentos em que tiveram que enfrentar grandes dificuldades, principalmente de acesso as localidades.

*(...) aqui era só um carreirinho, não tinha estrada, depois de um tempo foi aberta a estrada pela Serra da Merenda pra nós poder vir para cá, mas não deu certo, não, agora é que foi aberta essa estrada aí para vir a energia. Disse que só vinha a energia se a gente fizesse a estrada. A estrada foi feita pelos madeireiros que estão pegando madeira aí pra dentro (Ipê, 43 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

A maior dificuldade é ainda a de acesso, e mesmo que nas duas localidades a estrada tenha melhorado em relação ao passado, a falta de manutenção das mesmas faz com que, principalmente durante o período chuvoso, as condições da estrada fiquem bem precárias. Na fotografia 5 é possível ver um trecho da estrada vicinal para chegar a área onde é o Assentamento Anapuzinho.

**Fotografia 5** Foto de um trecho da estrada do Assentamento Anapuzinho**Foto:** MNSB, 2012

No Anapuzinho verificou-se que em algumas ocasiões a Prefeitura Municipal faz a revitalização das estradas são os camponeses que se reúnem para comprar a quantidade de óleo necessária para se fazer a atividade. As estradas na vicinal passaram muito tempo em péssimas condições, no entanto, através da organização dos camponeses com reivindicação junto ao poder público municipal, no ano de 2006 a estrada passou por uma revitalização, porém não foi suficiente para atender às necessidades da população, visto que no período chuvoso a situação volta a ser precária. Além disso, o trabalho não foi completo, porque aconteceu apenas até 20 Km, deixando parte da população a mercê dessa necessidade de tráfego. A opção para esses camponeses durante muitos anos foi trafegar por outras Vicinais (Pão Doce e Nazaré) através de ramais abertos por madeireiros, dificultando e aumentando o percurso da viagem. No ano de 2012 foi aberta mais um trecho da estrada, através da negociação entre os camponeses e uma madeireira. Um trecho desse ramal aberto está na fotografia 6.

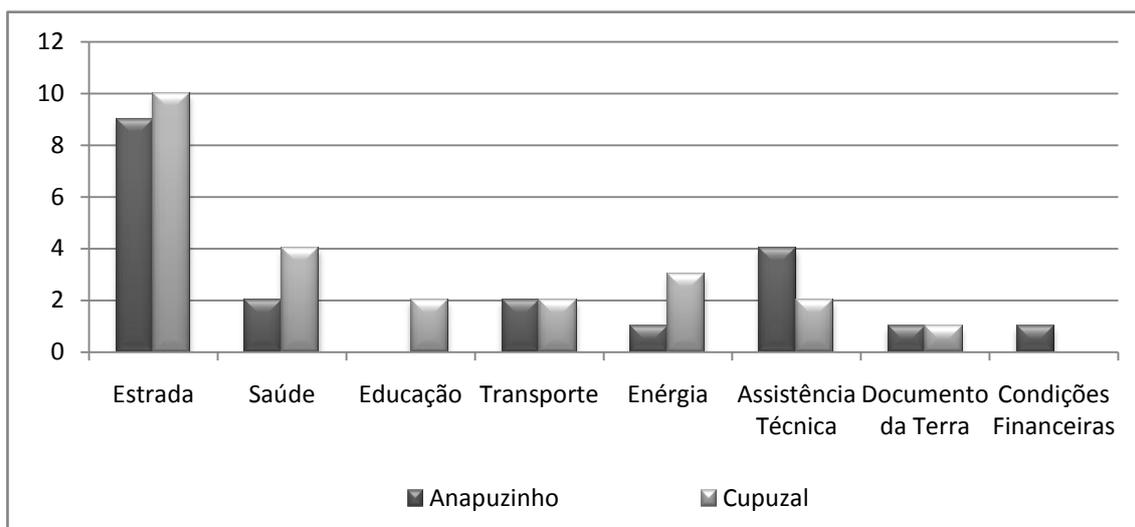
**Fotografia 6** Ramal aberto no ano de 2012 no Anapuzinho**Foto:** MNSB, 2012

Em relação à estrada observou-se que no Cupuzal a situação é bem mais difícil. Todos os camponeses entrevistados disseram que a estrada é uma das principais dificuldades que enfrentam. A falta de estradas em boas condições inviabiliza o escoamento da produção e deixa o processo de comercialização com os encargos em cima da renda do camponês. Nessa localidade constatou-se que os maiores gastos com relação à produção estão no transporte até a cidade. Na fotografia 7 tem-se um trecho da estrada dentro do assentamento cupuzal.

**Fotografia 7** Foto de um trecho da estrada do Assentamento Cupuzal**Foto:** MNSB, 2012

A infraestrutura no geral das duas localidades ainda é apontada como dificuldades pela maioria dos camponeses, mas ao mesmo tempo, eles reconhecem que a condição atual está melhor. Como ressaltado anteriormente, o aspecto relacionado à infraestrutura local é um atrativo para o fluxo maior de pessoas e ainda possibilita a permanência das famílias no lote.

No gráfico 4 estão as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados. Como já dito anteriormente a estrada ainda aparece como a principal dificuldade. A falta de postos de saúde são apontadas como uma dificuldade, visto que em momentos em que acontece algum acidente, ou algum membro da localidade adoece tem que se deslocar para a cidade ou para alguma vila mais próxima, no caso do Anapuzinho, que fica mais próxima da Vila Nazaré e da Vila Bom Jardim do que da sede do município. Atualmente nessa localidade são verificados casos frequentes de malária, principalmente os moradores mais distantes da Rodovia Transamazônica e que residem nas proximidades do Rio Anapuzinho. Esse fato já fez com que muitas famílias saíssem dos seus lotes. Durante a pesquisa de campo um agricultor disse que vai mudar de casa, visto que a casa atual é muito próxima ao rio e até as filhas pequenas já tiveram malária. Todos os anos apresenta-se casos de malária entre os moradores do Anapuzinho.

**Gráfico 4** Principais dificuldades apontadas pelos entrevistados

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

A agente de saúde do PA Anapuzinho acompanha os casos de malária e diz que só vai para a cidade aqueles casos mais graves. Para outros casos ela encaminha o material para fazer o exame na Vila Bom Jardim e ela mesma já traz o remédio para atender às pessoas na própria localidade. Segundo a agente de saúde, os casos de malária são frequentes na localidade, e que nos últimos anos verificou-se uma diminuição, mas ainda pode ser considerado um dos grandes problemas verificados no Anapuzinho. A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) faz o acompanhamento periódico dessa enfermidade na localidade e trabalha para prevenir que mais casos aconteçam através de medidas preventivas. Na fotografia 8 é possível visualizar uma anotação da agente de saúde em relação à demanda de mosquiteiros na localidade.

**Fotografia 8** Anotações da ACS do Anapuzinho quanto à demanda por mosquiteiros

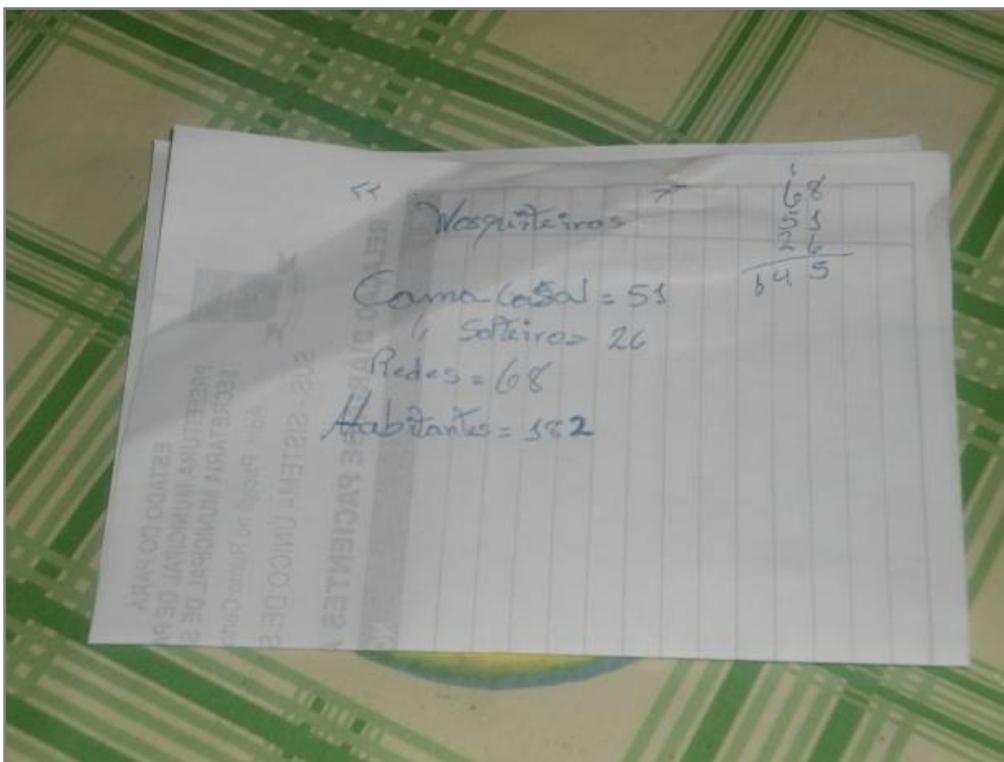


Foto: MNSB, 2012

Na fotografia 9, outro método adotado pela SUCAM, também como uma medida preventiva é a divulgação de folhetos com explicações sobre a doença. Essa ação demonstra a estratégia utilizada pela SUCAM no combate à malária, disponibilizando informações importantes para os moradores.

A falta de apoio à produção aparece também como uma das dificuldades apontadas por alguns dos entrevistados das duas localidades. Segundo os camponeses, caso tivessem acesso à política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como prevê a política de assentamentos rurais, com a presença de técnicos que pudessem orientá-los na produção a situação estaria melhor, pois eles estariam fazendo as atividades agrícolas de forma mais adequada e conseqüentemente obteriam uma maior produção.

A educação aparece como dificuldade apenas no Cupuzal. As respostas que destacaram a educação como uma dificuldade refere-se a famílias que possuem filhos pequenos em idade escolar e que estão enfrentando dificuldades das crianças acessarem a escola. Em uma das famílias tem um jovem que já está há um ano sem estudar por falta de escola na localidade que ofereça o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries. Esse fato está fazendo com que parte da família vá morar na cidade. A outra família que citou a educação como dificuldade refere-se a uma família em que apenas o pai está morando

no lote, visto que a mãe está fazendo companhia às filhas que estão estudando na vila localizada a 10 km do lote.

**Fotografia 9** Folhetos distribuídos pela Sucam aos moradores do Anapuzinho como medidas de prevenção contra a malária



Foto: MNSB, 2012

As dificuldades em relação à educação na localidade não estão relacionadas à falta de infraestrutura (fotografia 10) e sim refere-se à falta de professores. Isso acontece porque a quantidade de alunos que existe não é suficiente para que a prefeitura possa disponibilizar os profissionais para a localidade. Essa situação é reflexo do histórico das condições de precariedade em termos de políticas públicas que as famílias vêm vivenciando ao longo do tempo. Vários jovens tiveram que ir para a cidade para estudar, famílias inteiras tiveram que abandonar os lotes também por esse motivo. Muitas famílias saíram ou mandaram os filhos para estudar na cidade e então, ficou uma pequena quantidade de crianças em idade escolar na localidade.

**Fotografia 10** Estrutura da escola localizada no Cupuzal**Foto:** MNSB, 2012

No Anapuzinho a educação não é um problema devido ter a presença de muitos professores que residem no local e pelo fato das escolas estarem em boas condições de infraestrutura. Nas fotografias 11 e 12 é possível verificar que vêm acontecendo melhorias de infraestrutura na localidade. As fotografias 11 e 12 mostram, respectivamente, a mesma escola no ano de 2006 e em 2012. A escola não tinha paredes e era coberta de palha, com uma estrutura que foi construída pelos próprios camponeses. A escola em 2012 possui duas salas de aula, tem uma estrutura construída de madeira e coberta com telha de barro, sendo um ambiente apropriado para o processo de ensino-aprendizagem.

**Fotografia 11** Estrutura da escola Nova Conquista no Assentamento Anapuzinho, ano 2007



Foto: Arquivos do LAET, 2007

**Fotografia 12** Foto da Escola Nova Conquista, Assentamento Anapuzinho, no ano de 2012



Foto: MNSB, 2012

Nas duas localidades o transporte aparece como mais uma das dificuldades. A falta de uma linha de transporte regular é um problema para algumas famílias, como podemos verificar no discurso de um camponês do Cupuzal.

*Teve até algumas vezes que o transporte de linha parou, aí a situação ficou bem complicada. Era difícil chegar até a cidade. A gente já tem que enfrentar o caminho a pé até a guarita, é preciso carregar a produção no lombo do burro por 10 quilômetros para depois pegar o carro, imagina quando não tem o carro! (Paricá, 59 anos, entrevista realizada em junho de 2012)*

Na fala do camponês podemos verificar que ele ressalta a dificuldade já vivenciada no cotidiano, pois mesmo quando tem carro de linha ele não chega até o assentamento, geralmente os camponeses têm que se deslocar a pé até a vila localizada na Vicinal Lontrão onde tem o transporte para que eles possam se deslocar e escoar a produção até a cidade.

A melhoria nas condições de vida facilitou o acesso ao transporte próprio. Nenhum dos membros das famílias entrevistados ressaltou a falta de transporte como uma dificuldade prioritária. De certa forma todos conseguem se deslocar na própria localidade, ou para resolver alguma coisa na cidade sem maiores problemas. Pode-se perceber que os camponeses naturalizam as dificuldades enfrentando-as com os recursos que possuem. A principal dificuldade em relação ao transporte relaciona-se a um momento de “precisão”, ou seja, quando algum membro da família encontra-se doente e não pode ser transportado em motocicleta, que é o principal transporte disponível. Ou ainda, quando as famílias precisam escoar a produção.

A falta de energia também é apontada por alguns camponeses como uma dificuldade. No Cupuzal 100% dos entrevistados não têm acesso à energia elétrica, enquanto que no Anapuzinho uma parcela das famílias já tem energia. Dentre as famílias de entrevistados no Anapuzinho, 46% tem acesso à energia elétrica e 8% das famílias utilizam placa solar.

Dentre as dificuldades apontadas pelos entrevistados, a falta de documento da terra foi citada nas duas localidades. A imprecisão da situação fundiária é um problema que afeta principalmente o reconhecimento das famílias enquanto detentora formal das suas terras. Mesmo que o camponês reconheça a terra como sendo sua, ao mesmo tempo ele se depara com situações em que a falta do documento o priva de determinados direitos, como por exemplo, o de acesso ao crédito agrícola. Os camponeses aspiram

obter esse benefício, bem como o benefício da assistência à produção, como veremos no capítulo IV desta dissertação.

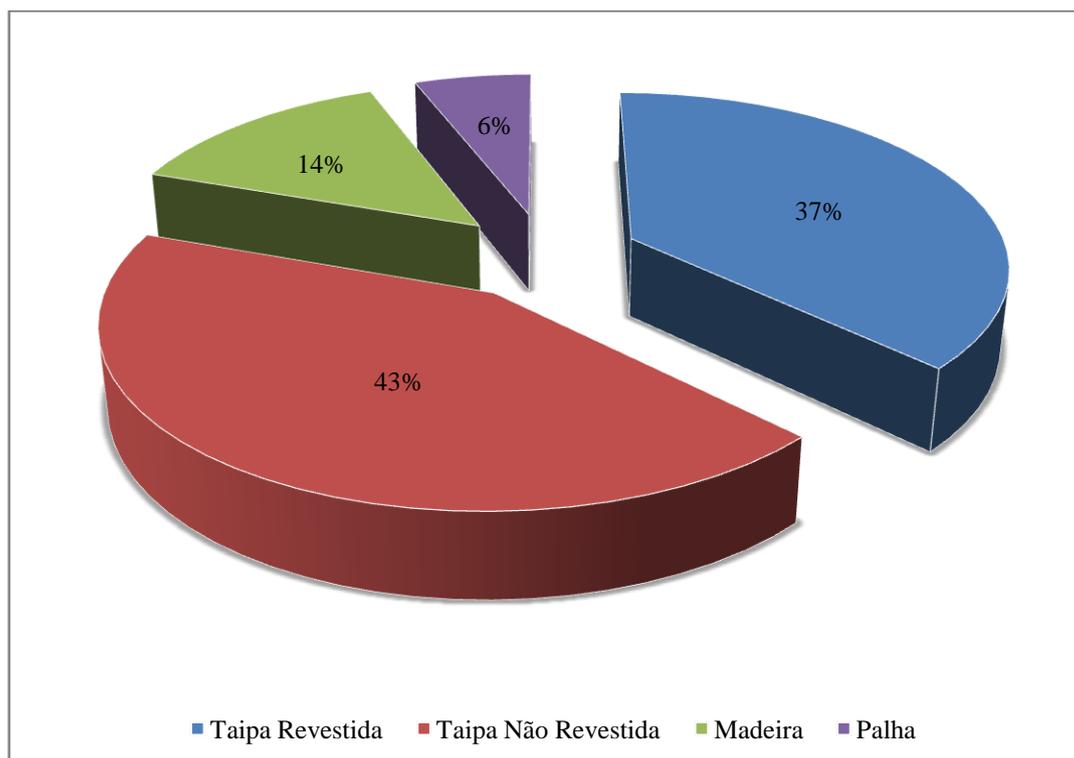
No que se refere às condições de moradia das famílias, pôde-se observar que 73% das famílias residem em casas feitas de taipa com chão de barro e 27% em casas de madeira. A cobertura das casas varia, tendo 23% de casas cobertas de palha, 50% cobertas de cavaco, 04% de barro e 23% cimento amianto (BRASILIT). Os materiais utilizados na construção das casas são adquiridos principalmente no próprio estabelecimento. Na fotografia 13 é possível visualizar uma casa de taipa não revestida. Esse tipo de construção é mais comumente encontrada nas localidades estudadas

**Fotografia 13** Foto de uma casa feita de taipa não revestida - Cupuzal



**Foto:** MNSB, 2012.

No Cupuzal 80% dos entrevistados possuem casas de taipa e 20% moram em residências feitas de madeira. No Anapuzinho a maioria das casas é de taipa não revestida, tendo uma menor porcentagem de casas de madeira e uma minoria de casas feitas de palha, como pode ser observado no gráfico 5. Os dados apresentados no gráfico foram obtidos na Secretaria de Saúde que demonstram a realidade do assentamento numa proporção maior.

**Gráfico 5** Tipo de Casa das Famílias do Anapuzinho

**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde, 2011

Para a realização das atividades produtivas as famílias têm disponíveis apenas ferramentas e instalações mais simples. Dessa forma o processo produtivo se torna bem mais oneroso em termos de esforço físico para os camponeses.

Geralmente não existem instalações disponíveis para cada atividade agrícola desenvolvida no estabelecimento. Foi possível identificar, por exemplo, que 95% das famílias desenvolvem a atividade de avicultura, mas apenas 39% possuem instalações disponíveis para essa atividade. Comumente essas instalações são feitas de material adquirido no próprio estabelecimento e na maioria dos casos estão em condições precárias. Veja nas fotografias 14 e 15, respectivamente um aviário feito de madeira e tela e outro feito a base de madeira e palha. Estas instalações são utilizadas para proteger os animais durante a noite ou quando em situações que exijam maiores cuidados como doenças e no período de choca. Durante o dia os animais são soltos e pastam e mariscam nos arredores da casa.

**Fotografia 14** Modelos de Instalações para aves - Cupuzal

Foto: MNSB, 2012

**Fotografia 15** Modelos de Instalações para aves - Anapuzinho

Foto: MNSB, 2012

A falta de acesso às políticas de crédito agrícola inviabiliza as famílias de melhorarem as condições das instalações e conseqüentemente a produtividade. De todos

os entrevistados foi possível verificar que apenas 4% teve acesso a um tipo de financiamento. O acesso ao crédito é uma expectativa da maioria dos entrevistados. Como pode ser verificado na fala do camponês abaixo o cancelamento do assentamento, segundo ele, ocasionou um prejuízo porque não poderá ter acesso a recurso financeiro via financiamento governamental.

*O cancelamento do assentamento trouxe um prejuízo porque a ajuda que era para vir não veio, não pude ter acesso a projeto de financiamento para melhorar a minha produção (Cedro, 55 anos entrevista realizada em Agosto de 2012)*

A instalação que está mais presente nas localidades pesquisadas é a cerca, utilizada na criação de gado bovino. Além de ser utilizada para a atividade pecuária, a cerca é uma instalação que define os limites do estabelecimento. Por esse motivo, mesmo a atividade de criação de gado estando presente em apenas 48% dos estabelecimentos, existem em 91% delas essas instalações. Em relação ao curral, que também é uma instalação utilizada para a criação de gado, apenas 22% dos estabelecimentos o possuem, demonstrando que o nível de tecnologia para o manejo do rebanho é precário.

As atividades de criação de suínos e aves acontecem ao ar livre com os animais soltos. Observou-se lugares que as famílias reservam para as galinhas chocarem e chiqueiros improvisados para a fase de terminação dos suínos

Em relação às atividades anuais 26% das famílias possuem instalações para armazenamento de grãos e 17% das famílias possuem instalações para fazerem farinha de mandioca. Na figura 15 estão apresentadas as instalações disponíveis de acordo com as atividades agropecuárias realizadas no estabelecimento.

**Tabela 12** Instalações disponíveis para cada atividade agrícola desenvolvida nos estabelecimento

<b>Atividade</b>	<b>% de Famílias que desenvolvem a atividade</b>	<b>% de Famílias que possuem Instalações disponíveis</b>
Culturas Anuais	100%	30%
Cacau	87%	4%
Essências Florestais	4%	0,0
Pecuária	48%	91%
Aves	95%	39%
Suínos	35%	22%
Caprinos	4%	4%

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

Pode-se observar que o acesso à energia possibilita melhorias das condições de vida das famílias, na medida em que estas começam a adquirir bens duráveis, como geladeira, liquidificador, máquina de lavar roupa, antena parabólica, aparelho de televisão e DVD, entre outros eletrodomésticos. É possível perceber uma grande diferença entre as famílias que possuem energia e aquelas que ainda não tiveram acesso a esse benefício. No Anapuzinho, onde parte das famílias possui energia, a média é de 7 tipos de bens. No Cupuzal a média é de apenas 2,7 tipos de bens diferentes para cada família.

**Tabela 13** Bens duráveis disponíveis nos estabelecimentos familiares do Projeto de Assentamento Anapuzinho e Cupuzal.

<b>Bens Duráveis</b>	<b>Porcentagem de Camponeses</b>	
	<b>PA Anapuzinho</b>	<b>PA Cupuzal</b>
Fogão a Lenha	100%	100%
Fogão a gás	85%	70%
Rádio	61,5%	80%
Geladeira	54%	---
Antena Parabólica	61,5%	---
Televisão	61,5%	---
Aparelho de DVD	46%	---

Maquina de costura	23%	10%
Telefone Celular	77%	70%
Liquidificador	46,1%	---
Ferro de Passar	46,1%	---
Lavadora de roupas	38,5%	---
Aparelho de som	15,4%	
Freezer	7,7%	---
Maquina Fotográfica	15,4%	---
Bicicleta	23%	---
Motocicleta	92,3%	30%
Carro	7,7%	10%

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2012

O meio de transporte mais utilizado pelas famílias é a motocicleta. Do total de camponeses entrevistados 61% possuem moto. A falta de linha de transporte regular e disponível nas localidades faz com que esse meio de transporte seja fundamental para o deslocamento das pessoas. Em relação aos meios de comunicação utilizados pelas famílias, pode-se constatar que o rádio foi declarado como o principal, 70% das famílias possuem rádio e 35% possui aparelho de televisão. Outro aparelho de comunicação que está sendo utilizado pelas famílias é o aparelho de telefonia celular, tendo uma porcentagem de 75% das famílias que o utilizam.

Foi possível observar, pelo relato dos entrevistados, que as famílias possuem um nível de vida melhor em relação à situação anterior, antes da chegada e mesmo nos anos iniciais da família na localidade. Ao longo dos anos as mesmas conseguiram estabelecer um nível econômico-financeiro capaz de garantir a satisfação das necessidades gerais dos seus membros. As famílias no momento da chegada vieram na maioria dos casos descapitalizadas (50% dos entrevistados no Anapuzinho) e, em busca da terra onde pudessem produzir para alcançar a meta de suprir as necessidades da família. Segundo 96% dos camponeses entrevistados é possível garantir uma boa condição de vida da família com o trabalho na terra.

#### 4.3 ACESSO A TERRA COMO GARANTIA DE REPRODUÇÃO FAMILIAR

Os dados sobre o histórico das duas localidades foram colhidos com os próprios camponeses. Procurou-se relatar a história a partir das vivências pessoais dos entrevistados, bem como através de entrevistas com pessoas chaves, ou seja, com camponeses ligados à Associação de Moradores que geralmente são mais informados sobre determinados aspectos que envolvem o assentamento, bem como com moradores mais antigos que chegaram no início do processo de ocupação da localidade.

Para falar das estratégias utilizadas pelos camponeses do Anapuzinho e Cupuzal para ter acesso a terra é preciso reportar-se brevemente à história que moldou a situação da estrutura agrária brasileira enfocando o processo de ocupação que aconteceu na área do Território da Transamazônica.

A política voltada para a colonização passa a ser apresentada pelo governo militar como substitutiva da reforma agrária. No ano de 1970, Pelo Decreto-Lei número 1.110 de 9 de julho, o então o presidente da Republica General Emilio Garrastazu Medici cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, vinculada ao Ministério da Agricultura, hoje ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cuja função esteve direcionada inicialmente para viabilizar a ocupação da Amazônia Legal, com investimentos governamentais em estradas e em incentivos fiscais às empresas industriais e agropecuárias (PRAZERES, 2006, p. 244). Dentre os programas executados pelo INCRA o Programa de Integração Nacional – PIN, implementado no ano de 1970, foi o grande responsável pelo fluxo de migrantes para a região da Transamazônica.

O deslocamento de populações camponesas para a Amazônia se deu inicialmente de forma tímida, por meio do processo que José de Souza Martins (1997) chama de frente de expansão<sup>21</sup>, que incorpora não somente o deslocamento demográfico, mas também uma forma particular do campesinato se relacionar com a terra, ou seja, em consequência das características próprias da agricultura de roça. Esse deslocamento se intensifica com a abertura das rodovias federais, inicialmente com a

---

<sup>21</sup> José de Souza Martins (1997) aborda a temática da fronteira sobre as concepções de “*frente pioneira*” e “*frente de expansão*”. O autor propõe uma distinção entre essas duas perspectivas, que consiste no fato de existir entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica uma zona de ocupação por agentes da “civilização” que ainda não são agentes característicos da economia capitalista. Ou seja, entre a fronteira demográfica e a econômica está a frente de expansão que corresponde à frente da população não incluída na fronteira econômica e atrás da linha da fronteira econômica está à frente pioneira dominada por agentes da civilização, da modernização, da economia capitalista.

colonização dirigida e posteriormente com a colonização espontânea, onde os camponeses buscavam terra para poder reproduzir seu modo de vida.

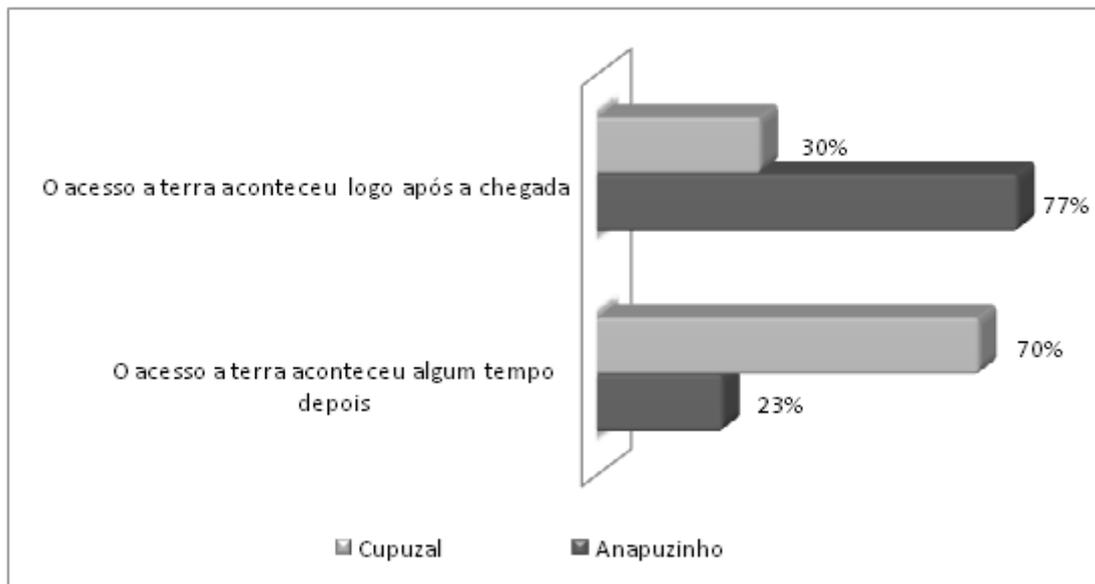
A maior parte dos camponeses das duas localidades vieram para a região influenciados pela abertura da fronteira agrícola da Amazônia. Do total de camponeses entrevistados, 39% vieram para a região em busca da terra própria, muitos desses estavam querendo sair da condição de agregados e buscavam melhores condições de vida a partir do acesso a uma terra onde eles pudessem desenvolver suas atividades agrícolas com mais autonomia; 35% migraram para a Transamazônica juntamente com suas famílias e adquiriam a terra, em alguns casos no momento da chegada a localidade e, em outros casos só conseguiu acessar a terra própria algum tempo depois. Nesse grupo também se encontram camponeses que ainda eram crianças e só acessaram a terra própria depois de meados da década de 2000. Entre os motivos que influenciaram a vinda desses migrantes encontra-se também a busca por emprego (17%) e as relações de parentesco que se estabeleceram entre o local de origem e o local de destino (9%). Ressalta-se que nos depoimentos dos camponeses consegue-se identificar que não existiu um motivo único para a migração, muitas vezes há uma mescla entre os motivos citados acima.

O acesso à terra por esses camponeses em muitos casos se deu no momento da chegada, mas em decorrência do processo de reprodução social, em que alguns filhos de migrantes se tornaram independentes, o acesso à terra se deu depois, sendo possível encontrar filhos que conseguiram se estabelecer em áreas próximas, ou aqueles que tiveram que migrar para localidades diferentes da dos pais. Em alguns casos esse acesso à terra se deu algum tempo depois da chegada ao município e deve-se também as dificuldades que as famílias encontraram para acessar a terra. Dos camponeses entrevistados, 13% tiveram que permanecer por algum tempo como agregados na terra de outros ou trabalharam em fazendas para depois conseguirem a terra própria.

No gráfico 6 pode-se identificar uma diferença entre as duas localidades pesquisadas. Enquanto no Anapuzinho prevaleceram aqueles camponeses que chegaram e logo conseguiram a terra, no Cupuzal observa-se o contrário, ou seja, 70% só adquiriram a terra algum tempo depois que chegaram ao município. Analisando o histórico das duas localidades pode-se identificar que isso se deve ao fato de que no Anapuzinho a ocupação aconteceu no início da década de 1980, momento em que em que o fluxo de migrantes para a região estava mais intenso. Já a ocupação do Cupuzal aconteceu em meados da década de 1990, quando as migrações para a região já haviam

diminuindo. A maioria dos que ocuparam a terra no Cupuzal já residiam em localidades próximas a esta, trabalhando em fazendas da região, tendo também a presença de filhos de migrantes que se tornaram independentes e em decorrência do processo de reprodução social acessaram a terra, num lugar onde ainda há “abundância de terras” (Angelin, 24 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).

**Gráfico 6** Acesso a terra



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

Para os camponeses o acesso à terra nos primeiros anos de ocupação das áreas em que posteriormente foi incorporado à política de reforma agrária com a criação dos assentamentos rurais foi uma possibilidade para que as mesmas pudessem solucionar necessidades que estavam diretamente relacionadas à reprodução de seu modo de vida. As localidades Anapuzinho e Cupuzal tornaram-se para as famílias o lugar onde elas puderam garantir a satisfação de suas necessidades, que direta ou indiretamente estava ligada ao anseio pela terra própria. A pretensão dos camponeses estava condicionada à busca pela autonomia de produzir para si, visto que, a falta da terra própria nos seus locais de origem deixava-os numa situação de dependência e, portanto, os camponeses almejavam tomar suas próprias decisões sobre o que, quanto e quando produzir. Ou também, relaciona-se à própria dinâmica de reprodução do grupo familiar onde o acesso à terra passa a ser uma necessidade dos filhos que precisam formar seus próprios núcleos familiares. Portanto, a terra é significado de segurança e reprodução das famílias.

### 4.3.1 Anapuzinho como processo de migração

O processo de ocupação da área do Anapuzinho se deu em decorrência da vinda de migrantes que aos poucos se instalaram com suas famílias em extensões de terra que eles próprios demarcaram. Os camponeses em conjunto definiam o tamanho dos lotes, para evitar que houvesse conflitos entre eles durante o processo de ocupação da área. Mesmo com essa negociação entre os ocupantes, pôde-se constatar que no início houve conflitos entre os que vinham ocupar só para posterior negociação e os que queriam a terra para poderem sustentar suas famílias. Os primeiros ocupantes se reuniram para ocupar e depois decidiram dividir os lotes de 50 hectares, visto que eles eram muitos e não dava para seguir delimitando os lotes de 100 hectares como o INCRA procedia nos primeiros quilômetros da margem da BR 230. Atualmente é possível verificar lotes que variam de 40 a 200 hectares, mas a maioria dos lotes possui 50 ha. Veja a fala de um camponês, ressaltando a forma como se deu as primeiras ocupações na localidade.

*As primeiras invasões<sup>22</sup> davam conflito. Aqui na época entrou muita gente, hoje conta o número de gente que tem aí. Algumas pessoas invadiam e depois vendiam os lotes, mas eu não. Na época teve gente que vendeu o lote por uma espingarda, muita gente foi assim. Eu invadi e tô aqui até hoje. Fizemos uma combinação de ocupar apenas meio lote porque tinha muita gente para ocupar. Por isso eu só tenho esse lote aqui (Cedro, 55 anos entrevista realizada em Agosto de 2012).*

Os camponeses ocuparam duas glebas e algumas fazendas abandonadas e se instalaram na terra como posseiros. Essa forma de ocupação teve início na localidade a partir dos anos 1980 com a ocupação da Gleba Pacajazinho por camponeses oriundos de outras regiões do país que vinham em busca de melhores condições de vida, atraídos pela possibilidade de trabalho nos garimpos da localidade e pela busca da terra própria.

---

<sup>22</sup> Invasão de terra denota uma posse ilegal, ao passo que a ocupação mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada, significa ter a posse legal da terra que foi abandonada ou que ainda não foi apropriada (ALMEIDA, 2013). Os camponeses entrevistados relacionam o termo invasão às ocupações das fazendas abandonadas, visto que as mesmas tinham donos. Portanto, pela terminologia da palavra os camponeses estavam ocupando as terras e não invadido, já que as mesmas estavam abandonadas.

A mineração na localidade aconteceu de 1983 a 1990, quando se dá o desestímulo dos compradores de ouro pela diminuição dos preços causada pela conversão da moeda brasileira no Governo Collor de Melo. Nos primeiros anos de mineração alguns colonos começaram a ocupar a Gleba Jabuti, próxima ao garimpo na localidade, sendo que após o período de mineração a maioria voltou para a agricultura.

A partir de meados dos anos 1990 acontece um grande fluxo migratório para a localidade em função da melhoria nas condições de infraestrutura em relação ao período das primeiras ocupações. Geralmente os camponeses que chegaram depois compraram os lotes dos primeiros ocupantes. Em alguns casos, pôde-se constatar que os lotes eram vendidos a preços muito baixos ou trocados por outros bens. Geralmente essas terras eram negociadas por um valor baixo ou compatível com as economias dos migrantes. Muitas terras foram compradas pelas famílias antes mesmo delas chegarem ao município. Esse fato facilitou o acesso à terra pelas famílias que inicialmente estavam numa situação de descapitalização. Dos camponeses entrevistados 85% teve acesso ao lote por meio da compra e 15% tiveram acesso à terra ainda durante o período inicial de ocupação da localidade por meio da ocupação primária.

A forma como se deu o processo de ocupação do PA Anapuzinho favoreceu a formação de comunidades baseadas nos laços de parentesco e amizade. Acontecia nas redes sociais estabelecidas pela trajetória de vida das pessoas que haviam ocupado a área uma espécie de propaganda informal sobre a disponibilidade de terras “livres”. Essas terras “livres” não necessariamente significavam que estavam suscetíveis à ocupação, mas livre do ponto de vista que estavam disponíveis ao nível de condição das famílias.

O processo de ocupação da área do Anapuzinho teve continuidade com a ocupação de outras fazendas, formando uma extensão que se ligava à área de ocupação dirigida pelo INCRA que aconteceu até 12 km da margem da Rodovia Transamazônica onde o governo concentrou os investimentos do PIC Altamira. Até o ano de 2006 a área de colonização espontânea era definida como área de acampamento, em que as famílias residiam sem o reconhecimento oficial, e por conta disso não tinha acesso às políticas públicas.

Os camponeses preocuparam-se inicialmente com a demarcação das terras e só posteriormente começaram a encaminhar ao poder público municipal suas demandas por políticas públicas como educação, saúde e abertura de estradas para viabilizar o transporte de pessoal e mercadoria. Durante muitos anos os camponeses permaneceram

em condições precárias de infra-estrutura. Não tinham estradas disponíveis, as escolas eram construídas por eles mesmos e se encontravam em péssimas condições, não tinham agente de saúde até o ano de 2006 e permaneciam excluídos de muitas outras políticas públicas, como o crédito agrícola e a assistência técnica.

Os camponeses eram e ainda são pressionados por grandes pecuaristas para venderem seus lotes. Foi possível identificar que recentemente aconteceu a venda de lotes na localidade Anapuzinho onde o comprador é um fazendeiro que possui terra em uma área próxima ao assentamento. O camponês que vendeu o lote para esse fazendeiro já comprou um lote em uma área mais distante. Segundo alguns dos camponeses entrevistados, esse camponês vendeu o lote porque estava pressionado entre as terras pertencentes ao fazendeiro.

Essa localidade também tem a presença de madeireiros que estabelecem relação com os camponeses negociando a compra de madeira, ao custo de favores como a abertura de estradas. Foi possível perceber que esse ator social está presente de forma marcante nas duas localidades. Castro; Monteiro; Castro (2004, p. 9) identificaram em estudo no Território da Transamazônica (município de São Feliz do Xingu e a Terra do Meio) uma espécie de cumplicidade entre as madeiras, os pecuaristas, o governo local, posseiros e pequenos proprietários.

Na pesquisa foi possível verificar que o setor madeireiro age de forma a burlar a lei por meio da negociação com os demais atores sociais do campo. Segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente do município de Pacajá, no ano de 2012, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) fez algumas apreensões de madeiras retiradas ilegalmente na localidade do Anapuzinho.

Mesmo que as famílias tenham comprado o lote, inexistia qualquer documento que comprovasse a propriedade da terra. Os migrantes tornaram-se posseiros e permaneceram na condição de posseiros até a criação do PA, quando tornaram-se beneficiários da Reforma Agrária, ou apenas Assentados.

A luta pelo reconhecimento das suas posses se inicia mais intensivamente a partir de meados da década de 1990. Para os camponeses a questão da não regularização fundiária se constituía num problema, em virtude da ocupação ter sido feita de modo espontâneo e por isso não terem os direitos que são constituídos a quem tem o título definitivo da terra, ou que estão inseridos no programa oficial de assentamentos rurais da política de Reforma Agrária.

Antes da criação do assentamento rural, equipes do INCRA haviam comparecido na localidade em várias ocasiões. No ano de 1995 técnicos do INCRA compareceram pela primeira vez na localidade, onde realizaram uma simples relação das famílias que residiam na localidade como posseiras. Em 1998 o INCRA comparece novamente e faz um cadastro das famílias para averiguar quantos anos as mesmas já residiam nos seus respectivos lotes. No ano de 2003, técnicos do INCRA fazem um novo cadastramento e no ano seguinte realizaram uma reunião na localidade e um novo levantamento das famílias. Em 2006, o INCRA faz outro cadastramento das famílias e, finalmente no final do segundo semestre de 2006, uma equipe do Exército e do INCRA começou o georeferenciamento dos lotes para que os camponeses pudessem ser regularizados como beneficiários da reforma agrária por meio da criação do PA Anapuzinho, o que deveria levar à melhoria de perspectivas no acesso a créditos e construção da estrada, entre outros benefícios.

De acordo com os relatos das famílias a criação do assentamento foi um processo lento e que dependeu em grande medida da força de reivindicação das mesmas. Por esse motivo a maioria das famílias está empenhada em resolver a situação da interdição do assentamento, visto que elas ainda almejam os benefícios que podem vir juntamente com essa política.

#### **4.3.2 Cupuzal como consequência da mobilidade social interna**

A ocupação do Cupuzal tem pouco mais de duas décadas e é recente se comparada à ocupação do Anapuzinho. Uma característica que difere também o histórico das duas localidades refere-se ao fato de que no Cupuzal as famílias vieram principalmente do próprio município, mesmo sendo migrantes ou descendentes de migrantes, as famílias que ocuparam essa área inicialmente moraram em vicinias próximas. Segundo dados da pesquisa de campo, foi possível identificar que alguns camponeses e suas esposas são filhos de migrantes que residiram ou ainda residem em uma localidade próxima a esta (60% dos entrevistados), outros vieram para esta área depois de trabalharem por algum tempo como agregados ou em fazendas do município (20%) e os demais obtiveram a terra logo após a sua chegada (20%).

Assim como em relação ao histórico do Anapuzinho, os dados do histórico do Cupuzal foram colhidos com os próprios camponeses, e com alguns moradores que vieram no início da ocupação da área e vivenciaram esse momento. Inicialmente

camponeses que moraram em vicinais próximas foram ocupando a área e dividindo os lotes para pessoas da família, como ressalta um camponês, “geralmente o pai tirava o lote pro filho ou pro genro” (Paricá, 59 anos, entrevista realizada em Junho de 2012). Algumas pessoas ocuparam o lote e em seguida venderam por causa das dificuldades que no início eram muito grandes. As dificuldades impostas pela falta de estrada e escola para os filhos fizeram com que muitas famílias abandonassem ou vendessem seus lotes. Segundo um camponês as grandes dificuldades que enfrentaram revelam o real motivo que fizeram com que eles ocupassem e permanecessem na área. Para esse camponês o acesso à terra estava condicionado à superação dessas dificuldades.

*(...) só ficava quem queria a terra mesmo, aqui era só um carreirinho onde gente andava, vinha eu, a mulher e as crianças de pé, era só na mata (Sucupira, 62 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

Durante esse período inicial também pode-se identificar que existiram algumas pessoas que apenas demarcaram e venderam o lote. Essas pessoas muitas vezes já possuíam lotes em outras localidades do município e ocuparam essas novas áreas como forma de especulação fundiária. Como ressalta um camponês:

*(...) alguns ocuparam a área para sustentar as suas famílias, outras não, ocuparam só pra negócio, por causa do dinheiro (Sucupira, 62 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

Castro; Monteiro; Castro (2004, p. 17) identificaram esse mesmo processo em São Feliz do Xingu. Segundo os autores acontece uma sucessão na ocupação das terras, onde se identificam a figura do “tirador” de terras que vende para o potencial comprador.

Há uma especialização de pessoas que só vivem do comércio de terras, mas de certa forma muitos atores sociais estão envolvidos na tiragem da terra e em todos os procedimentos que envolvem a sua comercialização (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 17).

Quando questionados sobre a forma de acesso ao lote, 80% dos entrevistados disseram ter comprado o lote, enquanto que 20% disseram obter o lote por meio de doação. Nenhum dos camponeses entrevistados participou diretamente do momento inicial da ocupação, demarcando o seu próprio lote, como pôde-se identificar na forma como os mesmos obtiveram o lote. Quando questionadas se saberiam informar o nome de algumas pessoas que ocuparam e que ainda tem o lote, eles disseram que hoje quase ninguém mora mais na área, apenas uma minoria. Citaram o nome de quatro moradores que chegaram ainda no momento da ocupação e permanecem na área. Algumas famílias foram embora e venderam o lote, outros faleceram e o lote foi ocupado por outras

peças e algumas famílias obtiveram o lote por meio de doação. Dentre os motivos que faz com que as famílias abandonassem ou vendessem o lote foi principalmente a falta de estrada e de escolas na localidade. Foi possível verificar que esses fatores ainda são considerados problemas na localidade.

Durante os primeiros anos de ocupação da área onde é o Cupuzal, os camponeses disseram que existiram alguns conflitos em decorrência da disputa pela terra. Quando os primeiros ocupantes chegaram e se instalaram ou demarcaram seus lotes apareceram pessoas que disseram serem donos das terras. Isso criou certa tensão entre esses e provocou conflitos que logo foram resolvidos.

A regularização fundiária era almejada pelos camponeses há muito tempo. Por intermédio do STTR de Pacajá e da associação da localidade, os camponeses começaram o momento de negociação para a regularização da situação fundiária na localidade. A preocupação principal desses camponeses era adquirir o documento que comprovasse que os mesmos eram proprietários de suas terras. A discussão sobre a criação do Projeto de Assentamento Cupuzal iniciou como forma de regularizar essa situação.

O Projeto de Assentamento – PA Cupuzal foi criado pelo INCRA Superintendência Regional de Santarém (SR-30) por meio da portaria nº 37 de 16 de Dezembro de 2005. O PA foi criado prevendo o assentamento de 150 (cento e cinquenta) unidades agrícolas familiares, numa área de 11.291,3343 ha (onze mil duzentos e noventa e um hectares trinta e três ares e quarenta e três centiares), parte da Gleba Engenho, localizado no Município de Pacajá, no Estado do Pará, arrecadado e matriculado em nome da União sob o número 675, folhas 075, livro 02AB; Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pacajá-PA.

#### 4.4 O USO DA TERRA PELAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

O sistema de produção da região caracteriza-se pelo seu alto grau de diversidade tanto em relação aos sistemas de produção como na distribuição dos recursos naturais e de infra-estrutura e até mesmo no que se refere às dinâmicas sociais de ocupação e os fluxos de comercialização (ROCHA, 1998). A própria dinâmica de ocupação do espaço amazônico fez com que a agricultura se desenvolvesse de forma diversa, onde existem atores sociais que possuem diferentes estratégias de uso da terra. Com o intuito de analisar a situação das famílias pesquisadas foi preciso identificar

como se deu o processo de evolução do uso da terra, ou seja, quais as ações e as estratégias desenvolvidas pelas famílias ao longo do tempo.

A prática de corte e queima, constitui-se nas atividades de derruba da vegetação primária ou secundária seguida da utilização do fogo para limpeza da área e posterior introdução das culturas agrícolas é a principal forma de preparo de área utilizada pelas famílias. Os camponeses disseram utilizar esse método porque facilita o trabalho, exige menos mão de obra e requer menos recursos financeiros para a sua execução. Devido às características peculiares desse modelo de agricultura, chamado de corte e queima, em que a floresta é utilizada, como reserva de fertilidade, observa-se um processo de desmatamento que vai se intensificando com o tempo de permanência das famílias no lote.

Nas fotografias 16 e 17 é possível verificar a consequência da queima da vegetação como forma de preparo da área para a implantação das culturas agrícolas nas duas localidades.

**Fotografia 16** Área sendo preparada para implantação de culturas agrícolas no Anapuzinho.



**Foto:** MNSB, 2012

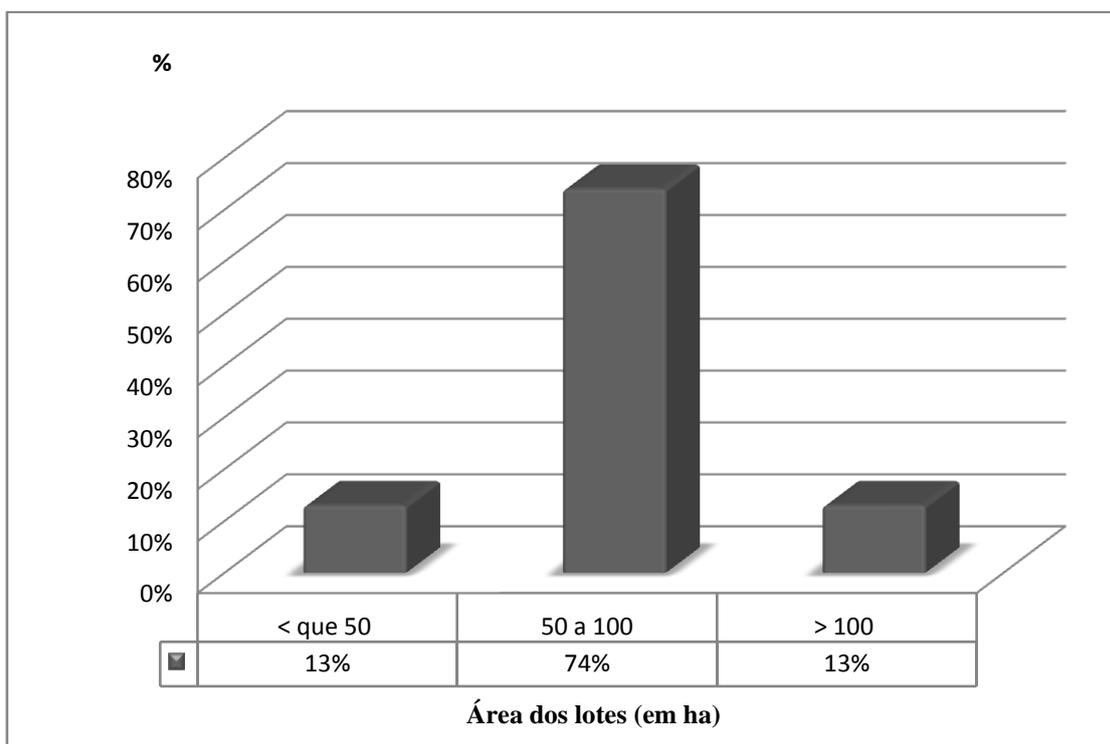
**Fotografia 17** Área sendo preparada para implantação de culturas agrícolas no Cupuzal.



**Foto:** MNSB, 2012.

A cobertura vegetal nativa aos poucos vai sendo substituída por culturas agrícolas. A floresta perde espaço para a implantação de culturas anuais (arroz, mandioca, feijão e milho), perenes (cupuaçu, cacau) e pastagens e muitas vezes atrelado à dinâmica de ocupação para a exploração agropecuária acontece a exploração dos recursos florestais pela indústria madeireira. Nas duas localidades pesquisadas pôde-se identificar a presença de madeireiros no momento da pesquisa de campo, comprovando desta forma que ainda opera a ilegalidade no processo de comercialização de madeiras na região. Os camponeses vendem a madeira de forma clandestina para se valerem de benefícios, como a abertura de estradas. O grande problema da clandestinidade na comercialização da madeira pode ser entendido como reflexo do problema fundiário e da omissão do Estado. Os camponeses se vêem obrigados a negociar com as madeireiras para terem acesso à estrada, equipamento essencial para que os mesmos possam se deslocar e escoar sua produção.

O tamanho dos lotes dos camponeses entrevistados varia de 35 a 400 hectares, sendo que a maioria possui lotes entre 50 e 100 hectares, como demonstrado no gráfico.

**Gráfico 7** Tamanho dos lotes em hectares

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

No Anapuzinho, quando as famílias tiveram acesso à terra, na maioria dos casos, principalmente referentes aqueles camponeses que chegaram nas décadas de 1980 e 1990, a cobertura vegetal era sobretudo de mata primária. Em apenas um dos casos aparecem culturas perenes como cobertura vegetal. Isso se deve ao fato de que esse camponês é um dos que teve acesso ao lote recentemente, depois de meados da década de 2000. Em alguns estabelecimentos aparece como cobertura vegetal a capoeira. De acordo com a investigação sobre o histórico de formação do assentamento pode-se identificar que existiu, especialmente nos primeiros anos, uma mobilidade espacial mais intensa devido às dificuldades de infraestrutura disponíveis na localidade, a falta de estradas, a falta de escolas e de outras estruturas que viabilizassem o bem estar das famílias, o que contribuiu significativamente para a saída de muitas famílias da localidade. Por esse motivo, as famílias que chegaram depois já encontraram o lote com áreas alteradas, principalmente com capoeira, devido essas áreas inicialmente terem sido usadas para cultivo de culturas anuais.

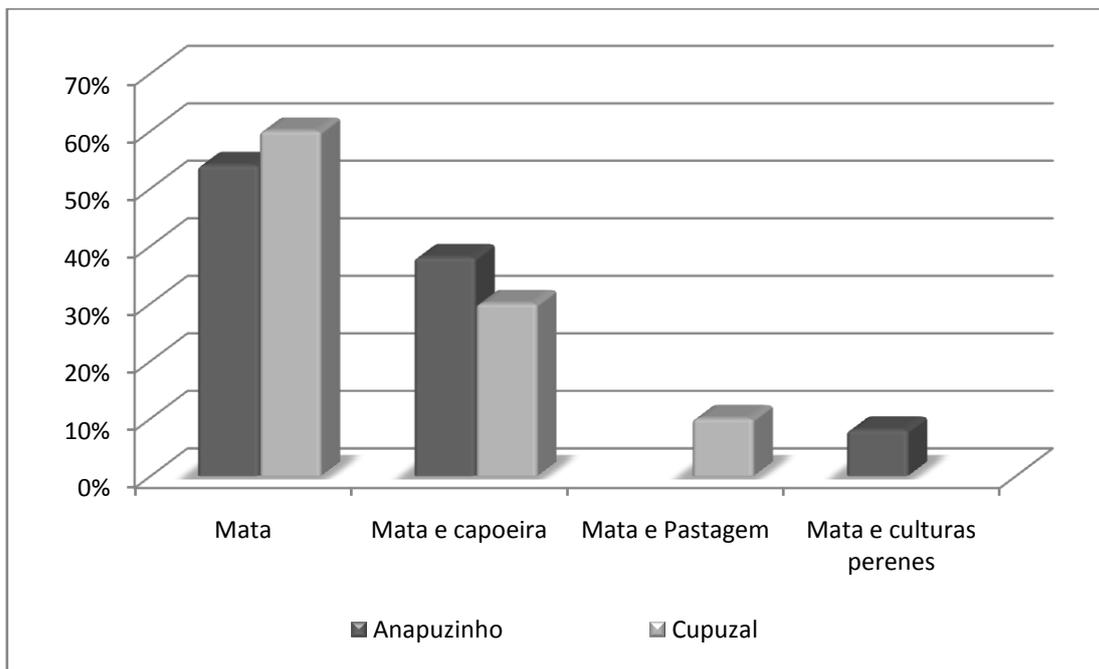
No Cupuzal a situação é bem semelhante. Observou-se que na chegada das famílias aos estabelecimentos, a cobertura vegetal era composta principalmente por

mata primária, em apenas alguns casos pôde-se constatar a presença de capoeira e em apenas um a presença de pastagem. Veja no gráfico as diferenças quanto à cobertura vegetal das localidades no período inicial da chegada dos camponeses nos seus respectivos lotes.

A produção agrícola no momento inicial de ocupação das áreas tornava-se restrita aos cultivos anuais, sobretudo arroz (*Oriza sativa* L), milho (*Zea mays* L), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), caupi (*Vigna Unguiculata* L, Walp) e feijão (*Phaseolus vulgaris*, L) que garantiam a subsistência das famílias. Apesar de observarmos uma nova orientação produtiva com a introdução de cultivos perenes, principalmente cacau (*Theobroma cacao*, L) e pecuária, para garantir o acesso ao mercado, esses camponeses continuam cultivando culturas anuais para o autoconsumo familiar e para a alimentação dos animais de pequeno porte, principalmente as aves domésticas.

As famílias praticam atividades agrícolas diversificadas. Isso possibilita certa autonomia econômica, na medida em que algumas culturas são utilizadas para autoconsumo e outras possibilitam a inserção da família no mercado. Com base nos aspectos dinâmicos da evolução da cobertura vegetal pode-se observar que a implantação de culturas perenes e de pastagem tem sido uma estratégia adotada pelas famílias para se inserirem no mercado e poderem assegurar as necessidades de consumo e de outros bens, como vestuário, remédios, ferramentas, entre outros. A pecuária e a cacauicultura são as principais atividades desenvolvidas pelas famílias quando se considera o aspecto meramente econômico. Ao longo da história de ocupação os camponeses foram implantando, em sucessão, as roças de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca), cacau e pastagens influenciadas principalmente pelos fatores relacionados ao mercado, como, por exemplo, o preço e as facilidades de comercialização desses produtos.

**Gráfico 8** PA's Anapuzinho e Cupuzal: cobertura vegetal dos estabelecimentos no ano de aquisição dos estabelecimentos.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

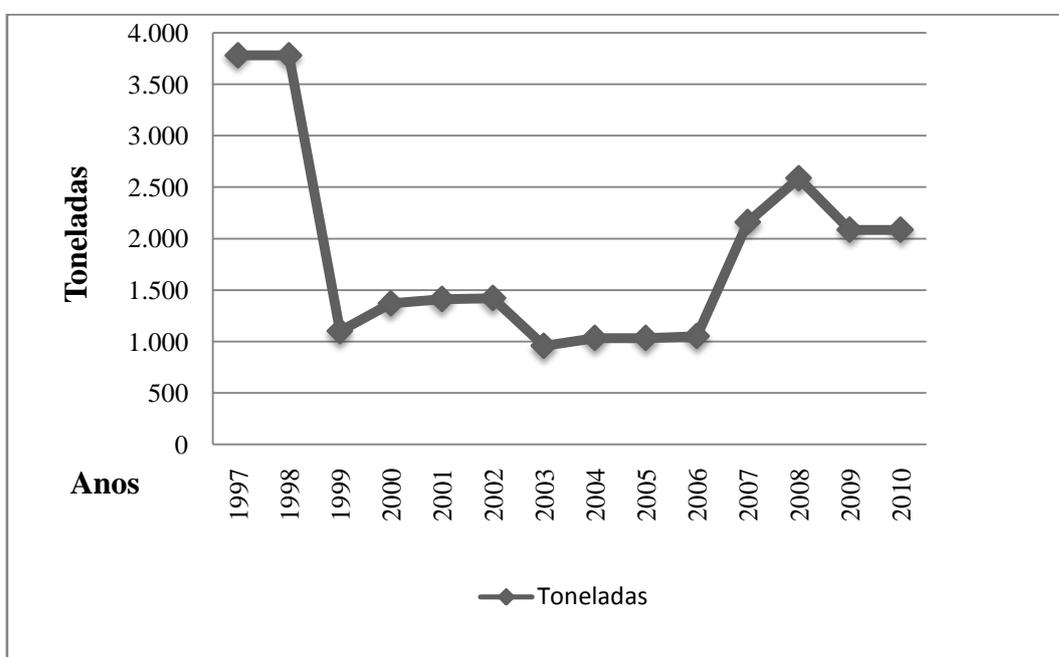
Nas duas localidades observou-se que 100% das famílias cultivam culturas anuais, geralmente em áreas menores, e como dito anteriormente, a principal finalidade dessas culturas é garantir as necessidades de consumo da família e a manutenção de outras atividades dentro do estabelecimento agrícola.

As áreas de capoeira presentes nos estabelecimentos representam a etapa de *pousio* da vegetação. Verificou-se que os camponeses estão utilizando essas áreas para implantarem culturas perenes e culturas anuais. A cultura do arroz geralmente é implantada apenas em área de mata primária, pois segundo os camponeses trata-se de uma cultura exigente e, além disso, nas áreas de mata a contenção da vegetação espontânea se torna mais fácil, como podemos perceber na seguinte fala: “Como foi na mata eu só fiz um roço mesmo” (Angelin, 24 anos, entrevista realizada em Junho de 2012). As áreas de capoeira que estão sendo utilizadas pelos camponeses para a implantação de arroz são geralmente aquelas que possuem maior tempo de *pousio*. Mazoyer; Roudart (2010) ressaltam que a técnica de *pousio* é utilizada na agricultura desde a época do neolítico e segue até os dias atuais como uma forma de conter a vegetação espontânea e manter a capacidade produtiva do solo.

A comercialização das culturas anuais não é uma prática frequente no Anapuzinho, mas ainda é feita por camponeses em baixa escala, se fazendo somente quando necessário ou quando há um excedente da produção. Dentre os camponeses entrevistados nessa localidade apenas 8% realizam a comercialização da produção, os demais cultivam essas culturas apenas para o consumo. No Cupuzal a comercialização dessas culturas é uma prática mais frequente: dos camponeses entrevistados 40% ainda realizam a comercialização de culturas anuais. Os camponeses vendem principalmente farinha de mandioca e arroz, visto que o milho tem função primordial na manutenção de outras atividades do estabelecimento, no caso a criação de aves domésticas.

O cacau aparece como uma das principais culturas permanentes do município de Pacajá (gráfico 9). A quantidade produzida em toneladas era mais significativa no final da década de 1990, tendo uma queda expressiva no início dos anos 2000, momento em que acontece um crescimento do rebanho bovino no município. De meados da década de 2000 a produção de amêndoas de cacau começa a aumentar novamente. Dentre os camponeses entrevistados pôde-se identificar que a maioria deles plantaram cacau no início da década de 2000.

**Gráfico 9** Evolução da quantidade produzida de cacau no município de Pacajá - Pará

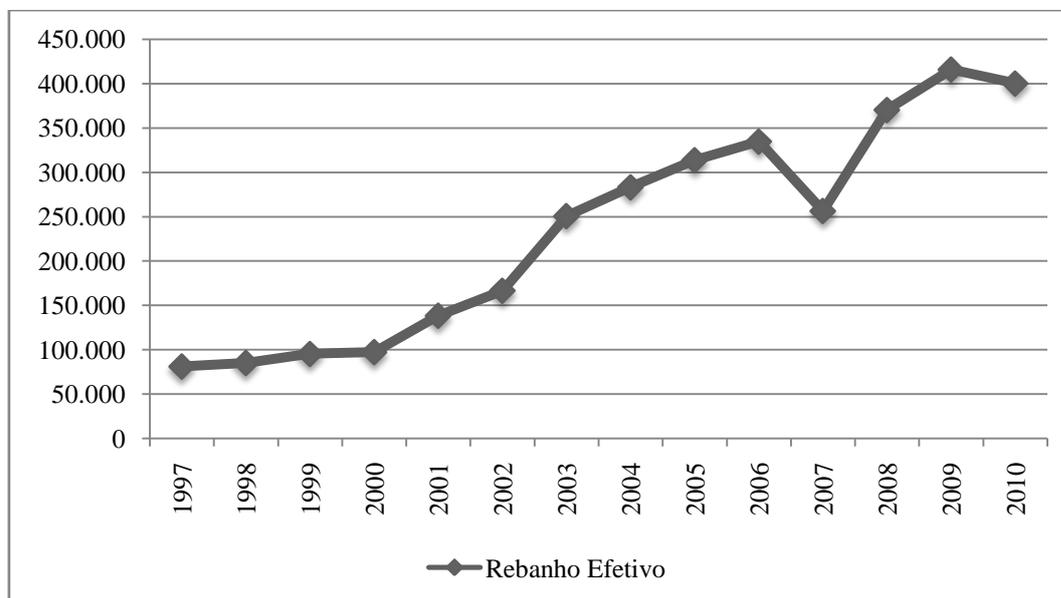


Fonte: PARÁ, 2012

No município de Pacajá pode-se verificar que a pecuária bovina vem apresentando um aumento significativo no total de cabeças de gado. O rebanho bovino

teve um aumento de 319.108 cabeças de gado, do ano de 1997 para 2010. O aumento efetivo do número de cabeças de gado pode ser visualizada no gráfico 10.

**Gráfico 10** Evolução do rebanho bovino no município de Pacajá - Pará



Fonte: PARÁ, 2012

O município de Pacajá conta com uma economia centrada na agropecuária. Dentre as principais atividades agrícolas desenvolvidas no município destacam-se a produção de lavouras temporárias como arroz, feijão, mandioca e milho; lavouras permanentes como cacau e banana. As principais atividades de criação são a pecuária bovina e criação de aves e suínos, como se pode observar nas tabela 14 e 15.

**Tabela 14.** Área colhida, quantidade produzida e valor da Produção dos principais produtos das lavouras temporárias e permanentes no ano de 2010.

Produtos	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor da Produção (mil reais)
<b>Lavouras temporárias</b>			
Abacaxi (mil frutos)	30	600	600
Arroz (em casca)	2.700	3.240	1.889
Cana de açúcar	16	640	96
Feijão (em grão)	1.494	920	1.689
Mandioca	2.000	36.000	7.920
Melancia	35	753	452
Milho (em grão)	3.555	5.333	3.552
<b>Lavouras permanentes</b>			
Banana	990	10.999	4.400
Cacau (em amêndoas)	2.085	1.251	5.755

Café (em grão)	70	77	231
Coco-da-baia (mil frutos)	255	3.060	1.530
Laranja	7	133	106
Maracujá	3	19	34
Pimenta-do-reino	170	374	1.683
Urucum (semente)	15	27	46

Fonte: PARÁ, 2012

**Tabela 15** Principais rebanhos existentes no município (2005 a 2010)

Rebanhos	Efetivo					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Bovinos	313.579	334.595	256.420	370.333	415.724	400.216
Suínos	7.800	6.471	13.752	7.433	4.935	4.194
Bubalinos	163	157	197	238	291	291
Eqüinos	4.703	3.631	3.709	5.688	6.044	4.735
Asininos	1.089	822	701	873	1.056	1.012
Muares	2.656	1.733	1.468	2.917	2.883	2.520
Ovinos	1.740	1.429	2.291	1.891	1.587	2.220
Caprinos	1.360	738	995	1.384	770	822
Galinhas	7.192	5.463	18.216	14.573	10.679	10.310
Galos, frangos, frangas e Pintos	52.740	48.657	99.218	55.330	42.214	41.240
Vacas Ordenhadas	10.038	10.038	19.086	20.995	23.050	22.012

Fonte: PARÁ, 2012

Não há dúvidas de que a conjuntura do sistema de produção regional exerce influencia sobre a agricultura camponesa em estudo. No Anapuzinho 100% dos camponeses entrevistados cultivam cacau e no Cupuzal são 70% dos camponeses. A implantação de cacau pelas famílias aconteceu principalmente a partir do início da década de 2000 (90% das famílias), tendo algumas famílias que implantaram a atividade ainda no início da década de 1990 (10%). O preço foi o principal fator que fez com que essas famílias decidissem implantar essa atividade. No Anapuzinho as famílias que implantaram cacauais depois de meados da década de 2000 disseram ser influenciadas principalmente pelo projeto que foi desenvolvido pelo Laboratório Agroecológico da Transamazônica - LAET na localidade<sup>23</sup>.

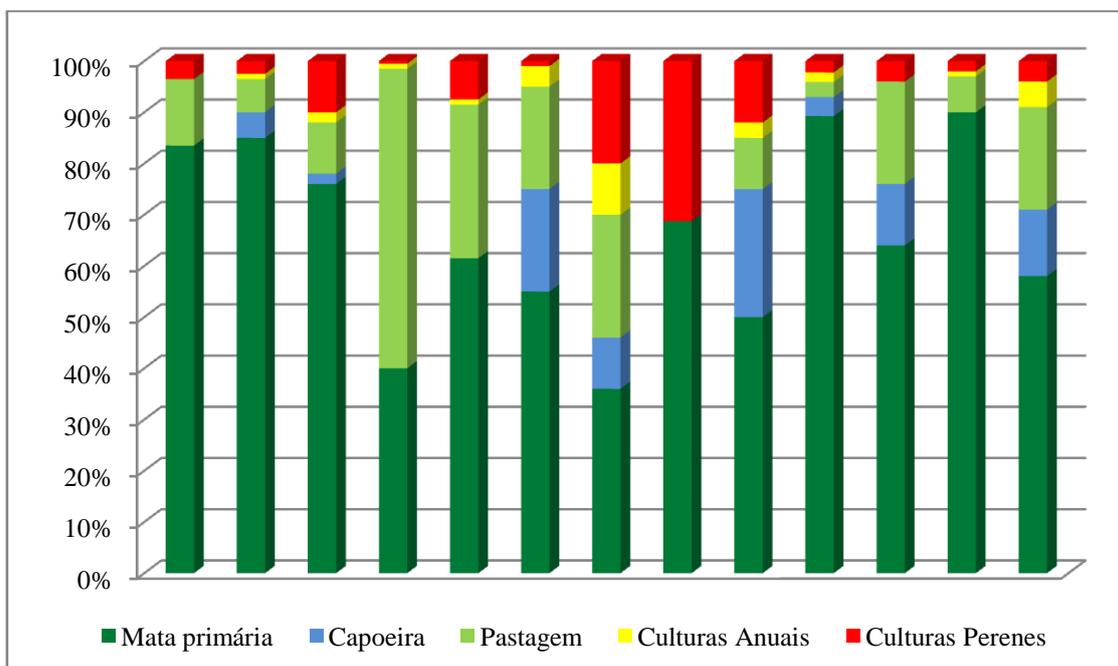
<sup>23</sup> O LAET foi criado em 1993 por pesquisadores em parceria com a Universidade Federal do Pará, Embrapa Amazônia Oriental, movimentos sociais (entres os quais o MPST (Hoje MDTX) e STR's), e Instituições nacionais e internacionais para atuar em municípios da Transamazônica a partir dos

A criação de gado bovino é uma das principais atividades desenvolvidas pelas famílias e assume grande importância no sistema de produção já que funciona como reserva financeira, ou seja, através da atividade as famílias podem dispor de recursos para outras atividades dentro do estabelecimento, ou para alguma necessidade imediata da família, visto que a comercialização pode acontecer durante todo o ano. Em 92% e 90% dos estabelecimentos do Anapazinho e Cupuzal, respectivamente, tem pastagem. Nem todos os estabelecimentos que tem pastagem têm a atividade de criação de gado bovino. A pastagem nesses casos aparece apenas como uma benfeitoria e não como parte integrante do sistema de produção das famílias.

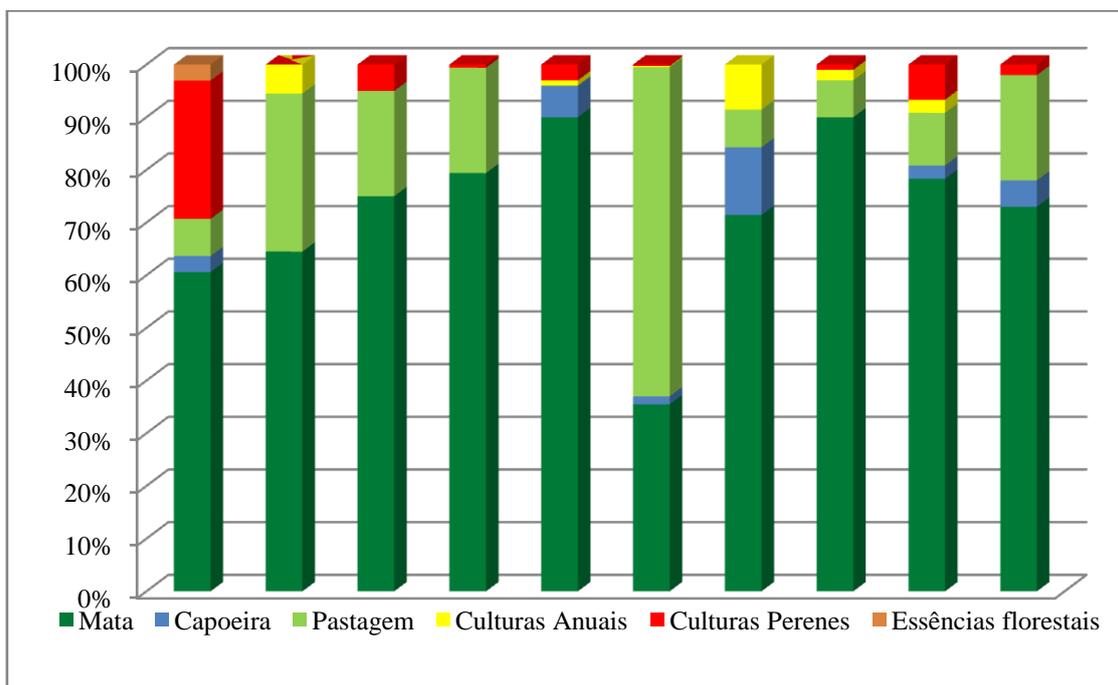
Nos gráficos 11 e 12, podemos visualizar a cobertura vegetal dos estabelecimentos pesquisados. É possível verificar que nos estabelecimentos que possuem maiores áreas de pastagens tem menores áreas de mata primária. Isso demonstra a forma como os camponeses vêm desenvolvendo a dinâmica de funcionamento dos seus estabelecimentos agrícolas, onde acontece a sucessão da floresta primária para a implantação das culturas agrícolas, principalmente cacau e pastagem. As áreas de capoeira estão na maioria dos casos bem reduzidas. Esse fato deve-se a forma de uso da terra onde a pastagem ou cacau é plantado juntamente com as culturas anuais, verificando-se a ausência do período de *pousio*. Na pesquisa de campo foi possível perceber que as áreas escolhidas para o plantio nos últimos ciclos agrícolas têm como cobertura vegetal, principalmente, a capoeira. Os plantios de culturas anuais, definidas como roça pelos camponeses, foram implantados por 71% dos camponeses em área de capoeira, inclusive a cultura do arroz; 23% plantaram em mata primária e 6% plantaram em área de mata e capoeira.

---

princípios metodológicos da pesquisa-ação. O LAET desenvolveu no período de 2005 a 2008 alguns Projetos de Pesquisa-Desenvolvimento no município de Pacajá, entre eles o Projeto de Inovações Agroecológicas e Gestão dos Estabelecimentos Agrícolas Familiares que foi desenvolvido no Anapuzinho.

**Gráfico 11** Cobertura vegetal atual dos estabelecimentos pesquisados no Anapuzinho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

**Gráfico 12** Cobertura vegetal atual dos estabelecimentos pesquisados no Anapuzinho e Cupuzal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

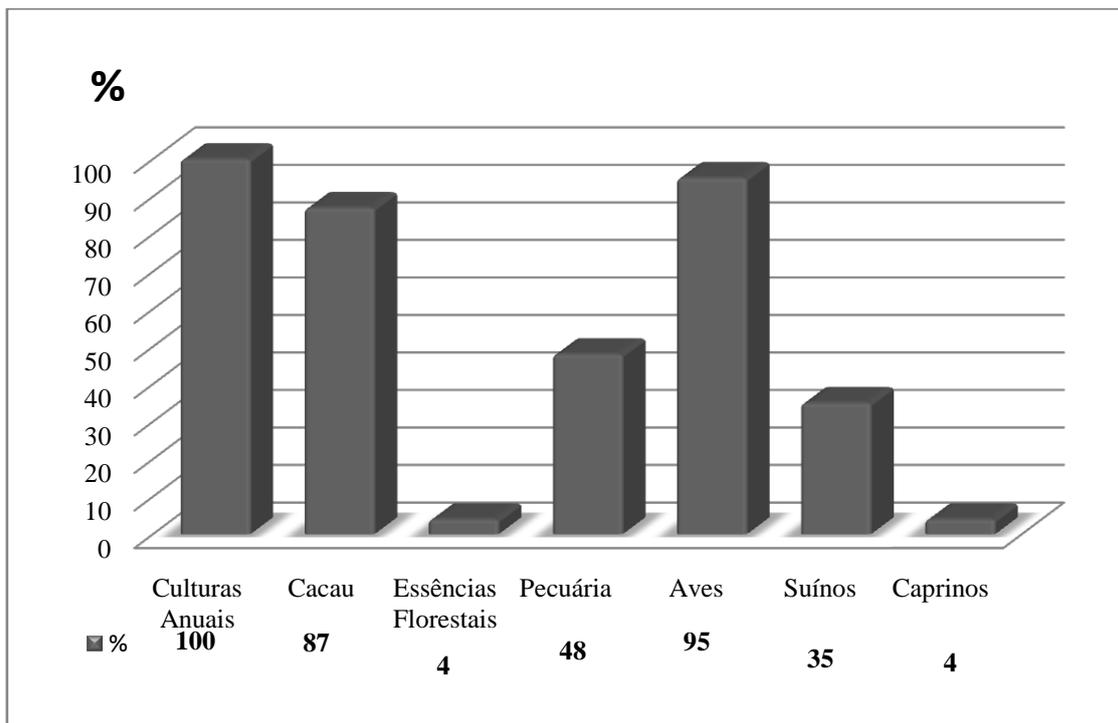
De acordo com análise da evolução do uso da terra pelas famílias, pode-se identificar que ao mesmo tempo em que o mercado influencia na tomada de decisão de quais atividades implantar, existe também uma lógica que não passa exclusivamente

pela ótica econômica. O fato de 100% das famílias ainda cultivarem produtos que são utilizados fundamentalmente para o consumo familiar comprova o fato de que mesmo não tendo preço favorável no mercado esses cultivos tem importância dentro da unidade de produção familiar, visto que garante parte do objetivo geral de satisfazer as necessidades da família.

Entre as características da economia camponesa apontadas por estudiosos clássicos e contemporâneos (CHAYANOV, 1981; WOLF, 1976, SHANIN, 2005) aparece a sua forma de organização com base na família. Ao mesmo tempo em que a família trabalha no estabelecimento agrícola familiar, ela mantém o controle dos meios de produção e tem como objetivo principal atender a demanda familiar. Isso faz com que o planejamento da produção e o cálculo do desempenho sejam diferentes de uma empresa capitalista. Enquanto que numa empresa capitalista a produção é baseada pela busca do lucro, a unidade de produção familiar visa satisfazer a demanda da família. Essa demanda inclui as necessidades de consumo, bem como as necessidades de se relacionar socialmente e de adquirir outros bens de que necessita. Assim como destaca Wolf (1976), na relação que o campesinato estabelece com a sociedade acontece o processo de trocas do qual ele obtém bens e serviços complementares. Ou seja, ele necessita se vestir, construir casas, comprar remédios, adquirir ferramentas necessárias ao desenvolvimento das atividades agrícolas e esses bens e serviços são adquiridos através de trocas e venda dos produtos agrícolas, seja nas trocas estabelecidas com os próprios camponeses ou em mercados mais amplos.

As atividades agrícolas que compõem o sistema de produção das famílias entrevistadas são: culturas anuais (arroz, milho, mandioca e feijão) culturas perenes (cacau), pecuária bovina e criação de aves e suínos, e em menor proporção o cultivo de essências florestais e criação de caprinos. No gráfico 13 é possível verificar a frequência das principais atividades que compõem o sistema de produção das famílias.

**Gráfico 13** Frequência das principais atividades que compõem o sistema de produção dos estabelecimentos pesquisados.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

No geral, os estabelecimentos possuem um sistema de produção diversificado, como já discutido anteriormente. Em relação à finalidade das atividades para as famílias pôde-se constatar que no geral, as atividades do sistema de produção são utilizadas tanto para o consumo como para a venda, tendo alguns produtos que possuem uma importância maior na geração de renda monetária, como é possível verificar em relação à atividade de produção de cacau e outras culturas, como arroz, feijão e mandioca, que são mais importantes para satisfazer as necessidades de autoconsumo familiar. As culturas anuais são fundamentais, visto que garantem a segurança alimentar das famílias, como também são utilizadas na alimentação de aves e suínos. Assim como as culturas anuais, as aves representam uma das atividades principais na base alimentar das famílias. Na fotografia 18 visualiza-se uma roça de arroz feita no sistema de corte e queima.

**Fotografia 18** Roça de Arroz (corte e queima).



**Foto:** MNSB, Abril de 2012

Na tabela 16 é possível verificar que 100% das famílias que cultivam cacau disseram utilizar a produção exclusivamente para a comercialização das amêndoas. Em relação às culturas anuais e a criação de aves e suínos, mesmo que parte das famílias utilize essas atividades para consumo e venda, a maioria dos camponeses disseram utilizá-las exclusivamente para o autoconsumo familiar. A cacauicultura representa a atividade que mais contribui na geração de renda monetária familiar e a atividade de pecuária bovina, mesmo sendo importante na composição da renda monetária das famílias que a desenvolvem, constatou-se que a venda de gado bovino não é uma prática frequente, geralmente eles vendem poucas cabeças de gado durante o ano. Os suínos e caprinos são utilizados para consumo familiar, sendo verificada a importância dessas atividades também para a comercialização.

**Tabela 16** Finalidades das atividades que compõem os sistemas de produção das famílias

Atividade	% de Famílias que desenvolvem a atividade	Finalidades assinaladas pelas famílias		
		Consumo	Venda	Consumo e Venda
Culturas Anuais	100%	78%	0,0	22%
Cacau	87%	0,0	100%	0,0
Essências Florestais	4%	0,0	0,0	100%
Pecuária	48%	0,0	0,0	100%
Aves	95%	73%	0,0	27%
Suínos	35%	70%	0,0	30%
Caprinos	4%	0,0	0,0	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No processo produtivo a força de trabalho é predominantemente familiar (tabela 17). As famílias que contratam força de trabalho externa referem-se principalmente àquelas em que no grupo familiar não existem componentes suficientes e/ou aptos ao trabalho. Mesmo em casos em que se verificou a baixa disponibilidade de mão de obra da própria família, observou-se que geralmente eles contratam força de trabalho externa para desenvolver atividades consideradas mais exigentes em mão de obra, ou seja, atividades que requerem maior intensidade da força de trabalho. No geral observou-se que é utilizada em maior proporção a mão de obra familiar e que a demanda por força de trabalho externa está condicionada a fatores como as características da composição do grupo familiar (número e idade dos membros), bem como outras necessidades que estão relacionadas ao fato de algumas famílias possuírem membros que trabalham em outras atividades não agrícolas e por esse motivo não estarem disponíveis no dia a dia para desenvolver as atividades no estabelecimento.

**Tabela 17** Mão de obra utilizada no sistema de produção

Atividades	Força de trabalho estritamente Familiar	Força de Trabalho Familiar e Contratada
Culturas Anuais	83%	17%
Cacau	83%	17%
Essências Florestais	100%	0,0
Pecuária	64%	36%
Aves	96%	4%
Suínos	96%	4%
Caprinos	96%	4%

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Dentre as famílias que contratam mão de obra externa, observou-se que o preparo de área para o plantio, tanto de culturas anuais como perenes, as atividades de colheita de arroz, roçagem de pastagem e vacinação do gado são as que mais demandam a força de trabalho externa. Em apenas um caso verificou-se que aconteceu a contratação de mão de obra externa para a realização de todas as atividades do estabelecimento, numa proporção de 50% de mão de obra familiar e 50% de força de trabalho contratada. Nesse caso o camponês mora sozinho no estabelecimento, enquanto que a família mora na cidade e por esse motivo ele contrata mão de obra durante o ano todo. Em outro caso, onde se verificou uma proporção de contratação de mão de obra externa maior do que a da família pode-se observar que isso se deve ao fato de que a família é composta por cinco membros, com três crianças ainda não aptas ao trabalho. As demais famílias que contratam mão de obra, mesmo aquelas que possuem membros que desenvolvem atividades não agrícolas, utilizam a mão de obra familiar numa proporção maior do que a contratada.

A mão de obra aplicada na propriedade também pode ser disponibilizada por meio das relações de solidariedade e ajuda mútua que foram identificadas nas duas localidades. As práticas de troca de diária e mutirão são freqüentes, principalmente no Anapuzinho. Essas práticas pressupõem a ajuda mútua na medida em que quando um camponês necessita de mão de obra para realizar uma determinada atividade, seja agrícola ou relacionada à construção de instalações no estabelecimento, ele convoca parentes e vizinhos para o ajudarem, e fica à disposição para atender ao pedido dos que o auxiliaram para quando for convocado.

Além de desenvolverem atividades agropecuárias as famílias praticam o extrativismo. Essas atividades têm importância no autoconsumo familiar, sendo possível verificar casos de comercialização de oleaginosas como a andiroba (*Carapa guianensis*, Aubl). Das famílias entrevistadas 83% desenvolvem atividades extrativistas, entre as quais destacam-se a caça, a pesca e a coleta de frutos como o do açáí (*Euterpe oleracea*, Mart). Existem famílias que comercializam produtos extrativistas, como é o caso do óleo da andiroba (*Carapa guianensis* Aubl). O processo utilizado para a retirada do óleo é feito de forma manual (fotografia 19)

**Fotografia 19** Extração de óleo de andiroba utilizado pelas famílias - Cupuzal

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011

A maioria dos camponeses utiliza a prática de extração de madeira para construções de instalações dentro do estabelecimento agrícola. Nesse sentido, ela é fundamental, pois permite que as famílias construam instalações para o desenvolvimento das atividades agrícolas sem depender de materiais externos ao estabelecimento. A prática de extração de madeiras para a venda não foi detectada entre o grupo pesquisado, mas foi registrado que essa é uma prática que está sendo realizada nas duas localidades por outras famílias. Durante a pesquisa de campo observou-se a presença de madeireiros nas duas localidades.

**Fotografia 20** Fotos de um troco de castanheira que foi derrubada no Anapuzinho



**Foto:** MNSB, 2012.

**Fotografia 21** Fotos de uma castanheira derrubada no Anapuzinho



**Foto:** MNSB, 2012.

Geralmente os camponeses utilizam a madeira apenas para a construção de instalações no estabelecimento. Mas, a venda de madeiras aparece como alternativa para que os mesmos possam ter suas condições de deslocamento melhores, já que os madeireiros retiram a madeira em troca da abertura de estrada.

A negociação de madeiras com camponeses já aconteceu nas duas localidades. Em conversa com camponeses da área do Cupuzal identificou-se que o setor madeireiro estava com o intuito de desenvolver um projeto em parceria com os camponeses da localidade para que os mesmos plantassem árvores utilizadas pela empresa na fabricação de lâminas para compensados.

A associação de moradores do Cupuzal estava estabelecendo também um contato com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para apoiá-los na implantação de um projeto de Manejo Florestal Comunitário. No entanto, o plano de manejo não pôde ser concretizado tendo em vista o quadro de interdição do assentamento. O plano de manejo só poderá acontecer quando o assentamento puder ser consolidado sem que o assentamento tenha licenciamento ambiental.

#### 4.5 A COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

Uma característica observada em relação à composição da renda nas localidades pesquisadas refere-se à diversidade de atividades que compõem a renda total dos estabelecimentos. No total dos estabelecimentos pesquisados a composição da renda em parte é proveniente das atividades agrícolas do próprio estabelecimento, mas existem casos em que se observou grande participação de atividades agrícolas extra-lotes, atividades não agrícolas e benefícios do Governo Federal (tabela 18).

**Tabela 18** PA's Anapuzinho e Cupuzal - composição da renda das famílias entrevistadas, 2012

Composição da Renda	Anapuzinho	Cupuzal
Agrícolas internas	8%	30%
Agrícolas Internas e Externas	0,0	20%
Agrícolas Internas e Não Agrícolas	54%	0,0
Agrícolas Internas e Benefícios governamentais	23%	20%
Agrícolas Internas e Externas e Benefícios governamentais	15%	30%

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

Com relação aos dados da tabela 18 podemos verificar que existem diferenças em relação às duas localidades. No Anapuzinho verificou-se uma participação de atividades não agrícolas na composição da renda familiar de 54% das famílias, já no Cupuzal, nenhuma das famílias realiza atividades não agrícolas. Comparando a composição da renda com a ocupação dos camponeses, pode-se perceber que todos os camponeses entrevistados no Cupuzal desenvolvem somente atividades agrícolas, enquanto que no Anapuzinho verificou-se que um dos responsáveis é funcionário público, outro é comerciante e outro trabalha como assalariado numa mecânica localizada na própria vicinal que dá acesso ao assentamento.

No Cupuzal as atividades agrícolas são as principais responsáveis pela composição da renda total dos estabelecimentos, tendo grande porcentagem de famílias que realizam atividades agrícolas extra-lote. Em relação às famílias cuja composição da renda em parte é proveniente de benefícios governamentais, em particular o Bolsa Família, representam 50% das famílias do Cupuzal e 38% das famílias do Anapuzinho. Nenhuma das famílias em que o responsável desenvolve atividades não agrícolas recebe esse tipo de benefício.

As atividades extra-lote, sejam agrícolas (venda da força de trabalho na forma de diária ou empreita) ou não agrícolas (assalariado e comerciante), são importantes na composição da renda total dos estabelecimentos da maioria das famílias. No Cupuzal 50% das famílias realizam atividades extra-lote e no Anapuzinho essa porcentagem é de 69%. Essas atividades podem ser consideradas estratégias importantes para compor uma renda capaz de satisfazer às necessidades das famílias. Muitos apontam as atividades extra-lote como complementar a renda obtida com a produção agrícola, mas foi possível perceber que no caso daquelas famílias que realizam atividades não agrícolas essa renda possui maior relevância, sendo a sua importância na composição da renda maior do que as provenientes das atividades do sistema de produção. Ressalta-se que, mesmo que essas atividades sejam importantes para essas famílias em relação à composição da renda, os produtos que são utilizados para o autoconsumo familiar são provenientes principalmente do sistema de produção. Nos dois assentamentos verificou-se a produção de itens básicos da alimentação, como: arroz, feijão, milho, mandioca e criação de pequenos animais. A renda geralmente é baixa, mas é preciso perceber que existem coisas que não são contabilizadas nem pelos próprios camponeses, por exemplo: a lenha utilizada para o cozimento dos alimentos; a carne, a madeira, frutos e remédios provenientes das atividades extrativas.

Assim como ressaltou Wolf (1976, p. 70), que “o camponês pode encontrar-se não somente como participante de um mercado de produtos, mas também de um mercado no qual o artigo trocado por dinheiro é o seu trabalho”. Essa característica pode ser visualizada entre os camponeses entrevistados. Os camponeses, para conseguir satisfazer às necessidades da família, além de participarem do mercado com a venda dos produtos agrícolas provenientes dos seus sistemas de produção, vendem sua própria força de trabalho.

#### 4.6 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL LOCAL

Em relação à organização social local foi observado que, assim como em outros aspectos tratados nessa dissertação, existem diferenças entre as duas localidades. As duas localidades possuem associação local, mas a associação do Cupuzal não está ativa no momento, enquanto que no Anapuzinho pôde-se constatar que a mesma está passando por um período de reestruturação. Esse fato pode ser percebido na tabela 19 em que se demonstra a participação dos camponeses na Associação Local. No Anapuzinho 92% dos entrevistados declarou ser associado enquanto que no Cupuzal apenas 10% dizem ser sócios da associação local.

**Tabela 19.** Participação dos camponeses em organizações sociais

<b>Organizações Sociais</b>	<b>Anapuzinho</b>	<b>Cupuzal</b>
<b>Associação Local</b>	92%	10%
<b>STTR</b>	92%	70%
<b>COOPCAO</b>	8%	0,0
<b>SINTEP</b>	15%	0,0

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

A principal organização dos camponeses é o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR do Município de Pacajá. Do total de entrevistados 70% do Cupuzal e 96% do Anapuzinho são filiadas ao STTR. Em menor frequência aparece o Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Município de Pacajá - SINTEP e a Cooperativa de Cacao Orgânico - COOPCAO. Os camponeses dizem ser filiados ao STTR por causa dos benefícios que adquirem com o mesmo em relação à saúde e principalmente para garantir a aposentadoria futura.

A associação local é tratada como forma de reunir forças para reivindicar seus direitos coletivos. Os camponeses do Anapuzinho ressaltaram que através da organização em associação eles podem futuramente acessar as linhas de crédito agrícola e receber os benefícios que são destinados aos assentados. A associação também é a forma que eles estão tendo para serem reconhecidos e reivindicar junto ao INCRA a solução da questão de interdição do assentamento rural.

*A gente se reúne porque um sozinho não pode ir lá para resolver a questão do assentamento. Só através da união é que a gente pode conseguir que o INCRA venha aqui para terminar de ajeitar o assentamento, aí à gente vai poder pegar crédito e construir casa (Cacau, 57 anos, entrevista realizada em Agosto de 2012).*

No Cupuzal a situação é diferente, visto que existe descrença por parte de alguns dos camponeses em relação à associação. O fato deles estarem passando por essa situação de interdição e de cancelamento do assentamento deve-se segundo alguns camponeses a forma como a associação local conduziu o processo de criação do assentamento como pode ser verificado na fala do camponês abaixo.

*Teve uma tal de associação que foi criada para isso, e teve um pessoal do projeto que queria que o pessoal plantasse paricá. Isso era a serraria que se instalou aí, mas depois de dois meses a serraria foi embora por que o pessoal não quis plantar isso. Teve muito a presença da madeira em reunião para influenciar os agricultores daqui, por isso é que o assentamento não deu certo (Sumaúma, 32 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

Dos camponeses entrevistados 40% colocaram a presença da madeira nas reuniões da associação como empecilho para a formalização do assentamento rural. Os outros 60% dos camponeses levantaram a falta de união dos próprios moradores da localidade como causa.

*Só mesmo através da união do povo é que o poder público vai olhar para nós. A gente aqui não tem união. Mesmo que tem uma pessoa encarregada aqui, a gente não consegue nada sem união. Não adianta um querer uma coisa e outro querer outra, tem que ser na união (Paricá, 59 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

A organização em torno da associação local no Anapuzinho ajuda nas estratégias adotadas pelos camponeses na busca de melhorias para a localidade. Os camponeses se unem para reivindicar por melhorias de condições de vida na localidade, bem como aspiram melhorar aspectos produtivos do assentamento. Mesmo que a associação esteja passando por um processo de reestruturação, sendo eleita no ano de

2012 uma nova diretoria, percebeu-se que não existe uma regularidade de reuniões. A associação está caminhando a passos lentos e concentra as responsabilidades gerais na figura do presidente e de uns poucos membros da diretoria, geralmente além do presidente, o tesoureiro e secretário.

Ao observar os aspectos gerais das localidades, foi possível perceber que apesar dos vários problemas e contradições que existem devido à precariedade de infraestruturas locais e a espera pela resolução da situação do assentamento, é que existem laços de solidariedade que fazem com que o fardo se torne mais leve. Identifica-se a existência de ajuda mútua entre os moradores, através de práticas como a de troca de diária e mutirão. Entre os camponeses entrevistados no Anapuzinho 31% disseram realizar com frequência a atividade de troca de diárias e 70% dos entrevistados disseram realizar mutirões. No Cupuzal 70% dos camponeses realizam troca de diárias e 80% participam de mutirões. Teve um camponês que disse não realizar troca de diária, mas ressaltou que ajuda os vizinhos quando estes chamam para fazer alguma atividade em seus lotes. Ele nunca convocou para realizar a prática no seu lote, só ajuda os outros por amizade e por isso não se configura em troca de diária. Na troca de diária aquele que foi chamado para realizar a prática também solicitará um dia aquele que o convocou, por isso chama-se de troca.

As atividades de troca de diária e mutirão envolvem principalmente os vizinhos mais próximos e parentes, mas foi possível perceber que na localidade Anapuzinho os mutirões acontecem com moradores mais distantes. Isso depende dos laços de amizade e cumplicidade que foram sendo construídos ao longo do tempo.

A troca de diária é uma atividade que permite a algumas famílias que tem poucos membros a cultivarem uma área maior sem que seja preciso contratar mão de obra externa para executar a atividade. Essa prática é realizada, por exemplo, quando o camponês precisa colher uma roça de arroz, o que tem que ser realizada rapidamente devido às características da cultura, e não tem mão de obra familiar suficiente. Na troca de diária, aquele que pediu ajuda ao vizinho fica incumbido de retribuir quando for chamado.

A prática de mutirão é realizada para diversas atividades, desde aquelas que envolvem benfeitorias para o coletivo, e as que se direcionam a executar atividades particulares. Os mutirões realizados para beneficiar o coletivo podem estar ligados à abertura de estradas pelos próprios moradores, construções de escolas, igrejas, roços de áreas coletivas e da estrada. Os mutirões que são realizados para beneficiar um

camponês em particular podem ser realizados para construção de casas e também pode estar relacionados às atividades produtivas, principalmente as de preparo de área e colheita de culturas anuais, principalmente do arroz. Geralmente essa prática na localidade envolve muitos participantes (em alguns casos mais de trinta homens), sendo um momento de integração importante entre as famílias. Quando o mutirão é realizado para beneficiar o coletivo, a alimentação também é coletiva, ou seja, cada um traz um pouco e as mulheres cozinham enquanto os homens vão realizar a atividade. Mas quando é para benefício particular, então a alimentação é por conta daquele que será beneficiado com essa ajuda.

Na prática do mutirão, da mesma forma que na troca de diária, aquele camponês que convocou o mutirão para realizar alguma atividade no seu lote tem que retribuir com os demais quando for chamado. Esse acordo cria uma rede de solidariedade, de amizade e estreita de forma positiva os laços sociais entre as famílias. Essa prática é realizada também no lote de famílias que estão passando por alguma necessidade, por exemplo, quando o chefe de família está doente.

Assim como destacou Queiroz (2009, p. 58), é possível perceber que existe nas comunidades camponesas uma “existência coletiva”, visto que em várias ocasiões os agrupamentos e reuniões são identificados como estratégias para que os mesmos tomem decisões e desenvolvam determinadas atividades na comunidade. Até mesmo questões particulares dos camponeses, podem transbordar do núcleo familiar, para se tornar problemas da comunidade. Nas localidades pesquisadas foi possível identificar que quando um camponês adoece os demais se reúnem para ajudá-lo. Houve casos na Localidade do Anapuzinho em que a roça de arroz de um camponês foi colhida mesmo ele estando em tratamento fora do município. Os vizinhos se reuniram e colheram a roça de arroz, visto que já estava madura.

Os casos mais frequentes que acontecem e demonstram o fato do particular se tornar interesse coletivo refere-se ao ciclo de mutirões que são feitos durante o período de preparo de área para o plantio, onde os homens se reúnem para fazer a atividade em conjunto. Camponeses que não tem acesso a tecnologias capazes de facilitar o trabalho na agricultura, como por exemplo, acesso a equipamentos modernos de preparo de área, utilizam essa estratégia para amenizar o esforço físico durante a sua realização. Segundo uma camponesa:

*Quando tem mutirão os homens se reúnem e vão pra roça, as mulheres ficam na casa fazendo a comida. Tem vez é que é mais de trinta homens.*

*Quando a gente pensa que eles tão lá trabalhando, eles já chega pra comer, termina é antes das onze, a gente nem terminou ainda o almoço e eles já estão de volta (Copaíba, 43 anos, entrevista realizada em Outubro de 2012, entrevista realizada em Outubro de 2012).*

Nas palavras da camponesa pode-se notar que a prática é utilizada nesse sentido. Quando têm mais força de trabalho disponível, ou seja, mais homens, o trabalho se torna menos pesado para cada um. Dessa forma eles conseguem realizar a atividade e ainda usufruírem do momento de integração para “prosearem” sobre diversos assuntos. Foi possível perceber que a prática de mutirão mesmo sendo realizada com um objetivo pré-estabelecido (roço na casa de Seu Antônio), acaba sendo uma ocasião de encontro muito importante na comunidade, na medida em que causa sensações de satisfação para as famílias.

Outra forma de organização social local que tem bastante expressão na vida dos camponeses refere-se à prática religiosa. No Anapuzinho podemos verificar que dentre os moradores, 57% dos entrevistados declaram participar de grupos religiosos como apontam os dados colhidos pela Secretaria de Saúde do município.

Durante muito tempo a Igreja Católica teve uma hegemonia de atuação no campo. A Religião Católica Apostólica Romana sempre teve grande representatividade nas localidades rurais, sendo possível perceber, por exemplo, que as comunidades rurais recebem a denominação de acordo com a comunidade religiosa, por exemplo, no Anapuzinho, a comunidade Nossa Senhora Aparecida recebeu esse nome por causa da igreja Nossa Senhora Aparecida, o mesmo acontecendo na comunidade Santa Rita de Cássia, que tem uma Igreja em homenagem a essa Santa. Esse fato das denominações de comunidades receberem o nome de Santos incomoda os evangélicos. Geralmente eles não denominam da mesma forma que os católicos preferem denominar a localidade pelo nome do assentamento ou pelo nome da vicinal. no caso 338 Sul, que segue a quilometragem da BR 230, Rodovia Transamazônica, no sentido Marabá-Altamira.

Nas localidades que fizeram parte desta pesquisa foi possível identificar que a Religião Evangélica tem ganhado adeptos de forma considerável. Dentre os entrevistados no Anapuzinho 62 % freqüentam e participam de Igrejas Evangélicas e 38% freqüentam a Igreja Católica. No Cupuzal 50% são católicos, 40% são evangélicos e apenas 10% não freqüentam religião alguma.

No Cupuzal não existe nenhuma Igreja. Segundo os moradores antes tinha na localidade a Igreja Católica, mas agora não tem mais devido à falta de participação das

famílias nas celebrações. Então, as pessoas que residem na localidade só freqüentam a Igreja quando vão à cidade. Já no Anapuzinho existem vários templos. Em relação à religião evangélica existem denominações distintas, entre as quais a Igreja Assembléia de Deus, a Assembléia de Deus Ministério Madureira, a Igreja Adventista, a Igreja Pentecostal e a Deus é Amor. Os fies não se reúnem apenas em templos construídos. Existem famílias que se reúnem nas casas uns dos outros para realizarem a prática religiosa. Veja nas fotografias 22 e 23, uma Igreja Evangélica e uma Igreja Católica respectivamente.

**Fotografia 22** Foto da Igreja Assembléia de Deus no Anapuzinho



**Foto:** MNSB, 2012

**Fotografia 23** Foto da Igreja Católica Santa Rita de Cássia no Anapuzinho



**Foto:** MNSB, 2012

É importante ressaltar que as Igrejas geralmente são construídas pelos próprios fiéis com materiais adquiridos na própria localidade. Na fotografia 22 podemos verificar que a igreja foi construída de taipa com cobertura de palha. A igreja católica é de madeira, mas camponeses falaram que antes ela era também de taipa. Na fotografia 24 é possível verificar a data em que a igreja foi construída.

**Fotografia 24** Data de construção da Igreja na Comunidade Santa Rita de Cássia



**Foto:** MNSB, 2012

A organização social local também está condicionada às relações de parentesco. No Anapuzinho 85% dos entrevistados possuem parentes na localidade e no Cupuzal, quase na mesma proporção, as pessoas que tem parentes na localidade correspondem a 80%. Assim como já destacado no capítulo III desta dissertação os primeiros ocupantes das localidades acabam atraindo outros membros da família a ocuparem e/ou comprarem terra nas mesmas.

Os vínculos sociais estabelecidos entre os membros da localidade são muito importantes, devido criar condições favoráveis a superação das dificuldades através das práticas de solidariedade e ajuda mútua. As famílias se reúnem para reivindicar ao mesmo tempo em que se encarregam de mudar a realidade com suas próprias ações. Quando um está doente, como aconteceu em várias ocasiões, os demais se reúnem para ajudar, e se for preciso tiram o doente da área transportando-o em uma rede até o local onde ele possa ser conduzido por um transporte motorizado. Essa expressão “tira na rede” é muito comum quando os camponeses se referem ao tempo das primeiras ocupações das localidades, ou quando a estrada está em péssimas condições, o que acontece geralmente durante o período chuvoso.

## 5. A PERSPECTIVA DE SER ASSENTADO

Esse capítulo tem por objetivo demonstrar de que forma a interdição dos assentamentos influenciaram na situação das famílias camponesas e de que formas as mesmas estão mobilizadas para resolver essa questão. *A priori*, faz-se uma discussão acerca dos significados da terra para o camponeses, tendo em vista que a causa principal das migrações para essa região aconteceu em decorrência da busca pela terra, como pôde ser visto no capítulo III desta dissertação.

A abertura da fronteira significou o acesso à terra e a criação do assentamento significou assegurar a terra e adquirir benefícios previstos pela política de reforma agrária. Por esse motivo a interdição do assentamento estabeleceu uma ruptura na medida em que os mesmos já tinham criado expectativas em relação à consolidação do assentamento rural.

### 5.1 A TERRA MAIS QUE O LUGAR DE MORADA

Como demonstrado anteriormente no Capítulo III desta dissertação, 70% dos camponeses entrevistados têm em sua trajetória de vida antes da chegada as localidades, o trabalho na agricultura. Quando considera-se as atividades desenvolvidas pelos pais desses camponeses podemos verificar que a agricultura aparece como a principal atividade desenvolvida pelos pais em 77% dos casos no Anapuzinho e 100% no Cupuzal. Esse fato demonstra que a maioria das famílias dos dois assentamentos herdou das gerações anteriores a experiência com o trabalho na terra.

Em relação à trajetória de vida dos pais desses camponeses verificou-se que em 54% dos casos no Anapuzinho e em 100% no Cupuzal, os pais não tinham terra, ou passaram por alguma fase da vida sem acesso à mesma e, por isso, trabalharam em algum momento na agricultura como agregados ou trabalhadores de fazendas. No Anapuzinho 46% e no Cupuzal 60% dos pais desses camponeses, totalizando 52% nas duas localidades, vieram e adquiriram terra na região da Transamazônica, sendo que 35% ainda a possuem, em 9% dos casos no próprio assentamento e em 26% em localidades próximas. Para esses camponeses, a abertura da fronteira amazônica foi à possibilidade de obter a terra com maior facilidade, pelo fato de poder ser adquirida por meio da ocupação primária ou pela compra mais barata do que em outras regiões do País, muitas vezes chegando a ser negociada através da troca, como ressalta um

camponês: “até por uma espingarda o pessoal trocava a terra” (Mogno, 52 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).

Ao longo do trabalho de campo foi possível perceber que a chegada à região aparece como uma estratégia da própria condição camponesa que consiste, segundo Ploeg (2009 p. 18) “na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação”. O fato de os pais (74%) e mesmo os camponeses entrevistados (61%) terem trabalhado por algum momento de suas vidas como agregados ou trabalhadores de fazendas, o anseio por melhorias das suas condições de vida e mesmo a estratégia de reprodução social da família, como vimos no Capítulo IV, fez com que a busca pela terra própria fosse apontada como uma das principais causas da migração dos Responsável pela família para a região, como uma forma de conseguir garantir a tão almejada autonomia.

É possível observar no debate acadêmico que trata do campesinato que a terra aparece como elemento central para a compreensão de sua especificidade. Assim como na história dos camponeses no Brasil, cuja luta pela terra traduziu-se em embates no campo, toda história agrária pode ser analisada como uma luta dos camponeses pela posse total da terra, uma luta que os libertaria dos direitos senhoriais e das servidões coletivas (MENDRAS, 1984 apud WANDERLEY, 2005 p. 31). Portanto, a terra constitui pilar central na vida dos camponeses, não só como meio de produção, mas também com significados mais densos ligados ao seu modo de vida, assim como salienta Ploeg (2009 p. 19).

Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2009, p. 19).

Quando questionados sobre qual o significado da terra, os camponeses entrevistados a relacionam principalmente a possibilidade de plantar e colher. Mas, analisando a trajetória de vida dos camponeses pode-se verificar que a terra representa muito mais do que o meio para garantir o sustento das suas famílias. Os camponeses que já trabalharam sem o acesso a terra própria relembram de um passado de sofrimento e de privações em que eles viviam sem autonomia para decidir o que e quanto plantar. Portanto, a terra própria se torna essencial para garantir tanto o sustento da família como certa independência diante da sociedade.

A migração para a fronteira se processa na vida das famílias camponesas como estratégia para adquirir a terra para trabalhar (plantar e colher), mesmo em condições adversas, e assegurar a sua reprodução social com autonomia. É importante ressaltar que os camponeses vieram para o município com um projeto de vida, e por esse motivo é possível analisar em suas memórias a resistência diante da precariedade em várias ocasiões, principalmente no momento da aquisição da terra, onde eles tiveram que enfrentar dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura, aliada a falta de recursos financeiros, como pode ser verificado na fala do camponês abaixo.

*Antes de vir para a minha terra eu trabalhava na terra dos outros, eu trabalhava de agregado roçando juquira para poder sustentar minha família, eu vivia mudando, trabalhando para um e para outro. Era muito difícil. Quando eu consegui essa terra aqui, eu tive muita coragem porque a gente tinha que andar numa trilha na mata mais de 50 quilômetros a pé com saco de coisa nas costas para poder chegar aqui, eu passei isso tudo porque eu queria trabalhar no que é meu. Isso aqui era tudo mata e não tinha nada. Eu vim primeiro e fiz a primeira roça, broquei, derrubei, queimei e depois veio a Nita e os meninos (Paricá, 59 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

Para os camponeses, como prioridade, a terra constituiu-se o meio de satisfazer as necessidades da família, como pode ser visto no depoimento abaixo:

*A importância é eu plantar e colher. Tudo que se planta nela dá. A lavoura que eu colho nela que serve para alimentar minha família (Cupuacú, 45 anos, entrevista realizada em Setembro de 2012).*

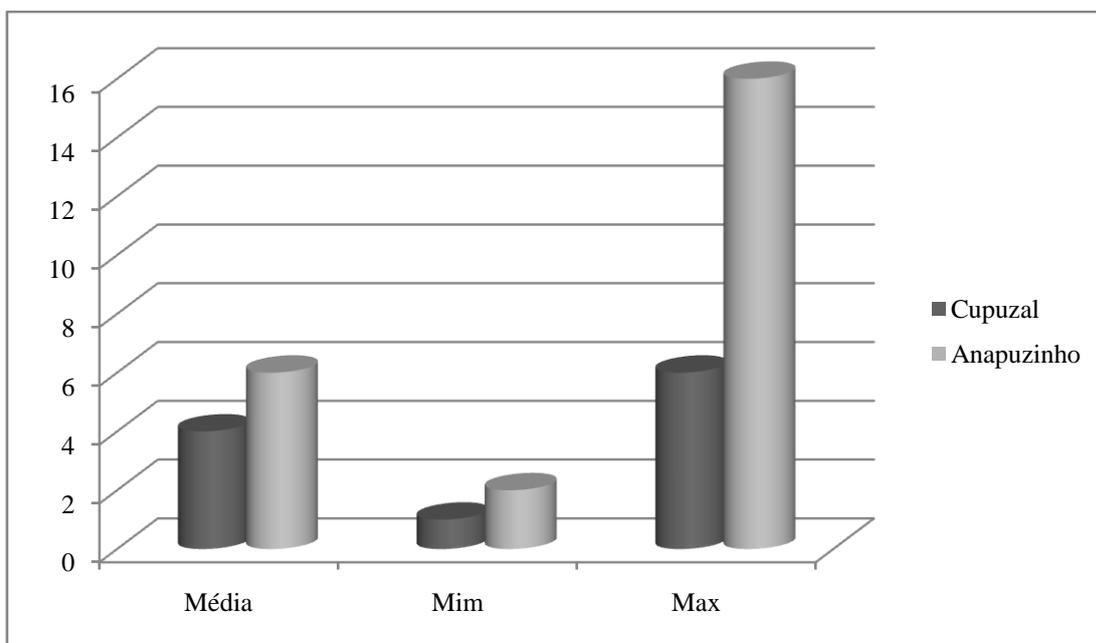
Na maioria dos casos os camponeses entrevistados usam esses termos se referindo à terra: “é dela que a gente tira o alimento pra nós”; “é dela que a gente sobrevive”; “a gente vive do que a terra produz”. Isso demonstra a importância do se ter a terra para garantir as necessidades da família. Em conversa com os camponeses pôde-se identificar que inicialmente eles almejavam acessar a terra para plantar e colher, mas em seguida eles começaram a demandar a infraestrutura das localidades; a educação para os filhos, à estrada para que eles pudessem se deslocar e escoar a produção, saúde devido aos casos frequentes de acidentes de trabalho e casos de malária (principalmente no Anapuzinho), entre outros.

Além de a terra representar a possibilidade das famílias poderem plantar e colher, os camponeses entrevistados também relacionam a terra a um lugar de moradia seguro, sossegado onde eles podem ter paz.

*Eu vim da cidade grande e pensava que não ai me acostumar, mas o meu sonho agora é permanecer aqui para sempre. É uma paz. Aqui é que é a minha casa, mesmo eu tendo a casa na rua, eu gosto é daqui. A gente comprou aqui por vinte reais e hoje não tem valor que pague essa terra (Cupuaçú, 45 anos, entrevista realizada em Setembro de 2012).*

Quando questionados se o tamanho da terra era suficiente para garantir o sustento da família, 70% os entrevistados disseram que sim. Mas em 61% dos casos, mesmo eles dizendo que sim, ressaltaram que o fato de terem outras rendas permite melhorar as condições de vida da família. Os camponeses que citaram que a terra é pequena referem-se principalmente (17%) aos que possuem famílias com maior número de membros e que geralmente também possuem os menores lotes. No gráfico podemos verificar a média de membros que compõem as famílias nos dois assentamentos. A média é de 6 pessoas no Anapuzinho e de 4 pessoas no Cupuzal. Quando leva-se em consideração apenas os camponeses que citaram que a terra é pequena para a quantidade de membros que a família possui, essa média aumenta para 13 pessoas no Anapuzinho e 5 pessoas no Cupuzal. Nesses casos verificou-se que membros da família já tiveram que migrar para outras localidades, vilas e até para a cidade como forma de garantir a reprodução social da família.

**Gráfico 14** Composição da família no Anapuzinho e Cupuzal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Dentre as demais razões que levaram os camponeses a dizer que a terra é pequena, pôde-se detectar que 9% dos camponeses ressaltaram que a sua resposta está condicionada a atividade que eles desenvolvem no estabelecimento agrícola que é a atividade de criação de bovinos que requer maior quantidade de terra em relação a outras atividades agrícolas, como por exemplo, a atividade de cacauicultura. Os demais (4%) salientaram a legislação ambiental como fator limitante. Na Amazônia, pela legislação (Código Florestal - Art 1º, parágrafo 2º, inciso III) a área de reserva legal tem que ser de 80% da área total do estabelecimento rural, ficando os 20% para o uso com as atividades agropecuárias, o que segundo eles representa uma parcela pequena.

Para falar do processo de interdição dos assentamentos, foi possível resgatar o que a terra representa para os camponeses, tendo em vista que esse processo de interdição afeta as expectativas que as famílias tinham em relação a suas condições de permanência e trabalho na terra.

Dentre os objetivos da família para o futuro, nenhum camponês destacou que vai vender a terra. Todos eles têm como objetivo maior permanecer com o lote e implantar atividades agrícolas que garantam o sustento da família. As principais atividades apontadas pelos camponeses são a cacauicultura e gado, no entanto, existem camponeses que pretendem implantar a atividade de piscicultura como alternativa para evitar o desmatamento de novas áreas e ainda diversificar as atividades do sistema de produção.

**Tabela 20** Projetos futuros das famílias em relação ao trabalho na terra

<b>Atividade</b>	<b>% de Camponeses</b>
Cacauicultura	57%
Bovinocultura	30%
Piscicultura	17%
Avicultura	4%
Essências Florestais	4%

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012

No caso em estudo a criação dos assentamentos trouxe para as famílias a expectativa de que haveria melhoria nas suas condições de vida na terra, como pode ser visto em um dos relatos dos camponeses entrevistados.

*“A gente acreditava que ia melhorar, a gente se reunia, mobilizava, fazia listas para criar o assentamento visando a melhoria de nossas condições de vida, com a abertura de uma estrada melhor, pois aqui é só um carreiro, como você pode vê. Não tem energia, a gente não pode pegar financiamento, não tem a visita de técnicos, nem nada disso” (Andiroba, 45 anos, entrevista realizada em Agosto de 2012).*

As principais causas do abandono dos lotes, ou mesmo da sua venda estavam relacionadas às precárias condições de infraestrutura nas localidades, inclusive a falta de escolas. Até hoje é possível perceber que a infraestrutura dessas localidades ainda é um dos grandes problemas apontados pelas famílias. Dessa forma a não consolidação do assentamento soou para as famílias como quebra daquilo que se vinha construindo há muito tempo, desde os primeiros momentos em que as famílias ocuparam essas localidades elas almejavam melhorar suas condições de vida, uns estavam fugindo da situação de assujeitados para se tornarem independentes, outros buscavam a terra para garantir a reprodução do grupo familiar.

## 5.2 REFLEXOS DO PROCESSO DE INTERDIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ANAPUZINHO E CUPUZAL NA VIDA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

De todos os oito assentamentos criados na área de competência da SR (30) no município de Pacajá, os que foram criados entre os anos de 2005 e 2006 foram embargados pela Justiça e os demais que foram criados no ano de 1997, o PA Bom Jardim e o PA Aratau, apresentam problemas de infraestrutura. Isso demonstra que por mais que os assentamentos rurais sejam criados e entrem nos números da reforma agrária, os clientes não recebem de fato os benefícios que essa política prevê. Em decorrência de vários problemas identificados na implantação e manutenção dos assentamentos rurais criados no Estado do Pará é possível verificar várias críticas em relação a essa política, havendo questionamentos quanto ao seu papel reformador. Será que se está fazendo uma reforma na estrutura agrária brasileira com a implantação dos assentamentos rurais?

A denúncia do Ministério Público que aponta irregularidades nos projetos de reforma agrária, quando ocorreu à criação de um grande número de assentamentos na

região oeste do Pará, e mesmo ao observarmos os assentamentos que foram criados ainda na década de 1990, demonstram que o INCRA não se preocupou em implementar obras de infraestrutura mínimas nos assentamentos desse município. Nesses assentamentos é possível verificar uma situação de ausência de políticas públicas básicas, como por exemplo, educação e saúde e ainda infraestrutura de abertura e manutenção de estradas e pontes.

Para que os assentamentos interditados pelo MPF possam ser desembargados é preciso que o INCRA apresente o relatório agrônomico e o parecer técnico operacional sobre a viabilidade de exploração eficiente das terras, uma análise com laudo agrônomico, imagem de satélite georreferenciada, planta de localização e mapa de classes de capacidade de uso do solo. Em relação aos dois assentamentos pesquisados o INCRA só encaminhou solicitação ao IBAMA para a emissão da LP no ano de 2011. Mas, até o mês de novembro do ano de 2012<sup>24</sup>, os camponeses não sabiam como estava à situação dos referidos assentamentos na justiça federal. O fato é que os assentamentos foram criados sem a LP que é um documento obrigatório e que deve anteceder o ato de criação de um Projeto de Assentamentos de Reforma Agrária<sup>25</sup>.

*A priori*, a criação dos assentamentos Anapuzinho e Cupuzal possibilitou que os camponeses saíssem da condição de posseiros, mas as expectativas das famílias em relação à melhoria de suas qualidades de vida não se confirmaram. Nas duas localidades, os camponeses permaneceram sem acesso a infraestruturas básicas (educação, saúde, estrada de acesso), em decorrência da ineficiência do Estado em implementar a política de reforma agrária ou mesmo de regularização fundiária nessa região. Quanto ao aspecto de interdição dos assentamentos os camponeses fizeram críticas à ação do INCRA no processo de criação que foi longo e mesmo assim teve problemas relacionados à falta de licenciamento ambiental e infraestrutura para atender as famílias assentadas.

A interdição dos assentamentos ocasionou prejuízos às localidades, já que as famílias ficarão impedidas de receber os créditos da Reforma Agrária e agora, depois de já passado um período de cinco anos nessa situação, alguns camponeses entrevistados já

---

<sup>24</sup> Essa data refere-se a última visita feita pela autora nos assentamentos.

<sup>25</sup> A Resolução CONAMA nº 289/2001, bem como à norma que a sucedeu, a Resolução CONAMA nº 387, de 29/12/2006, estabelece em seu art. 3º, a obrigatoriedade da Licença Prévia para criação de Projeto de Assentamento.

não acreditam que irá acontecer o desembargo dos mesmos, como é possível perceber nos depoimentos abaixo.

*No que vi na criação do assentamento e depois veio o cancelamento, e já com esse tanto de tempo não resolveu nada, fiquei desesperançoso, só acredito agora no dia que eu vê acontecer (Piquiá, 43 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

*Na verdade, de agora em diante a gente deixou de acreditar porque é só promessa. O INCRA não fez nada até agora (Angico, 41 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

Baseado no contexto de criação dos assentamentos rurais Anapuzinho e Cupuzal em Pacajá, verificou-se grandes impasses que estão muito mais relacionadas à própria formação histórica social do lugar do que ao processo de embargo dos assentamentos. Todavia, os camponeses relacionam o embargo como um retrocesso, já que eles tinham perspectivas em relação à criação do assentamento, relacionadas à regularização fundiária e ao acesso a algumas políticas públicas específicas para os assentamentos rurais.

Os dois assentamentos estudados foram criados em áreas onde as pessoas já estavam ocupando a terra. Essa é uma estratégia do Estado para fazer a regularização fundiária da Amazônia aumentando os índices da reforma agrária em relação à área e ao número de famílias assentadas.

Para os camponeses a interdição dos assentamentos trouxe prejuízos porque eles almejavam melhoria de infraestrutura das localidades depois da consolidação do assentamento. Essa situação faz com que as famílias cedam aos interesses das madeireiras, em troca de benefícios, como a abertura de estradas, que deveria ser uma das obras básicas a serem executadas pelo Estado. O contexto de negociação entre as madeireiras e os camponeses contribui para o aumento dos índices de desmatamento do município que nos últimos anos tem ficado na lista dos municípios que mais desmatam no Estado. Até 2009 o desmatamento acumulado no município era de 4.829 km<sup>2</sup> que correspondia aproximadamente 41% de toda a sua extensão territorial (IPAM/FVPP, 2011).

Foi possível verificar nas áreas estudadas o mesmo que Pacheco et al. (2009) constatou sobre a relação de madeireiros e camponeses em estudo no Território da Transamazônica. Ou seja:

(...) a ação das madeireiras geralmente acontece por meio da compra de madeira em tora dos lotes dos camponeses. O madeireiro se encarrega de abrir estradas para a retirada da madeira, beneficiando desta forma a população que por falta da atuação do Estado se vale desses acordos com o setor madeireiro (PACHECO et al. 2009, p. 20).

Esse acordo acontece tanto nas modalidades de PDS (GREENPEACE, 2007), como nas modalidades de PA's, já que se pôde constatar nas duas áreas estudadas. A diferença é que, na modalidade de PA, a negociação geralmente acontece informalmente, ou seja, não se firmam contratos entre as partes, como foi possível identificar na relação entre os associados dos PDS's e as indústrias madeireiras. Segundo Pacheco et al. (2009, p.21-22), tem ocorrido, principalmente nas áreas de ocupação mais recente, uma espécie de maquiagem legal para as práticas ilegais das indústrias madeireiras, em que tem ocorrido uma intensa utilização de licenças de desmatamento e Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF) pelos madeireiros locais intermediários com o intuito de burlar a legislação. Muitas empresas nem chegam a utilizar os seus planos de manejo que são aprovados pelo IBAMA. Esses servem apenas para que as empresas tenham as atividades de exploração e transporte de madeiras autorizadas.

Um fato que pode ser observado em quase todos esses projetos de assentamentos é a presença, em meio aos lotes dos assentados, de grandes fazendas de criação de gado. Pôde-se constatar a venda de lotes de camponeses para fazendeiros. A falta de regularidade nas questões da terra nessa região são os motivos principais que despontam para a concentração fundiária.

Nas duas localidades foi possível constatar um processo de pecuarização que avança para todos os lotes pertencentes à área do assentamento. A presença de áreas de pastagem nos lotes em que não existe a criação de gado é um indicativo de que essa atividade ainda vai continuar se expandindo. Em conversa com camponeses que não praticam essa atividade, contatou-se um desejo de implantá-la. Esse momento caracteriza que essa atividade vai continuar expandindo-se, haja vista que 30% dos entrevistados declararam que pretendem implantar ou ampliar a atividade de criação de gado bovino em seus estabelecimentos.

Esse contexto vem contribuindo para o desflorestamento dos assentamentos, visto que as famílias cultivam as culturas anuais já em consórcio com as pastagens, ou a plantam no ano seguinte na área onde as culturas anuais foram colhidas; dessa forma as áreas não passam pelo processo de pousio.

A pecuária tem sido uma atividade importante do ponto de vista econômico dos assentamentos em estudo, todavia, verifica-se que esse tipo de atividade possui restrições, principalmente em decorrência do tamanho dos estabelecimentos. As pastagens tomam parte de grande número das áreas desmatadas nas localidades, principalmente em decorrência da forma como as famílias vêm conduzindo o sistema de produção. A derrubada da floresta seguida da queima para a implantação da roça e pastagem tem constituído o processo usual de preparo da área para formação dessas pastagens.

A concentração fundiária, as operações ilegais de retiradas de madeira e o desmatamento descontrolado são conseqüências emblemáticas da ocupação desordenada da Amazônia.

Em conversa com os camponeses percebeu-se que eles reconhecem a causa da interdição do assentamento, mas ao mesmo tempo eles declaram que se o assentamento não tivesse sido embargado às coisas estariam melhores. Ou seja, esses camponeses tinham a esperança de que por meio da criação do assentamento eles pudessem ter acesso ao documento da terra e as políticas como a de crédito agrícola e de assistência técnica.

*O cancelamento do assentamento trouxe um prejuízo, porque a ajuda que era para vir não veio, e por isso não tivemos acesso a projeto de financiamento para melhorar a produção. (Cedro, 55 anos, entrevista realizada em Agosto de 2012).*

*A interdição do assentamento foi ruim, porque não veio nada pra gente, eu acredito que se não tivesse cancelado, hoje nós estávamos desfrutando de alguns benefícios (Angelin, 24 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

*Eu sempre acreditei mesmo que não ia sair. Isso prejudicou principalmente, porque não teve acesso ao documento da terra (Pupunha, 32 anos, entrevista realizada em Junho de 2012)*

*Foi ruim porque parou, acho que se tivesse reconhecido o assentamento tava melhor. Fazendo o assentamento aqui acho que eles melhorariam a estrada pra gente. (Jenipapo, 46 anos, entrevista realizada em Agosto de 2012)*

Os camponeses tinham como principais expectativas em relação à criação do assentamento a melhoria de infraestrutura local, bem como a possibilidade de acessar os créditos da Reforma Agrária e do Programa de ATES. Os camponeses geralmente

referem-se ao assentamento como a possibilidade de melhorar as condições de moradia, já que representantes do INCRA em reuniões nas localidades ressaltaram que quando o assentamento fosse criado viria para os assentados o crédito Habitação. Dentre os camponeses, 35% deles disseram que por algum tempo ficaram esperando, mas quando viram que não iam acontecer mesmo, eles resolveram construir suas casas.

Em todos os casos, os camponeses referem-se à criação do assentamento como possibilidade de melhoria das suas condições de vida, por meio do acesso ao crédito fomento, habitação, estrada, posto de saúde, escolas, assistência à produção agrícola e energia elétrica. Na fala do camponês abaixo, pode-se constatar que mesmo que ele em nenhum momento tenha ido a um assentamento com todos os benefícios, ele almejava aquilo que se falava nas reuniões antes da criação do assentamento Cupuzal.

*A gente esperava vir a estrada, energia e casa para os moradores. Uma maior assistência a todos os moradores. Nunca estive em nenhum assentamento, mas acredito que tem posto de saúde, educação de qualidade, colégios com boa infraestrutura. (Angelin, 24 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).*

Os camponeses também relacionam o assentamento à possibilidade de conseguir o documento da terra. Mesmo que a compra e venda de lotes não seja permitida na área do assentamento (Instrução Normativa nº 22/2005), constatou vários casos na área em estudo, inclusive a venda de lotes para fazendeiros. A realidade de irregularidade que se estabeleceu nas localidades é a principal causa dessa situação. Os camponeses acabam vendendo seus lotes e ocupam terras mais distantes da margem da Rodovia Transamazônica, geralmente glebas federais.

A maioria (56%) tem muito tempo de permanência na localidade e nunca conseguiu acessar nenhum tipo de crédito, devido não terem sua situação regularizada. Por isso, em quase todos os casos, eles esperavam esse “papel” como ressaltou um camponês:

*A nossa expectativa é que eles dessem pelo menos o papel, qualquer escritura, o que eles dessem para gente já era um reconhecimento (Cupuaçu, 45 anos, entrevista realizada em setembro de 2012).*

Esses camponeses entendem o embargo como prejuízo justamente pelo fato de que eles perderam todos os benefícios que aspiravam obter com a criação do assentamento. Além disso, eles sentem que o INCRA não teve nenhuma preocupação com a situação, à medida que veio, incluíram os camponeses na relação de beneficiários da Reforma Agrária e depois nunca mais compareceu nas localidades. Alguns

camponeses disseram que só vieram saber que o assentamento estava interdito muito tempo depois. “Não vieram nem dizer nada, fizeram aí e depois deixaram de lado” (Raimundo de Moura Menezes, 43 anos, entrevista realizada em Junho de 2012).

Os camponeses, com a interdição do assentamento, ficam impedidos até de fazerem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) devido às peculiaridades desse cadastro nas áreas de assentamento rural, sendo uma iniciativa que deve partir do INCRA. O CAR-PA está disposto no Decreto 1.148 de 17 de Julho de 2008 que dispõe também sobre a área de Reserva Legal. O CAR-PA é um dos instrumentos da Política Estadual de Florestas e Meio Ambiente e tem como um de seus objetivos dar continuidade ao processo de regularização ambiental do empreendimento rural (Licença Ambiental Rural - LAR) e/ou Ordenamento Ambiental. Na fala do camponês abaixo pode-se notar uma aflição quanto a situação vivenciada com a interdição do assentamento. Para ele o fato de não fazerem o CAR os deixa em uma condição de clandestinidade diante dos próprios instrumentos do Estado. Existe, portanto, um confronto entre a política fundiária e a política ambiental.

*A gente não consegue nada devido o cancelamento do assentamento. Não pode fazer o CAR, nem o LAR. O INCRA não pode liberar nenhuma declaração. Trabalhamos como clandestinos, nós vivemos clandestinamente, não estamos nem em uma área do governo. Assim que fez o RB vinha à sexta básica, mas não tiveram ajuda de nada, ficaram abandonados. Isso é chocante, mas é a realidade, somos esquecidos. O INCRA que colocou a gente aqui nessa situação e é ele que tem que tirar (Embaúba, 54 anos, entrevista realizada em Agosto de 2012).*

No depoimento do camponês abaixo é possível verificar que ele tinham esperança de obter benefícios, mas depois do cancelamento o fato do INCRA nem sequer comparecer nas localidades os deixou sem esperanças de que eles iriam conseguir reaver a situação de interdição.

*O que eles falavam não adiantou nada. As promessas eram boas, mas só falar não adianta. Tinha reunião debaixo dessas árvores bem aí, mas nunca veio nada (Sucupira, 62 anos entrevista realizada em junho de 2012).*

Segundo camponeses, a situação de interdição dos assentamentos provocou prejuízos reais, à medida que o INCRA não podia nem emitir uma declaração para que eles pudessem acessar benefícios como o salário maternidade e a aposentadoria. Para acessar esses direitos eles tiveram que utilizar outras estratégias, em alguns casos pegar

declarações dizendo ser agregados em outros estabelecimentos que já tinham o título definitivo. Esse fato refere-se a dois casos que aconteceram nas duas localidades. Na declaração desses camponeses pôde-se identificar uma falta de conhecimento quanto aos procedimentos para acessar os benefícios do Estado moderno, seja via reforma agrária, seja por outras vias. A construção de escolas, postos de saúde, estradas e outros equipamentos coletivos podem vir por outras fontes como o município, o estado ou pelo governo federal. Mas, com o processo de criação do assentamento rural, os camponeses acabaram colocando suas expectativas na constituição do assentamento e nos benefícios que viriam com a sua efetivação. No depoimento do camponês abaixo, mais uma vez percebe-se a falta de conhecimento dos procedimentos que devem ser feitos para acessar direitos, nesse caso o direito a aposentadoria pela previdência social via STTR. Mesmo que o INCRA não pudesse emitir a declaração de que o camponês era trabalhador rural, o mesmo podia levar dois vizinhos que pudessem atestar a sua condição.

*Parece que o INCRA só pegou o nosso nome e não fez nada. Eu quero me aposentar, mas não posso porque não tenho como conseguir o documento que comprove que eu sou dono da terra. Já fui ao STTR e não consegui. Está atrasando todo o processo (Castanha do Brasil, entrevista realizada em setembro de 2012).*

Todos os camponeses entrevistados estão mobilizados para resolver a questão de interdição do assentamento, sendo possível perceber estratégias diferentes entre as duas localidades. No Anapuzinho, os camponeses estão empenhados para reaver a questão de interdição do assentamento, através de encaminhamentos junto ao INCRA. Enquanto que no Cupuzal as famílias fizeram um abaixo assinado e preferiram entrar com um encaminhamento para cancelar de vez o assentamento e assim poderem resolver sua condição a partir do Programa Terra Legal.

No segundo caso, como já citado no capítulo II desta dissertação, as famílias fizeram um abaixo assinado e encaminharam ao Ministério Público por meio da atuação do Programa Terra Legal na área. Em conversas com camponeses dessa localidade, foi possível identificar que primeiramente alguns representantes do Terra Legal foram até a localidade e disseram que não podiam fazer nada em relação a essa área, visto que ela estava incluída em um outro programa, o de reforma agrária. Por esse motivo, o abaixo assinado seria a forma de as famílias dizerem que não queriam mais ser beneficiados com a política de reforma agrária. Assim, o Programa Terra Legal estaria livre para mover suas ações de regularização nessa área. Como demonstrado por Cunha (2009), o

programa agira no sentido de “desinfetar a região de assentamentos”. Ou seja, reduzir os assentamentos de modo que os grileiros fiquem fora de seu perímetro e, portanto, passíveis de serem “regularizados”, em completo detrimento da finalidade camponesa desses assentamentos (CUNHA, 2009, p.49).

Alguns dos problemas que foram identificados no Anapuzinho e Cupuzal também puderam ser constatados nos demais assentamentos criados pela (SR 30) do INCRA no município. A falta de manutenção das estradas é uma constante na vida dos assentados, em alguns casos a falta de infraestrutura das escolas, a ausência de posto de saúde, a falta de assessoria técnica à produção também apresentam-se como problemas dos demais assentamentos e reforma agrária já consolidados nesse município. Essa situação faz-nos refletir que a situação das localidades estudadas não iria melhorar somente com a criação do assentamento. O Estado precisa redefinir suas linhas de ação e de fato promover a reforma agrária da forma como está prevista no Plano Nacional de Reforma Agrária. Cabe ao INCRA o papel de executar as ações de implementação dos Projetos de Assentamento, agregando as demais políticas públicas e ações capazes de promover o desenvolvimento dos mesmos por meio de princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além de promover o acesso à terra aos camponeses, o INCRA precisa executar programas que viabilizem a melhoria da qualidade de vidas dos assentados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procurou-se demonstrar que implicações o processo de interdição dos assentamentos causa às famílias camponesas que acessaram a terra, na maioria dos casos, como resultado das políticas que dinamizaram a ocupação do Território da Transamazônica. Vale ressaltar que muitas dessas famílias que ocuparam essas localidades no município de Pacajá, quando ainda era só mata e quando nenhuma política os beneficiava, estavam fugindo das precárias condições de vida a que eram submetidos nos seus locais de origem. A migração, nesses casos, justifica-se pela busca da terra prometida, da terra onde eles pudessem plantar e colher para garantir o sustento de suas famílias.

Verificar os efeitos desse processo na situação das famílias se refere à possibilidade de dar voz aos que não foram ouvidos durante todo esse tempo em que os assentamentos permanecem na condição de interditados. O embargo dos assentamentos foi uma etapa emblemática para esses camponeses. Por isso, procurou-se evidenciar em todo o texto a voz das famílias, daqueles que são as principais vítimas da ausência de políticas que deveria beneficiá-los, mas que na verdade está garantindo a hegemonia do grande capital na Amazônia.

Antes da criação dos assentamentos, no ano de 2006, os camponeses já estavam esquecidos pelo INCRA, sem assistência técnica, transporte, saúde e educação. Depois que o assentamento foi criado e logo depois, no ano de 2007, embargado, os camponeses permaneceram esquecidos. Já se passaram mais de cinco anos e o INCRA se quer compareceu nos assentamentos para dar explicações quanto à situação a qual as famílias estavam submetidas com a interdição dos assentamentos.

Os camponeses passaram anos na condição de posseiros, entraram na relação de beneficiários da reforma agrária, ou seja, foram assentados por um ano e, agora, qual a situação? Isso foi uma dúvida até para a autora. Encontrar uma denominação apropriada tanto para a localidade, ora chamado de assentamento, mas ainda não o é, ora chamada apenas de localidade; quanto para os próprios sujeitos da pesquisa, ora denominados de posseiros, ora de assentados, ora de agricultores ou camponeses. Mas, entende-se que a denominação não é problema se revelada à realidade complexa em que essa população está inserida.

Toda a complexidade da trajetória dos assentamentos estudados revela que não foi o processo de interdição dos assentamentos o grande vilão e sim o próprio processo

de construção econômica e social do lugar que se fez problemática e desfavorável aos anseios e perspectivas dos camponeses.

A forma como o INCRA vem promovendo a Reforma Agrária nessa região revela por um lado as distorções de uma política que na verdade deveria promover a melhoria das condições de vida do homem do campo, mas que na verdade deixa-os numa situação de indeterminação, não são assentados, nem posseiros. Estão interditados de acessar outras políticas, já que os seus nomes constam na lista de beneficiários da reforma agrária de assentamentos que estão sob processo judicial a mais de cinco anos. Esquecidos, eles fazem queimadas para abrir espaço ao plantio de culturas anuais, perenes e pastagem, são aliciados por fazendeiros para venderem seus lotes e também por madeireiros para consentirem a derrubada de madeiras nos assentamentos. Portanto, não é a interdição em si, o problema, mas todo um complexo de fatores se torna um grande desafio para esses camponeses que tem como perspectiva se tornarem assentados. Eles almejam a melhoria de vida via política pública, principalmente, acessando o crédito, assistência técnica e o documento da terra.

Embora as famílias tenham demonstrado que nos últimos anos as localidades tenham melhorado com algumas estruturas, como construção de escolas e revitalização das estradas, esses problemas estão afetando ainda hoje os camponeses moradores das áreas em estudo. Mas se os assentamentos não tivessem sido interditados, como estariam as condições das famílias? Na verdade, mesmo que as famílias tenham consciência de que a interdição dos assentamentos foi uma medida usada pela justiça devido às irregularidades identificadas nos processos de criação dos assentamentos, eles demonstram a insatisfação com tal contexto. Para os camponeses se o Assentamento não tivesse sido cancelado eles estariam acessando os benefícios previstos no Programa de Reforma Agrária, entre os quais o serviço de ATES, o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento do assentamento (PDA), demarcação das terras e aplicação dos créditos (habitação, fomento), a possibilidade de acesso ao crédito agrícola e ainda a melhoria da infraestrutura local, a abertura e melhoria das estradas, eletrificação rural, educação, saúde, entre outros.

A análise desenvolvida nesta dissertação caminha pelo modo como os camponeses concebem e utilizam a terra, perpassam pelas formas de organização social desses camponeses que diante da situação vêem a necessidade de mobilizarem-se para resolver a questão. Entende-se que a criação dos assentamentos em questão está fora dos moldes da reforma agrária, mas consiste em uma tentativa de regularização fundiária de

áreas ocupadas por migrantes que demonstram em suas trajetórias a busca pelo acesso a terra como condição essencial para a sua reprodução material.

Mesmo que as famílias das duas localidades estejam vivenciando uma situação semelhante, as estratégias utilizadas pelas mesmas diferenciam-se uma da outra. Foi possível identificar que os camponeses do Anapuzinho estão se organizando internamente por meio da Associação Local e estão empenhados para conseguirem reaver o processo judicial que interditou o assentamento no ano de 2007. Enquanto que, no Cupuzal os camponeses preferiram fazer um abaixo assinado na localidade para tentarem anular o projeto de assentamento e avançar a regularização fundiária a partir da atuação do Programa Terra Legal.

Essas estratégias diferentes estão relacionadas às perspectivas futuras das famílias. No Cupuzal as famílias têm como objetivo conseguir o documento da terra, enquanto que no Anapuzinho as famílias almejam obter os benefícios previstos no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que prevê aos assentados direitos a infra-estrutura, programas de crédito, assistência técnica e social.

Nas duas localidades as famílias almejavam obter os benefícios da reforma agrária, mas a demora no processo, a insatisfação com algumas situações em que eles se deparavam por não ter o documento da terra, fez com que os camponeses do Cupuzal tomassem como estratégia tentarem anular o assentamento e assim poderem ter acesso ao documento da terra que possibilitaria, por exemplo, que os mesmos acessem outras políticas, como a de crédito agrícola. Nesse caso, pode-se verificar uma incompatibilidade entre a Reforma Agrária e o Programa Terra Legal. A missão é apenas ampliar os números de criação de assentamentos e regularização fundiária, respectivamente, não se preocupando com a situação daqueles que de fato deveriam ser favorecidos com esses programas e políticas públicas.

Nas duas localidades foi possível verificar um desconhecimento dos camponeses sobre as formas de acessar benefícios governamentais, por isso eles colocaram suas expectativas na criação dos assentamentos rurais. Por esse motivo, o embargo dos assentamentos é vivenciado pelos camponeses como prejuízo já que as famílias ficaram impedidas de receber os créditos da reforma agrária, que seria fundamental para obter as tão cobiçadas melhorias via ação governamental.

A reforma agrária tem como uma de suas premissas desconcentrar a terra, combatendo o latifúndio e a grilagem, de forma que se promova modificações na estrutura agrária brasileira, combinada com ações dirigidas a assegurar o

desenvolvimento de forma sustentável e a qualidade de vida dos assentados, por meio de investimento em infra-estrutura social e produtiva. Mas, tanto a implementação da Reforma Agrária, como a regularização fundiária da forma como vem sendo dirigida na região está acarretando problemas relacionados ao desmatamento da região, bem como possibilita a grilagem de terras, a coerção aos camponeses pela venda de suas madeiras e inclusive de suas terras. Nesse sentido, os que mais seriam beneficiados com a Reforma Agrária ou com Programa Terra Legal, acabam sendo as maiores vítimas de um modelo de desenvolvimento que se mascara no termo Desenvolvimento Sustentável previsto tanto no programa Terra Legal quanto nas diretrizes da Reforma Agrária, mas que na verdade apóia setores do capital, como nos casos em estudo, o setor madeireiro e pecuário.

O camponês que acessou a terra de forma dolorosa a partir do desprendimento de seu local de origem, das sucessivas migrações, tendo que desbravar a mata e ficar por muito tempo em precárias condições de vida, mais uma vez vê-se diante de uma situação onde seus direitos são descartados. Com o embargo dos assentamentos, ou melhor, a forma como foi conduzida a implementação dos assentamentos em estudo, fez com que as expectativas dos camponeses em relação à melhoria de sua qualidade de vida e a efetivação do direito sobre seu território fossem embargados.

A reforma agrária tem que ser feita com intuito de garantir o que está previsto no Plano Nacional de Reforma Agrária, com direção a promoção da viabilidade econômica, social e ambiental com uma preocupação com a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas e com a sustentabilidade ambiental. É necessário ainda que seja capaz de garantir aos assentados o acesso aos direitos fundamentais. Os camponeses almejam viver do trabalho na terra, de forma que obtenham os meios necessários para assegurar a sua reprodução social. O acesso ao crédito, assistência técnica e a construção de infra-estrutura como energia, estrada para escoamento da produção, são anseios desses camponeses e eram suas expectativas com a consolidação dos assentamentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme do Couto. **Invasão ou ocupação?** Ensaio sobre a função social da propriedade. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8882/invasao-ou-ocupacao#ixzz2RCRiMzps>> Acessado em: 16/04/2013

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70:** o caso dos trabalhadores canavieiros em Pernambuco. 1994. Tese (doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, 1994.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense.** 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. Memórias e fragmentos: o sonho da reforma agrária e o Incra. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória do Incra 35 anos.** Brasília: MDA: INCRA, 2006. p.79-86.

BENATTI, José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, Delma Pessanha (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** V. II Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 211-238. (História social do campesinato brasileiro).

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa.** 1 ed. São Paulo: Annablume, 2004. 395p.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradorias da República nos Municípios de Santarém e Altamira/PA. **Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000185/2007-76/PRM/STM/MPF.** Santarém e Altamira, 27 de julho de 2007 Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2007/acao%20incra%20sectam.pdf>> Acesso em: 13/08/2011.

BRITO, Maria Natália Silva Brito. 2009 86 f. **O sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pacajá, Pará:** contextualização histórica e perspectivas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros.** V. I. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 97-115. (História social do campesinato brasileiro)

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002, p. 19-35.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985** – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010. 360 p

CASTELLANET, Christian; HÉBETTE, Jean; HENCHEN, Mário J. Os níveis pertinentes para a pesquisa-ação sobre a gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da Transamazônica. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Universidade Federal do Pará. Centro Agropecuário. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. V. 1, n. 2 (2000) – Belém: UFPA/CA/NEAF, 2000.p.117-129

CASTRO, Edna Ramos de; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Felix do Xingu e a Terra do Meio. **Paper do NAEA nº 180**, Universidade Federal do Pará, Belém: Pará, Outubro de 2004. 68 p. Disponível: <<http://www2.ufpa.br/naea/papers.php?mvitem=3>> Acesso em: 13/06/2008.

CHAYANOV, Alexander Von. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Francisco Graziano da; STOLCKE, Verena. **A questão Agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagode; Sandra Brizollaç, José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CUNHA, Cândido Neto da. “Pintou Uma Chance Legal”: O “Programa Terra Legal” no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira, no Pará. **Revista Agrária**, São Paulo, n 10, Nov, 2009, p. 20-56. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/152/152>>. Acesso em: 12/01/2012.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. 292 p.

DOURADO, José Aparecido Lima. Reflexões paradigmáticas sobre a questão agrária no Brasil: dissídios e consensos. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 9, fev., 2010, p. 33-50  
Disponível:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11959/6985>> Acesso em:10/01/2012.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. **Governança da terra no século XXI**. Framing the Debate Series, n. 2, International Land Coalition, Roma, 2012, 61 p.

FREIRE, Noemi Paes; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **A luta pela terra e a territorialização camponesa no assentamento Dona Antônia – Conde-PB.**

Disponível em: <

<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Noemi%20Paes%20Freire.pdf>> Acessado em: 12/01/2012.

FVPP – FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Plano Territorial de desenvolvimento rural sustentável:** Território da Transamazônica - Pará. Versão Preliminar. MDA/SDT/FVPP/CIAT, Altamira, 2006. Disponível em:

<[http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio095.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio095.pdf)> Acesso em: 07/04/2011.

FVPP. FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável:** Território da Cidadania Transamazônica Estado do Pará. Altamira: FVPP, 2010. 134p Disponível em: <

<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TC&modo=0>> Acesso em: 07/04/2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008 349 f.. Presidente Prudente, Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. Agricultura camponesa. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. **Relatório Direitos Humanos no Brasil 2005.** Disponível em:

<<http://www.social.org.br/relatorio2005/relatorio011.htm>> Acessado em: 05/01/2012.

GREENPEACE. **Assentamentos de papel madeira de lei:** parceria entre INCRA e madeireiros ameaça a Amazônia. Brasileira, 2007. Disponível em:

<[www.greenpeace.org/raw/.../financiando-a-destrui-o.pdf](http://www.greenpeace.org/raw/.../financiando-a-destrui-o.pdf)>. Acessado em 27/05/2011.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira:** campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 170 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros.** V. I. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p.45-55. (História social do campesinato brasileiro)

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos sociais no campo.** 2ª ed. Petropolis: Editora Vozes/FASE, 1990. 90p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1990.

HÉBETTE, Jean Movimentos Sociais Contemporâneos no campo paraense. In: \_\_\_\_\_. **Cruzando a Fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004a. p. 197-211.

HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: \_\_\_\_\_. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**, Vol. IV. Belém: EDUFPA, 2004b. p. 121-138.

HÉBETTE, Jean; ALVES, Juliette Miranda; QUINTELA, Rosângela da Silva. Parentesco, Vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. IN: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MNESCHY, Maria Cristina (ORG's). **No Mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 175- 202.

HEREDIA, Beatriz Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. 164 p.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. UF Pará. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_dou/PA2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/PA2010.pdf)>. Acessado em 07/04/2010a.

IBGE. **Sinopse do Censo demográfico 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessado em: 05/08/2010b.

INCRA. **Norma de Execução nº 37, de 30 de março de 2004**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/atos-internos/normasdeexecucao%37-30032004?start=60>. Acessado em:04/12/2012.

INCRA. **Prestação de contas ordinárias anual relatório de gestão do exercício de 2010**, Brasília – DF, 2011a.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação** (Período de criação 01/01/1900 a 31/12/2011). Relatório do Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, 2012.

INCRA. Superintendência Regional de Santarém – SR30. 2011. **Prestação de Contas Ordinárias Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Santarém-PA, 2011b.

IPAM (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA); FVPP, FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **A Região da Transamazônica rumo à economia de baixo carbono: estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, março de 2011, 87 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **INCRA e MPF vão rever assentamentos interditados que deveriam ser prioridade no Plano da BR-163** (Notícia 30/10/2007). Disponível em: <[www.institutosocioambiental.org.br](http://www.institutosocioambiental.org.br)>. Acessado em 27/05/2011.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004. 392 p.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses**

**brasileiros**. V. I. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 117-133. (História social do campesinato brasileiro).

LOUZADA, Rovena Vasconcellos. 2011 73 f. **Modalidades de projeto de assentamento rural**: evolução e legislação federal. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal), Instituto de florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: **O impossível diálogo**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A luta por terra no Brasil e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: [WWW.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/CGEEVF.pdf](http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/CGEEVF.pdf). Acesso em: 20/07/2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.) **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p.151-181.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **“Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”**: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos Trabalhadores Rurais Brasileiros. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/rural/medeiros.pdf> Acesso em: 25/06/2007.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MICHELOTTI, Fernando; et al. O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, II, 2007, Rio de Janeiro. Tecendo o intercâmbio: o desafio do conhecimento sobre o mundo rural. Rio de Janeiro: UFRJ. 2007.18p. Disponível em: [http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/publicacoes/fernando\\_michelotti\\_fcam\\_3.pdf](http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/publicacoes/fernando_michelotti_fcam_3.pdf) Acesso em: 19/05/2012.

MINTZ, Sidney. The Origins of Reconstituted Peasantries. In: **Caribbean Transformations**. Chicago: Aldine, 1974. p.146-56.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p. 42-59, set. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **ESTUDOS AVANÇADOS** vol. 15, p. 185 a 206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. As contradições no campo brasileiro. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil, Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005, p. 46-66.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A MP 458 e a contra-reforma agrária na Amazônia. In: CPT (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PACHECO, Pablo et al. **Acesso a terra e meios de vida**: examinando suas interações em três locais no Estado do Pará. Belém Pará: CIFOR, 2009. 74 p.

PALÁCIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**. V. I. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 145-178. (História social do campesinato brasileiro).

PARÁ, Procuradoria da República no Pará (PRPA). Assessoria de comunicação. **MPF pede anulação de 99 assentamentos criados pelo Incra no oeste do Pará**. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2007/mpf-pede-anulacao-de-99assentamentoscriados-pelo-incra-no-oeste-dopara/?searchterm=ASSENTAMENTOS>> Acesso em: 13/08/2011a.

PARÁ, Procuradoria da República no Pará (PRPA). **Lista dos assentamentos interditados no Pará**. Disponível em: <[http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2007/Lista%20dos%20Projetos%20impugnados\\_0.pdf](http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2007/Lista%20dos%20Projetos%20impugnados_0.pdf)> Acesso em: 13/08/2011b.

PARÁ, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística Municipal**: Pacajá. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Pacaja.pdf>>. Acesso em: 04/12/2012.

PIRES, Murilo José de Souza; Pedro RAMOS. O Termo Modernização Conservadora: Sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, Volume 40, Nº 03, p 411- 424, Set de 2009.

PLOEG, J. D. V. der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Pablo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009, p. 17 – 32.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 391 p.

PRAZERES, Orival. Fragmentos históricos do INCRA e da reforma agrária no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória do Incra 35 anos**. Brasília: MDA: INCRA, 2006. p. 239-251.

PROJETO CUT CONTAG. **Plataforma para o Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil**. São Paulo-SP: CONTAG, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria Rural esquecida (1963). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**. V. I. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. P. 57-72. (História social do campesinato brasileiro)

ROCHA, Carla Giovana. et al. **Aspectos físicos e sócio-econômicos da agricultura na região da Transamazônica: estudo de quatro localidades**. Laboratório Agroecológica da Transamazônica - LAET, Altamira, Pará, 1998.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: Franca, Caio Galvao de; Sparovek, Gerd (Coord). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005. p. 57 a 74.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério de. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília : MDA ; São Paulo : Uniará [co-editor], 2008. p. 53-57.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera Presidente Prudente**, Ano 8, n. 7 p. 1-21. Jul./Dez 2005.

SILVA, José Francisco Graziano da. **O que é Questão Agrária**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 45p. (Coleção Primeiros Passos, 18).

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O Desenvolvimento Socioambiental na Transamazônica**: a trajetória de um discurso a muitas vozes. 2006 140 f Dissertação (Mestrado em Agriculturas familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém – Pará, 2006.

SOUZA FILHO, Francisco Romualdo de. **Política agrária brasileira na transformação do espaço da fronteira na Amazônia: o exemplo de Rondônia. Paper do NAEA**, Nº 67, Universidade Federal do Pará, Belém: Pará, Setembro de 1996. <<http://www2.ufpa.br/naea/papers.php?mvitem=3>> Acesso em: 13/06/2008

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil**. O debate tradicional, 1500 a 1560. Vol 1. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontificia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá - Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>> Acesso em: 05/01/2012.

THOMAS JÚNIOR, Antônio. O Sindicalismo Rural no Brasil, no Rastro dos Antecedentes. **Revista Paranaense de Geografia**, nº 02. 2ª edição. Curitiba, 1999. Disponível em: <<http://www.agbcuitiba.hpg.ig.com.br>>. Acessado em 10 /11/2006.

TOURNEAU, François-Michel Le; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, Vol. XIII, nº 1. p. 111-130, jan-jun/ 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**, Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005, p.26-46.

WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**. V. I. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 336 p. (História social do campesinato brasileiro)

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. 2ª Ed. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 150 p.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**. V. I. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217-238. (História social do campesinato brasileiro).

## **APÊNDICES**

**Apêndice A. Roteiro de Entrevista ao Responsável pela família**

Universidade Federal do Pará  
 Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural  
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa Amazônia Oriental  
 Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas  
 Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS/2011

**QUESTIONÁRIO AO CHEFE DA FAMÍLIA**

Nº do Questionário \_\_\_\_\_

Entrevistador (a): \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**1. DADOS SOBRE O (A) RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA**

1.1. Nome: \_\_\_\_\_

1.2. Apelido: \_\_\_\_\_

1.3. Sexo: M ( ) F ( )

1.4. Idade: \_\_\_\_\_ anos

1.5. Escolaridade:

1.6. Local de Nascimento:

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

1.7. Estado civil: Casado ( ) Solteiro ( ) União estável ( ) Viúvo ( ) Divorciado  
( ) Outro/especificar ( ) \_\_\_\_\_

1.8. Qual o ano de conformação da família? Data do casamento. \_\_\_\_\_

1.9. Trajetória de vida /migrações (**1ª tabela**)

**Tabela 01.** Migrações do chefe da família

<b>Migração*</b>	<b>Período</b>	<b>Município</b>	<b>Estado</b>	<b>Tipo de lugar**</b>	<b>Atividade desenvolvida</b>	<b>Motivo da migração</b>
<b>1ª migração (nascimento até a saída do lugar de origem)</b>						
<b>2ª migração</b>						
<b>3ª migração</b>						
<b>4ª migração</b>						
<b>5ª migração</b>						

\* **OBS:** Anotar mesmo as migrações em uma mesma localidade.

\*\***Cidade, Área Rural**

## **2. DADOS GERAIS SOBRE O ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA**

- 2.1. Qual a localização do estabelecimento agrícola?
- 2.2. Qual o tamanho do estabelecimento (ha)?
- 2.3. Ano de chegada a esse estabelecimento?
- 2.4. Forma de acesso a esse estabelecimento?
- 2.5. Esta quantidade de terra é suficiente para garantir o sustento de sua família? Justifique.
- 2.6. Já teve outros estabelecimentos agrícolas? Quando? O que fez com os mesmos?
- 2.7. Em algum momento da sua vida você ou algum membro de sua família (esposa ou filhos) já foi beneficiário da Reforma Agrária? Quando? Em que lugar?

## **3. DADOS SOBRE A COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA E PROJETOS PARA O FUTURO**

- 3.1. Composição da família (**2ª tabela**)
- 3.2. Quais os projetos da família para o futuro?



#### 4. CONDIÇÕES DE VIDA

##### 4.1. Informações sobre a(s) Casa(s)

###### 4.1.1. CASA 1

Área construída: \_\_\_\_\_m<sup>2</sup>      Quantidade de cômodos: \_\_\_\_\_

Parede: ( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Taipa ( ) Palha ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Piso: ( ) Cimento ( ) Madeira ( ) Chão batido ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Cobertura: ( ) Telha de barro ( ) Telha Brasilit ( ) Cavaco ( ) Palha ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Fonte de água: ( ) Poço ( ) Cacimba ( ) Igarapé ( ) Rio ( ) Encanada por gravidade  
( ) Outro (especificar) \_\_\_\_\_

Fonte de energia: ( ) Energia elétrica ( ) Placa Solar ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Sanitário: ( ) Pedra sanitária ( ) Privada ( ) Outro (especificar) Não Tem

###### 4.1.2. CASA 2

Área construída: \_\_\_\_\_m<sup>2</sup>      Quantidade de cômodos: \_\_\_\_\_

Parede: ( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Taipa ( ) Palha ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Piso: ( ) Cimento ( ) Madeira ( ) Chão batido ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Cobertura: ( ) Telha de barro ( ) Telha Brasilit ( ) Cavaco ( ) Palha ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Fonte de água: ( ) Poço ( ) Cacimba ( ) Igarapé ( ) Rio ( ) Encanada por gravidade  
( ) Outro (especificar) \_\_\_\_\_

Fonte de energia: ( ) Energia elétrica ( ) Placa Solar ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_

Sanitário: ( ) sanitário conectado a poço séptico ( ) Privada ( ) Outro  
(especificar) \_\_\_\_\_ ( ) Não Tem

## 4.2. Outras Instalações

**Tabela 03.** Outras instalações do estabelecimento

	Na sua chegada		Atualmente		Comentários (se estar em bom estado)
	Sim/Não	Quantidade	Sim/Não	Quantidade	
<b>Barcaça (cacau)</b>					
<b>Casa de Farinha</b>					
<b>Cerca (arame liso)</b>					
<b>Cercas (arame farpado)</b>					
<b>Curral</b>					
<b>Depósito/paiol</b>					
<b>Instalações para aves</b>					
<b>Instalações para suínos</b>					

**OBS: Se tiver outras instalações - especificar**

## 4.3. Materiais de trabalho e bens duráveis a disposição da família

## 4.3.1. Bens duráveis, incluindo veículos a disposição do lar.

**Tabela 04.** Bens duráveis do estabelecimento

	Sim / Não	Quantos têm?
<b>Antena Parabólica</b>		
<b>Aparelho de DVD</b>		
<b>Aparelho de som</b>		
<b>Bicicleta</b>		
<b>Carro</b>		
<b>Ferro de passar</b>		

<b>Fogão a gás</b>		
<b>Fogão a lenha</b>		
<b>Geladeira</b>		
<b>Lavadora elétrica de roupas</b>		
<b>Liquidificador</b>		
<b>Maquina de costurar</b>		
<b>Maquina fotográfica (câmara digital)</b>		
<b>Motocicleta</b>		
<b>Rádio</b>		
<b>Telefone celular</b>		
<b>Televisão</b>		

**OBS: Se tiver outros especifique.**

#### 4.3.2. Equipamentos, ferramentas e utensílios de trabalho

**Tabela 05. Materiais para o trabalho**

<b>Materiais de trabalho</b>	<b>Na sua chegada</b>		<b>Atualmente</b>	
	<b>(Sim/Não)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(Sim/Não)</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Beneficiadora de Arroz</b>				
<b>Carrinho de mão</b>				
<b>Carro para tração animal</b>				
<b>Enxada</b>				
<b>Espingarda</b>				
<b>Facão</b>				
<b>Foice</b>				

<b>Gerador de energia</b>				
<b>Motobomba</b>				
<b>Motor (casa de farinha)</b>				
<b>Motosserra</b>				
<b>Plantadeira manual</b>				
<b>Pulverizador</b>				
<b>Tambor para guardar grãos</b>				
<b>Trator</b>				

**OBS: Se tiver outros especifique.**

## 5. USO DA TERRA

### 5.1. Evolução do uso da terra

**Tabela 06.** Uso da terra na chegada ao estabelecimento e na atualidade

<b>Tipo de cobertura vegetal ou de plantação</b>	<b>Tamanho da área em há</b>	
	<b>No ano da chegada (em ha)</b>	<b>Atualmente (em ha)</b>
<b>Mata primaria</b>		
<b>Capoeira (vegetação secundaria) total</b>		
<b>Pasto limpo</b>		
<b>Pasto com juquirá</b>		
<b>Roça (culturas anuais)</b>		
<b>Plantio de culturas perenes e semiperenes</b>		
<b>Outros (especificar)</b>		

5.2. Em relação às atividades desenvolvidas atualmente no estabelecimento.

#### 5.2.1. CULTURAS ANUAIS

5.2.1.1. Qual a finalidade (objetivo) dada a essas culturas?

5.2.1.2. Estrutura das parcelas de culturas anuais (**tabela 07**)

5.2.1.3. Itinerário técnico (**tabela 08**)

#### 5.2.2. CULTURAS PERENES

5.2.2.1. Qual a finalidade (objetivo) dada a essas culturas?

5.2.2.2. Estrutura das parcelas de culturas perenes (**tabela 09**)

5.2.2.3. Itinerário técnico (**tabela 10**)

#### 5.2.3. PECUÁRIA BOVINA

5.2.3.1. Qual a finalidade dessa criação para o estabelecimento agrícola?

5.2.3.2. Quantos animais há na propriedade no total? \_\_\_\_\_

5.2.3.3. Há gado de meia? ( ) Sim ( ) Não. Quantos? \_\_\_\_\_

Com quem (especificar se é parente, vizinho)? \_\_\_\_\_

5.2.3.4. Você aluga pasto em outros estabelecimentos? ( ) Sim ( ) Não. Tamanho da área alugada (ha) \_\_\_\_\_ De quem é o estabelecimento? \_\_\_\_\_

5.2.3.5. Há pasto de aluguel no seu estabelecimento? ( ) Sim ( ) Não. Tamanho da área alugada (ha) \_\_\_\_\_ Para quem você aluga? \_\_\_\_\_

5.2.3.6. Caracterização do rebanho (**tabela 11**)

5.2.3.7. Manejo do Rebanho bovino (**tabela 12**). Faça uma descrição sumária de como é feito o manejo alimentar, sanitário e reprodutor dos bovinos.

#### 5.2.4. OUTRAS CRIAÇÕES

5.2.4.1. Quais as outras criações existentes na propriedade? (**tabela 13**)

5.2.4.2. Manejo das criações (**tabela 14**). Faça uma descrição sumária do manejo alimentar, sanitário e reprodutor relacionados a criação de aves e suínos e demais criações do estabelecimento).







**Tabela 10.** Itinerário Técnico desenvolvido nas culturas perenes e semiperenes (ciclo 2011/2012)

<b>Atividade</b>	<b>Mês</b>	<b>Quantas diárias no total</b>	<b>Membros da família que desenvolveram a atividade</b>	<b>Contratou mão de obra externa (Sim/Não). (Identificar se é vizinho, parente, outro)</b>	<b>Porcentagem da mão de obra familiar</b>	<b>Porcentagem da mão de obra externa</b>

**Tabela 11.** Caracterização do rebanho bovino (ciclo 2011/2012)

<b>Idade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Média de peso</b>	<b>Qtde Consumida no ciclo 2011/2012</b>	<b>Qtde Vendida no ciclo 2011/2012</b>	<b>Preço</b>	<b>Forma de Comercialização</b>
<b>Bezerro</b>						
<b>Bezerra</b>						
<b>Novilho</b>						
<b>Novilha</b>						
<b>Vacas</b>						
<b>Touros</b>						
<b>Total</b>						



**Tabela 13.**Caracterização das criações de aves, suínos e outras criações do estabelecimento

<b>Plantel</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Quantidade Consumida no ciclo 2011/2012</b>	<b>Quantidade Vendida no ciclo 2011/2012</b>	<b>Preço</b>	<b>Forma de Comercialização</b>
Aves						
Suínos						



### 5.2.5.ATIVIDADES EXTRATIVISTAS

5.2.5.1.É realizada alguma prática extrativista? ( ) Sim ( ) Não. Quais (Por exemplo retirada de madeira, de cipó, coleta de frutos, caça, pesca e etc) ? Qual a frequência.

5.2.5.2. Em relação aos produtos coletados na mata no ciclo 2011/2012, especificar quantidade consumida, vendida e a forma de comercialização

**Tabela 15.** Atividades extrativistas desenvolvidas pela família

<b>Produto</b>	<b>Autoconsumo (Indicar a unidade)</b>	<b>Quantidade Vendida (Indicar a unidade)</b>	<b>Preço</b>	<b>Forma de Comercialização</b>
Madeira				

## 6. ATIVIDADES EXTRA LOTE

6.2. Além das atividades desenvolvidas no estabelecimento algum membro da família realiza atividades fora do lote? ( ) Sim ( ) Não.

6.3. Qual a importância dessas atividades?

6.4. Atividades extra lote desenvolvidas pela família no ciclo em questão (colocar mesmo os membros que são assalariados, identificando a profissão).

**Tabela 16.** Atividades extra lote

<b>Membro</b>	<b>Atividade realizada</b>	<b>Mês de realização</b>	<b>Para quem realizou a atividade</b>	<b>Preço do serviço</b>

## **7. A FAMÍLIA RECEBE ALGUM BENEFÍCIO DO GOVERNO?**

**Tabela 17.** Benefícios

<b>Membro da família</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor por Mês*</b>

\* Caso não seja todo o ano especificar quanto recebeu ou vai receber no ano.

## **8. ORGANIZAÇÃO SOCIAL LOCAL**

8.1. Identificar relações de parentesco no assentamento.

8.1.1. Fora as pessoas que moram no estabelecimento, existem parentes que moram no Assentamento? (sim/não) Identificar o grau de parentesco e quantos núcleos familiares formam.

8.2. Religião

8.2.1. Qual é a sua religião?

8.2.2. Com que frequência você e sua família vão a Igreja?

8.2.3. Você ou algum membro da família tem alguma função ou responsabilidade na Igreja?

8.3. A família participa de alguma organização social? (Sim/Não)

**Tabela 18.** Organizações sociais

<b>Tipo de Organização</b>	<b>Nome da Organização</b>	<b>Membro da família que participa</b>	<b>Desde quando (ano)</b>	<b>Tem algum cargo? Qual?</b>
<b>Sindicato</b>				
<b>Associação</b>				
<b>Cooperativa</b>				
<b>Partido Político</b>				
<b>Grupo informal</b>				
<b>Outras (especificar)</b>				

#### 8.4. Interações técnicas e econômicas com os moradores do Assentamento

8.4.1. Você ou algum membro da família faz a atividade de troca de diárias? Com que frequência? Com quais camponeses (identificar se é parente ou não)?

8.4.2. Você ou algum membro de sua família já participou de mutirões? Com que frequência? Com quais camponeses (identificar se é parente ou não)?

8.4.3. Faz roça no estabelecimento de outros camponeses? Com que frequência? Quais os camponeses (identificar se é parente ou não)?

8.4.4. Outros camponeses fazem roça em seu estabelecimento? Com que frequência? Quais os camponeses (identificar se é parente ou não)?

8.4.5. Realizam a atividade de meia com algum agricultor? Identificar qual a atividade e quais os camponeses?

8.4.6. É importante para você e sua família a relação com os vizinhos e com a comunidade? Porque?

### **9. ACESSO A EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO RURAL.**

9.1. Você já adquiriu empréstimos/financiamentos para a realização de alguma atividade no estabelecimento (**tabela 19**)?

9.2. Você já tomou dinheiro emprestado de algum membro do assentamento ou do comércio local? De quem? De que forma você efetuou o pagamento?

9.3. Você já participou de algum projeto de desenvolvimento sem reembolso para alguma atividade do estabelecimento (**tabela 20**)?

9.4. Você recebe assistência técnica (**tabela 21**)?

9.5. De que forma você adquire conhecimento técnico? ( ) Rádio ( ) Televisão ( ) Participando de mutirões ( ) ( ) Por meio de outros moradores do assentamento ( ) Por meio de associações ( ) Por meio do STTR ( ) Lendo folhetos, revistas ou livros técnicos ( ) Outros meios (especificar) \_\_\_\_\_

## **10. A TERRA PARA O CAMPONÊS E O PROCESSO DE CANCELAMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL**

10.1. Qual a origem dos seus pais? Qual era a atividade desenvolvida por eles (Profissão)? Os seus pais tinham terra? O que aconteceu com a mesma?

10.2. O que a terra representa para você?

10.3. É possível garantir uma boa condição de vida para a sua família com o trabalho na terra (Sim/Não)? Justifique?

10.4. Quais as principais dificuldades encontradas em relação ao trabalho na terra?

10.5. Para você é importante ter o documento que comprove a propriedade particular da terra? Por que?

10.6. Quando o processo de criação do assentamento rural foi concluído, quais eram as suas expectativas?

10.7. O cancelamento do assentamento influenciou nos seus projetos? Por que?

10.8. Você e sua família estão se mobilizando para resolver essa questão? Se sim, de que forma?

**Tabela 19.** Financiamentos

<b>Tipo de financiamento (FNO/Pronaf)</b>	<b>Organismo financeiro</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Ano de finalização</b>	<b>Destino oficial do empréstimo</b>	<b>Destino real do empréstimo</b>	<b>Teve Assistência técnica? (sim/não)</b>	<b>Como foi a assistência técnica?</b>

**Tabela 20.** Participação em projetos de desenvolvimento

<b>Entidade que executou o projeto</b>	<b>Quais as atividades contempladas</b>	<b>De que forma foi a sua participação</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Ano de finalização</b>	<b>Teve assistência técnica relacionada? (sim/não)</b>	<b>Como foi a assistência técnica?</b>

**Tabela 21.** Assistência Técnica

<b>Qual instituição?</b>	<b>Qual a frequência?</b>	<b>Quais as atividades contempladas?</b>	<b>Qual a sua opinião sobre a assistência recebida</b>

## Apêndice B. Roteiro de Entrevista as Pessoas Chave



Universidade Federal do Pará  
 Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural  
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa Amazônia Oriental  
 Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas  
 Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS/2011

### ROTEIRO DE CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Nº do questionário: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

#### 1. Identificação do entrevistado

1.1 Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

1.2 Ano de nascimento: \_\_\_\_\_ Local de Nascimento \_\_\_\_\_

1.3 Profissão: \_\_\_\_\_

1.4 Localização do lote: \_\_\_\_\_

1.5 Ano de chegada na localidade: \_\_\_\_\_

1.6 Função exercida na comunidade: \_\_\_\_\_

#### 2. Histórico de formação do assentamento

**Quadro 01** – Resumo do histórico de ocupação, por período e por área.

Período*	Nº de famílias	Local de ocupação	De onde vieram	O que atraiu as famílias

--	--	--	--	--

\* Identificar se teve levadas de migrações que possa caracterizar um período.

2.1 Como iniciou a ocupação da área? Quais os responsáveis por essa ocupação? Teve conflito? Teve a presença de alguma instituição nesse processo?

2.2 De que forma as famílias foram se organizando para ocupar a área? Existia delimitação de espaço ou acordo para a utilização das áreas? Teve conflito entre vizinhos por causa da delimitação das áreas?

2.3 Das famílias que participaram da ocupação da área, quantas ainda estão morando aqui?

2.4 Nos últimos 10 anos, quantas famílias da comunidade venderam e/ou abandonaram suas propriedades?

2.5 Quais os principais motivos que levaram essas famílias a venderem ou abandonar seus lotes?

2.6 Quem é às pessoas que compraram esses lotes?

2.7 Atualmente quantas famílias pretendem vender seus lotes? Quais os principais motivos?

2.8 Hoje há conflitos entre vizinhos? Por que motivo?

2.9 Como as famílias foram se organizando para a questão da regularização fundiária das áreas? Descreva como se deu esse processo até a criação do assentamento?

2.10 Qual eram as perspectivas das famílias em relação à questão da criação do assentamento rural? De que forma elas encaram o cancelamento do assentamento?

### 3. Histórico das atividades desenvolvidas pelas famílias

3.1 Na chegada das famílias a localidade, quais eram as principais atividades desenvolvidas? E hoje quais são as atividades principais? Por quê?

3.2 Qual é o principal destino da produção do assentamento? Quais as principais dificuldades relacionadas à comercialização da produção?

3.3 De que forma as famílias trabalhavam a terra na chegada? Houve mudanças na forma de trabalhar? Por quê?

### 4. Infraestrutura disponível

4.1 Educação

**Quadro 2.** Escolas do assentamento

Nº	Nome da escola	Localização	Nível de ensino (séries)	Nº de alunos	Estado de Funcionamento das instalações, professores, ensino (excelente, bom, regular)

4.2 Saúde

4.2.1. Na localidade existem postos de saúde? ( ) sim ( ) não. Se existe como está funcionando?

4.2.2. Existem agentes de saúde? Quantos?

### 4.3 Estrada

Qual a situação das estradas? É feita a manutenção pelo poder público? Com que frequência?

## 5. Organização Social

5.1 Quais as igrejas existentes na comunidade? Qual a religião que predomina? Existem conflitos entre as distintas religiões?

5.2 Como as famílias se organizam na questão referente ao lazer? Existem campos de futebol? Bares? Festas? Como funcionam essas atividades? Com que frequência?

5.3 Existem associação do assentamento? Como se formaram as associações? Possuem estatuto? O que ele determina esse estatuto?

5.5. Como se dá o processo de tomada das decisões nessas organizações? São harmônicas ou conflituosas?

5.6. Quantas famílias participam?

**Quadro 03:** Participação das famílias nas organizações sociais

Nome da associação	Nome do Presidente	Nº de pessoas associadas		Avalie a participação das famílias
		Homens	Mulheres	

## 6. Atuação das instituições (Sindicato, Governamentais e não governamentais)

6.1 Quais as instituições atuantes na região? Qual a frequência das visitas?

6.2 Vocês, enquanto assentamento já procuraram algumas dessas instituições? Para quê?

## **7. Entraves**

7.1 Quais os principais problemas enfrentados?

7.2. De que forma você acha que eles podem ser solucionados?

**ANEXOS**

**Anexo A.** Documento distribuído durante o Seminário que aconteceu dia 25 de Agosto em Altamira, com as mudanças almeçadas pelos camponeses.

**ESTRADAS:**

- \* 1990 - RECUPERAÇÃO DOS PRINCIPAIS TRECHOS DE-ATOLEIROS; PONTES E BOEIROS COM BASE NO LEVANTAMENTO FEITO JUNTO COM AS ENTIDADES DA REGIÃO;
- \* 1991 - RECUPERAÇÃO TOTAL DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA;
- \* ATÉ 1995 - ASFALTAMENTO DO TRECHO MARABÁ/ITAITUBA.

**QUESTÃO FUNDIÁRIA:**

- \* QUE O INCRA ASSUMA IMEDIATAMENTE A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS DA REGIÃO;
- \* TITULAÇÃO DE 8.300 POSSEIROS QUE ESTÃO EM ÁREA JÁ DEMARCADAS PELO INCRA;
- \* REVISÃO GERAL DE TODAS AS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO, LEVANTAMENTOS DE OCUPAÇÃO, E DE LOTES IMPRODUTIVOS DE 100, 500 E 3.000ha;
- \* QUE SEJA EXECUTADA IMEDIATAMENTE, O PROCESSO DE TOPOGRAFIA E DEMARCAÇÃO DE TODOS OS LOTES URBANOS DAS AGROVILAS;
- \* QUE OS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL; PREFEITURAS E ORGÃOS ASSUMAM A RECUPERAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO;

**FINANCIAMENTO:**

- \* QUE OS ANISTIADOS POSSAM FAZER NOVO FINANCIAMENTO, LIMITE MÁXIMO DE 10.000.000 (DEZ MILHÕES) DE CRUZEIROS;
- \* FINANCIAMENTOS COLETIVOS;
- \* CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO-FINANCIAMENTO PAGO COM PRODUTOS;
- \* FINANCIAMEB
- \* FINANCIAMENTO PARA 5.000 (CINCO MIL) AGRICULTORES COMO EXPERIÊNCIA PARA O PRÓXIMO ANO.

**EDUCAÇÃO:**

- \* FORMAÇÃO SUPERIOR PARA PROFESSORES VOLTADA PARA O ENSINO MÉDIO NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E AGRICULTURA
- \* CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS E CONTRATAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES;
- \* REGIONALIZAÇÃO DA MERENDA APROVEITANDO A PRODUÇÃO REGIONAL (CACAU, GUARANÁ, LEITE, FEIJÃO E OUTROS)
- \* SALÁRIOS, ELABORAÇÃO DO ESTATUTO MUNICIPAL DO MAGISTÉRIO E DOS SERVIDORES; DEFININDO OS PLANOS DE CARREIRA E PLANOS DE CARGOS E SOLÁRIOS;
- \* DEFINIR UM MODELO EDUCACIONAL PARA A REGIÃO, A PARTIR DAS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS E SUAS LEIS COMPLEMENTARES COM A PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS DE EDUCAÇÃO; SINTEPPB.
- \* IMPLANTAÇÃO JÁ DOS CONSELHOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ENSINO;
- \* PROJETO REGIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DISCUTIDO COM TODA SOCIEDADE.

**PARA MELHORAR NOSSAS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA,  
ESTAMOS EXIGINDO DO GOVERNO:**

**Anexo B.** Lista dos Assentamentos interditados pela Justiça Federal no Pará no ano de 2007

Município	Projetos de Assentamentos (PA's)		Projetos de Desenvolvidos Sustentável (PDS)		Projetos de Assentamento Coletivo (PAC)	
	Quantidade	Nome	Quantidade	Nome	Quantidade	Nome
<b>Alenquer</b>	5	PA Miriti; PA Porão; PA Curumu; PA Camburão II; PA Camburão I	1	PDS Paraíso;	---	---
<b>Altamira</b>	1	PA Esperança	3	PDS Mãe Menininha; PDS Esperança; PDS Brasília (abrange também Novo Progresso).		
<b>Aveiro</b>	5	PA Urucurituba; PA Daniel de Carvalho; PA Santa Cruz; PA Brasília Legal; PA Rio Cupari	6	PDS São Manoel; PDS Santa Rita; PDS Santa Luzia; PDS Nova Integração; PDS Mário Braule Pinto da Silva; PDS Anjo da Guarda	1	PAC Araipá-cupú (abrange também Rurópolis);
<b>Belterra</b>	---	---	---	---	1	PAC Bela Terra I
<b>Curuá</b>	---	---	1	PDS Maloca	---	---
<b>Faro</b>	1	PA Itaquera I	---	---	---	---
<b>Itaituba</b>	4	PA Arixi; PA Miritituba; PA Ypiranga;	7	PDS Cocalino; PDS Novo	1	PAC Araxi

		PA São Benedito.		Paraíso; PDS Nova União; PDS São João Batista; PDS Novo Horizonte; PDS Nova Brasília II; PDS Nova Esperança;		
<b>Jacareacanga</b>	---	---	1	PDS Laranjal	---	---
<b>Medicilândia</b>	1	PA Paraíso do Norte	1	PDS Ademir Federicci	---	---
<b>Monte Alegre</b>	6	PA Muriçoca; PA Vai quem quer; PA Maripá; PA Terra-preta e olho d'água; PA Baixão; PA Cristo rei;	1	PDS Serra-Azul	2	PAC Cauçu B e Balança; PAC Nova Altamira;
<b>Novo Progresso</b>	---	---	3	PDS Terra Nossa; PDS Néelson Oliveira; PDS Jamanxim;	---	---
<b>Óbidos</b>	6	PA Repartimento ; PA Cipoal; PA Vale do Açaí; PA Curumu II; PA Mamauru; PA Acomec (abrange também Oriximiná)	---	---	---	---
<b>Oriximiná</b>	---	---	---	---	5	PAC Itapecurú; PAC Ananizal; PAC Monte

						Muriá; PAC Acomtags; PAC Iripixi
<b>Pacajá</b>	4	PA Anapuzinho; PA Renascer; PA Terra para a Paz (abrange também Portel); PA Cupuzal	1	PDS Liberdade;	---	---
<b>Placas</b>	2	PA Macanã II; PA Macanã	4	PDS Avelino Ribeiro; PDS Arthur Faleiro; PDS Água Preta; PDS Castanheira ;	---	---
<b>Portel</b>	---	---	2	PDS Liberdade I ; PDS Horizonte Novo (abrange também Porto de Moz);	---	---
<b>Prainha</b>	1	PA Curuá	1	PDS Vila Nova I e II;	---	---
<b>Rurópolis</b>	2	PA Paraíso; PA Campo Verde;	4	PDS Milho Verde; PDS Cupari; PDS Divinópolis ; PDS Novo Mundo;	---	---
<b>Santarém</b>	---	---	1	PDS Renascer II;	2	PAC Bela Terra II; PAC Bom Sossego;

<b>Senador José Porfírio</b>	---	---	1	PDS Itatá	--	---
<b>Terra Santa</b>	3	PA Jamary; PA Vira volta; PA Rio Cigano;	1	PDS Esperança do Trairão;	---	---
<b>Trairão</b>	3	PA Nossa Senhora de Fátima; PA Areia; PA Rio Bonito	4	PDS Água Azul, PDS Pimental; PDS Taboari; PDS Boa vista do Caracol (abrange também Ruropólis);	---	---
<b>Uruara</b>		---	3	PDS Irmã Doroty; PDS Santa Clara;  PDS Ouro Branco	4	PAC Nova União; PAC Ouro Branco I; PAC  São Sebastião do Tutui; PAC Ouro Branco II;

Fonte: PARÁ, 2011b

**Anexo C. Lista dos Assentamentos Liberados pela Justiça Federal no Pará**

<b>Município</b>	<b>Assentamentos</b>
Alenquer:	PDS Paraíso, PA Curumu;
Altamira	PA Esperança; PDS Mãe Menininha; PDS Esperança; PDS Brasília (abrange também Novo Progresso)
Aveiro	PA Brasília Legal, PA Rio Cupari
Itaituba:	PA Ypiranga; PA São Benedito.
Monte Alegre:	PA Baixão; PA Cristo rei; PDS Serra-Azul; PA Vai quem quer
Oriximiná:	PAC Itapecurú
Pacajá:	PA Renascer; PA Terra para a Paz (abrange também Portel)
Rurópolis:	PA Paraíso; PA Campo Verde;
Trairão	PA Nossa Senhora de Fátima; PA Areia; PA Rio Bonito

**Fonte:** PARÁ, 2011b

